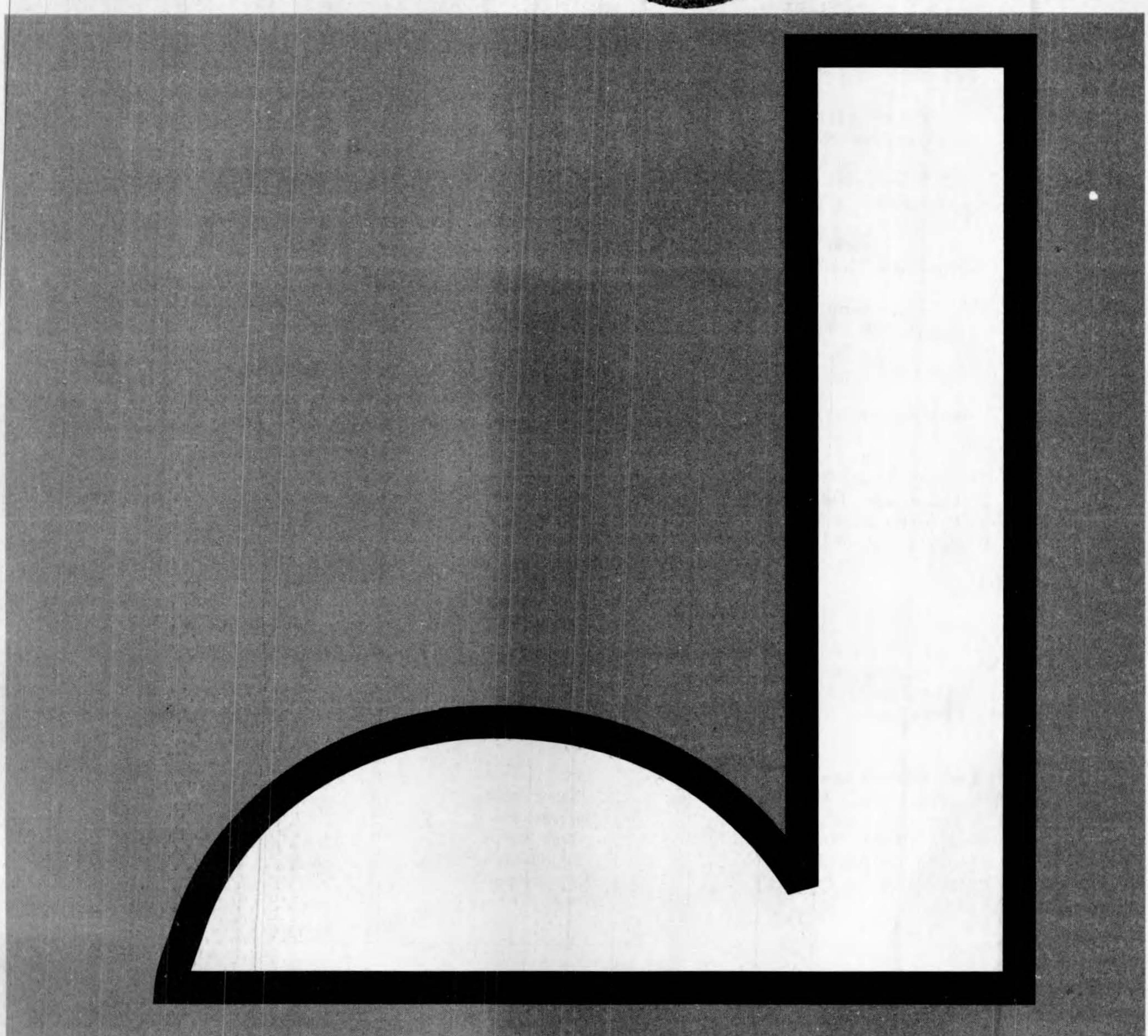


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - N° 135

QUARTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA	PROCURADORIA PARLAMENTAR	LIDERANÇA DO PSDB
Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA		
1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN	(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF	
2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG		
1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB	LIDERANÇA DO GOVERNO	
2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO	Líder Élcio Alvares - PFL - ES	
3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC	Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS	
4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI	LIDERANÇA DO PFL	
Suplentes de Secretário	Líder Hugo Napoleão	
1º - Emilia Fernandes - PTB - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR	Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	LIDERANÇA DO PMDB	
Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP	Líder Jáder Barbalho	
Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)	Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra	
1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lucio Alcântara - PSDB - CE		
		LIDERANÇA DO PPB
		Líder Epitacio Cafeteira
		Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim
		LIDERANÇA DO PTB
		Líder Valmir Campelo
		Vice-Líder Regina Assumpção

Atualizada em 25/7/97.

EXPEDIENTE		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações	MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata	Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial	DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 95^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE AGOSTO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 136, de 1997 (nº 866/97, na origem), de 4 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.....

Nº 441, de 1997-CN (nº 862/97, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 18, de 1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$26.897.396,00, para os fins que especifica.....

Nº 442, de 1997-CN (nº 863/97, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 19, de 1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$18.912.789,00, para os fins que especifica.....

Nº 443, de 1997-CN (nº 864/97, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 20, de 1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$4.120.720,00, para os fins que especifica.....

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 217/97, de 30 de julho último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 394, de 1997, do Senador Ermandes Amorim.....

Nº 664/97, de 28 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 463, de 1997, do Senador Elcio Alvares.....

Nº 672/97, de 28 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as in-

formações referentes ao Requerimento nº 434, de 1997, do Senador Ermandes Amorim.....	15677
Nº 1.162/97, de 25 de julho último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 294, de 1997, do Senador Humberto Lucena.....	15677
1.2.3 – Comunicação da Presidência	
Fixação de calendário para tramitação das matérias e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 18 a 20, de 1997-CN, constantes de mensagens lidas anteriormente.....	15677
1.2.4 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 148, de 1997, de autoria do Senador Lício Alcântara, que institui a obrigatoriedade de as empresas operadoras de cartões de crédito oferecerem uma versão de cartão de crédito com foto digitalizada.....	15677
Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1997, de autoria do Senador Lício Alcântara, que define os crimes resultantes de discriminação genética....	15678
Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1997, de autoria do Senador Esperidião Amin, que autoriza a União a doar imóvel rural ao município de Irineópolis no Estado de Santa Catarina.....	15681
1.2.5 – Requerimento	
Nº 532, de 1997, de autoria do Senador Lício Alcântara, solicitando ao Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado as informações que menciona.....	15687
1.2.6 – Ofícios	
Nºs 1.270 e 1.272/97, de 5 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a emitir pareceres às Medidas Provisórias nºs 1.579-10 e 1.580, de 1997, respectivamente.....	15687
1.2.7 – Discursos do Expediente	
SENADOR LÍCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre pronunciamento do Senador Edison Lobão no dia de ontem, em que se compromete a apresentar projeto de lei instituindo seguro que favoreça o mutuário de empreendimentos imobiliários, a propósito do drama vivido por 42	

mil mutuários da Encol, em grande crise financeira. Possível prejuízo dos segurados da Golden Cross, que enfrenta grave crise financeira. Defesa de ação governamental visando o fortalecimento dos direitos do consumidor.

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Registrando a inauguração de um sistema de troca de informações a distância, de conexão entre as diversas casas legislativas do País, com uma teleconferência sob o tema: "Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação", dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores das assembléias legislativas, câmaras e prefeituras municipais.

1.2.8 – Requerimento

Nº 533, de 1997, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando a criação de Comissão Parlamentar Externa, composta por sete Senadores, para, no prazo de trinta dias, gestionar, junto a Órgãos Federais, Estados e Municípios, com vistas a avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das Regiões que estão sujeitas a serem atingidas pelo fenômeno atmosférico **El Niño**, segundo previsões feitas por autoridades da área, justificado oralmente da tribuna pelo seu autor.

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Avaliação insatisfatória da atuação do governo federal na área social. Apelo à Câmara dos Deputados para que vote ainda este ano projeto de garantia de renda mínima, de autoria de S. Exa., em tramitação naquela Casa do Congresso Nacional.

SENADOR JADER BARBALHO – Justificando requerimento protocolado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, convocando o Ministro da Justiça, Sr. Iris Rezende, e o Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso, para, perante àquela Comissão, apresentarem exposição sobre os episódios decorrentes da mobilização das polícias militares dos Estados.

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 135, de 1997 (nº 865/97, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha a programação monetária relativa ao terceiro semestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes. À Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência.

15688

Recebimento da Mensagem nº 137, de 1997 (nº 867/97, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao trimestre abril-junho de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

15696

15689

Recebimento do Aviso nº 908/97, de 28 de julho último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades do referido Tribunal, relativo ao 1º trimestre de 1997. (Diversos nº 40, de 1997).

15696

15690

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a homenagear a memória do ex-Presidente Ernesto Geisel, nos termos dos Requerimentos nºs 940, de 1996, e 435, de 1997, do Senador Edison Lobão e outros Senadores, esclarecendo que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

15696

15692

Requerimento nº 531, de 1997, do Senador Bernardo Cabral e outros Senadores, lido em sessão anterior, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do próximo dia 4 de setembro, seja dedicado a homenagear a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu Jubileu de Prata. Aprovado.

15696

15695

Requerimento nº 513, de 1997, do Senador Romero Jucá, lido na sessão de 18 de julho último, solicitando a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de inspeção, auditoria administrativa e operacional, *in loco*, nas obras de asfaltamento da BR-174, que liga Manaus até a fronteira da Venezuela – no trecho referente ao Estado de Roraima – que estão sendo realizadas com recursos alocados, inclusive, com empréstimos internacionais levantados para tal fim na Corporação Andina de Fomento – CAF. Aprovado.

15696

15696

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR OSMAR DIAS – Satisfação com a interferência direta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Felipe Lampréia e do Ministro da Justiça, Sr. Iris Rezende, garantindo direitos dos produtores brasileiros que adquiriram terras na Bolívia, cuja decisão em contrário da Justiça daquele país foi reformulada pelo seu presidente. Desagravo ao Ministro Iris Rezende, atacado por líder do MST nas páginas amarelas da última revista **Veja**.

15697

SENADOR ABDIAS NASCIMENTO – Homenagem da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ao Centro Cultural José Bonifácio.

15698

SENADOR RAMEZ TEBET – Solidarizando-se com a pessoa do Ministro Íris Rezende, ofendido em entrevista do Sr. João Pedro Stédile à revista **Veja**.....

1.2.13 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.573-10, em 31 de julho de 1997 e publicada no dia 1º de agosto do mesmo ano, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.575-2, em 31 de julho de 1997 e publicada no dia 1º de agosto do mesmo ano, que "dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.576-2, em 31 de julho de 1997 e publicada em 1º de agosto do mesmo ano, que "dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

1.2.14 – Requerimento

Nº 534, de 1997, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1997, que dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências.....

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1997 (nº 2.843/97, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Presidente da República a proceder à restituição dos bens de que trata o Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969, e dá outras providências. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Jader Barbalho, Casildo Maldaner, José Ignácio Ferreira, Humberto Lucena e Lúcio Alcântara. À sanção.....

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 533, de 1997, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, nos termos do Requerimento nº 535, de 1997.....

Requerimento nº 534, de 1997, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**.....

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Negando qualquer afirmação à revista **Veja** sobre a pessoa do próximo Presidente do Banco Central. Alerta do Sr. João Pedro Stédile ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre os problemas políticos sociais do País. Parabenizando a iniciativa do Presidente Antonio Carlos Magalhães pela transferência do busto de Rui Barbosa para lugar de destaque no plenário do Senado.

15707

SENADORA EMILIA FERNANDES – Comunicando à Casa o seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro e os motivos que levaram S. Exa. a esta decisão.....

15709

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Discussão travada hoje na Comissão Especial que estuda medidas legislativas visando implementar no Brasil as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher.

15716

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA, como Líder – Lançamento do edital de licitação para construção da hidrelétrica de Lajeado.

15717

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – A importância da retomada do Proálcool para a região Nordeste.

15717

SENADOR MAURO MIRANDA – Sucesso da manifestação realizada ontem em Itumbiara, transformada na capital simbólica do Estado de Goiás, em prol da duplicação da rodovia Goiânia – Minas – São Paulo.....

15720

SENADOR ROMEU TUMA – Cumprimentando o Presidente Antonio Carlos Magalhães pela iniciativa de teleconferência, destinada a orientar as câmaras municipais e assembléias legislativas, sobre a obtenção de verbas públicas sem intermediários. Comentando as soluções propostas para a manutenção definitiva da segurança pública no País. Parabenizando o requerimento do Senador Jader Barbalho que convoca o Ministro da Justiça e o Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência da República para explicarem a questão da segurança pública no Brasil.

15722

SENADOR PEDRO SIMON – Reunião amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado para deliberar sobre o recurso dos Senadores Geraldo Melo e Eduardo Suplicy, relativamente ao parecer definitivo da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios.....

15724

1.3.3 – Comunicação

Da Senadora Emilia Fernandes, referente ao seu desligamento, a partir desta data, dos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)...

15728

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ERNANDES AMORIM – Preocupação da classe empresarial dos Estados de Rondônia e Acre com a integração de suas economias à da América Latina. Lamentando o equívoco da Comissão interministerial que concluiu o seu relatório pela inviabilidade da saída do Brasil para o Pacífico, transpondo os Andes. Alternativas para implementação dos corredores bioceânicos.....

15728

SENADOR GILVAN BORGES – Comentando artigo publicado no **Correio Braziliense** de ontem, sob o título "Sem-terra agora irão se queixar ao Papa".

15730

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – 45º aniversário do Banco do Nordeste.....

15731

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 94ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 4 de agosto de 1997 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.

15737

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 5-8-97

4 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 33, de 1997. 15738

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.336 e 2.351, de 1997 (República-ção). 15739

Nºs 2.446 a 2.466, de 1997. 15741

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 95^a Sessão Deliberativa Ordinária em 5 de agosto de 1997

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Lucídio Portella

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Élcio Alvares – Emilia Fernandes – Ermandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Marluce Pinto –

Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Otoniel Machado – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Valmir Campelo – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE
MENSAGENS
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM N^º 136, DE 1997 (n^º 866/97, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor GUSTAVO HENRIQUE DE BARROSO FRANCO para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

O Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 4 de agosto de 1997.



Fernando Henrique Cardoso

CURICULUM VITAE

Dados Pessoais

Nome : GUSTAVO H. B. FRANCO
Endereço : SBS, Quadra 3, Bloco B, Edifício Sede BACEN, 20º andar, tels. (061) 224-1508, 414-1500, 414-1600. FAX (061) 223-8349
Data de nascimento: 10 de abril de 1956
Nacionalidade : Brasileiro

Formação educacional

- Bacharel em Ciências Econômicas, PUC/Rio de Janeiro. Curso iniciado em agosto de 1975, colação de grau em junho de 1979.
- Mestre em Economia do Setor Público, PUC/Rio de Janeiro. Curso iniciado em março de 1980 e concluído com tese defendida e aprovada *cum laude* em agosto de 1982.
- Mestre (M.A.) em Economia, Universidade de Harvard. Curso iniciado em setembro de 1982. Grau conferido em março de 1985.
- Ph.D em Economia, Universidade de Harvard. Curso iniciado em setembro de 1982. Tese defendida em maio de 1986 e grau conferido em junho de 1986.

Experiência profissional e acadêmica

- Diretor de Assuntos Internacionais, Banco Central do Brasil, desde setembro de 1993.
- Secretário de Política Econômica Adjunto, Ministério da Fazenda, de maio de 1993 a setembro de 1993.
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia (PUC-RJ). Professor Assistente (tempo integral, 44 horas), desde agosto de 1986. Professor Associado (tempo integral, 44 horas) de outubro de 1990 a maio de 1993. Coordenador do Programa de Graduação, de outubro de 1988 a julho de 1991. Desde setembro de 1987, membro eleito da Comissão Executiva do Instituto de Relações Internacionais.
- Estágios & Fellowships
 - (i) Graduate fellow Center for International Affairs (CFIA) de agosto de 1985 a agosto de 1986, Harvard University.
 - (ii) Fellow, Center of European Studies de maio de 1985 a setembro de 1985, Harvard University.
 - (iii) National Bureau of Economic Research, Inc. (NBER), Cambridge Massachusetts, de maio a outubro de 1984.
 - (iv) Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional (CEMI/IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, de novembro de 1981 a setembro de 1982.

(v) Auxiliar de Ensino e Pesquisa, Departamento de Economia PUC-RJ, de julho de 1980 a novembro de 1981.

Atividades não regulares técnicas e de consultoria

- Março a maio de 1993: Consultor para a Secretaria de Assuntos Internacionais, Ministério do Planejamento. Para a confecção de documento sobre capital estrangeiro no Brasil.
- Novembro de 1992 a maio de 1993: Consultor para a Aracruz Celulose. Para a análise do impacto da Aracruz sobre a economia do Espírito Santo. (com Regis Bonelli)
- Novembro de 1992: Consultor para a Cia Netumar de Navegação. Para a avaliação patrimonial e econômica da empresa Brasfrutas Ltda. (com Paulo Fernando Fleury)
- De Abril 1991 a maio de 1993: Consultor para The Economist Inteligence Unit. Encarregado da redação do relatório trimestral "Brazil, Country Report (analysis of economic and political trends every quarter)", a partir de nº 2, 1991. (com Winston Fritsch).
- Outubro de 1990 a abril de 1991: Consultor para a UNCED (United Nations Conference on Environment & Development) para a avaliação da relação entre crescimento econômico, comércio internacional e degradação ambiental. (Com Edward Amadeo e José Márcio Camargo)
- Outubro de 1990 a março de 1991: Consultor para a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina - Nações Unidas) para a avaliação da política industrial no Brasil e suas perspectivas. (com Winston Fritsch)
- Junho de 1990: Consultor da Sub-secretaria de Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento do Ministério da Fazenda, Planejamento e Economia para análise de relatório do Banco Mundial "Foreign Investment Policies in Brazil".
- Maio de 1990: Consultor Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio, Rio de Janeiro. Elaboração e apresentação de documento e condução de *workshop* sobre o tema "Europa 1992: implicações para o comércio exterior brasileiro e o setor de papel e celulose" e assessoria no planejamento estratégico do grupo. (com Winston Fritsch)
- De abril de 1990 a maio de 1991: Consultor para o Instituto de Planejamento do Rio de Janeiro IPLAN-RIO, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.
- Janeiro a outubro de 1990: Consultor para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial- IEDI, no projeto "A Inserção Internacional da Economia Brasileira".
- Dezembro de 1989 a maio de 1990: Consultor para a UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), Genebra, no projeto "Trade Policies in the 1990s".
- Setembro a outubro de 1989: Consultor da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) da SEPLAN Presidência da República (juntamente com Marcelo de Paiva Abreu e Winston Fritsch) para análise de relatório do Banco Mundial sobre reformas nas políticas comercial e cambial no Brasil.

- Março de 1989 a maio de 1989: Consultor para a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), Genebra, no projeto "Trade Policies and Trade Performance in the 1980s" com estudos de caso sobre Brasil, Colômbia, Chile e México.
- Março e abril de 1988: Consultor Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio, Rio de Janeiro. Elaboração e apresentação de documento e condução de *workshop* sobre o tema "Hiperinflação" e assessoria na elaboração de políticas defensivas para o grupo.
- Janeiro de 1988 a dezembro de 1988: Consultor para o OECD Development Centre, Paris, no projeto "Foreign Direct Investment and Industrialization in Developing Countries".
- Setembro de 1987 a maio de 1988: Consultor, convênio Departamento de Economia PUC-RJ/ DEEST (Departamento de Estudos) da Área de Planejamento - BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Projeto: "Investimento Direto Estrangeiro no Brasil: experiência recente e perspectivas".
- Janeiro de 1986 a janeiro de 1987: Consultor, convênio Departamento de Economia PUC-RJ/ DEDIP (Diretoria da Dívida Pública)- Banco Central do Brasil: Projeto "Sistema financeiro, esforço de poupança e retomada do crescimento".

Participação em comissões e outras atividades

- Dezembro de 1991 a junho de 1992: Membro do Conselho Consultivo do Grupo de Trabalho Nacional (GTN) da organização da Conferência do Rio-92 (UNCED), constituído para assessorar o GTN acerca do Programa Científico paralelo à UNCED.
- Membro da comissão encarregada da organização do 19º Encontro Nacional de Economia-ANPEC, Coritiba, Dezembro de 1991.
- Novembro de 1991: Membro do Steering Group constituído pelo Secretariado da UNCTAD para assessorá-lo acerca de aspectos do projeto de pesquisa "Reconciliation of Environmental and Trade Policies".
- Abril de 1991: Membro da Comissão de Consultores *Ad-Hoc* para a avaliação de projetos submetidos ao PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia) na área de estudos sobre política tecnológica industrial (chamada TIB-01-90-09). FINEP, Rio de Janeiro, abril de 1991.
- A partir de fevereiro de 1991: Consultor *ad-hoc* para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.
- Membro da comissão encarregada da organização da mesa de Macroeconomia do 18º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, Brasília, Dezembro de 1990.
- A partir de janeiro de 1991: Consultor *ad-hoc* para o Conselho Nacional de Pesquisa, Secretaria de Ciência e Tecnologia, CNPQ.
- A partir de dezembro de 1990: Membro do Conselho Editorial da Revista de Economia Política, editada pelo Centro de Economia Política, São Paulo.

- A partir de novembro de 1990: Consultor *ad-hoc* para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro, FAPERJ.
- A partir de julho de 1990: Membro do Conselho Editorial da revista Análise Econômica, editada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- A partir de maio de 1990: Membro do Conselho Editorial da revista Nova Economia, editada pelo CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Março a junho de 1990: Membro da comissão julgadora do 14º Prêmio BNDES para teses em economia.
- Coordenação da mesa de Macroeconomia do 17º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, Fortaleza, Dezembro de 1989.
- Novembro de 1989: Membro da Comissão examinadora do concurso público para professor auxiliar na área de Macroeconomia do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal Fluminense.
- Novembro de 1988: Membro da Comissão Julgadora do Prêmio Haralambos Simionides 1988 para artigos, livros e teses de economia patrocinado pela ANPEC.
- Dezembro de 1987: Membro da comissão examinadora do concurso público para professor adjunto na área de História do Pensamento Econômico do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Coordenação da mesa de Economia Internacional do 15º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, Salvador, Dezembro de 1986.

Prêmios e bolsas de estudo

- Vencedor da competição para Grants em estudos latino-americanos promovida pelo Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh com o projeto High and Hyper-inflations: cross country patterns and the design of stabilization. O Grant vigorou por um período de um ano a partir de maio de 1990.
- Bolsa de estudos do PNPE-Programa Nacional de Pesquisa Econômica com a duração de nove meses para a elaboração da pesquisa O Brasil e a Economia Internacional, 1870-1914. Setembro de 1987 a maio de 1988.
- Vencedor do Prêmio Haralambos Simionides 1987 para livros e teses de doutorado, promovido pela ANPEC (Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia) com o trabalho Aspects of the Economics of Hyperinflations: Theoretical Issues and Historical Studies of Four European Hyperinflations of the 1920s (tese de doutoramento submetida à Universidade de Harvard, 1986).
- Vencedor do 7º Prêmio BNDES para teses de mestrado em economia em 1982 com o trabalho Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana. A comissão julgadora foi presidida pelo prof. Isaac Kerstenetzky.

Teses orientadas

- "A Perda da Liderança Industrial pelo Distrito Federal" Antônio Carlos Fiorêncio Soares da Cunha, 1986.
- "O Comportamento Econômico em um Contexto de Alta Inflação: um estudo da hiperinflação alemã" Cláudio Ribas Visconti, 1987.
- "O Plano de Estabilização Heterodoxo: a experiência comparada de Brasil, Argentina e Peru" Alberto Espejo Ortega, 1988. Premiada com a segunda colocação no Prêmio BNDES de Economia para teses de mestrado em economia, 1989.
- "Inflação e Consumo: modelos teóricos aplicados ao imediato pós-Cruzado" Marcelo Cortes Nery, 1989. Premiada com a segunda colocação no Prêmio BNDES de Economia para teses de mestrado em economia, 1990.
- "A Organização dos Mercados, as Instituições e o Processo Inflacionário" Carlos Parcias, 1990. Premiada com a quinta colocação no Prêmio BNDES de Economia para teses de mestrado em economia, 1991.
- "Sistema de Incentivos às Exportações e Desempenho das Exportações de Manufaturados de Empresas Multinacionais: o caso brasileiro" Leila Martins, março de 1990.
- "A Inflação como Mecanismo de Financiamento do Governo e de Transferência para os Bancos Comerciais: o caso do Brasil nos anos 80" Guilherme Sperandio Ventura, julho de 1990.
- "Organização dos Agentes Econômicos e Políticas de Estabilização" Cesar Costa Alves de Mattos, Janeiro de 1991.
- "Preços de ativos e inflação: a experiência brasileira recente" Carlos Wilson Silva Ribeiro, Abril de 1992.

Disciplinas ministradas
no departamento de economia PUC-RJ

- "Teoria Macroeconômica 1" 1987.2, 1988.1, 1988.2 e 1989.1 (graduação).
- "Seminário em Política de Estabilização" 1986.2 e 1987.1 (graduação).
- "Estado e Economia; a experiência histórica brasileira" 1988.1 (pós-graduação).
- "Economia Brasileira Contemporânea 1" 1989.2 (graduação).
- "Economia Internacional" (comércio exterior) 1988.2, 1989.2, 1990.2 e 1991.2 (pós-graduação).
- "Monografia (de fim de curso)" 1990.1, 1990.2, 1991.1, 1991.2, 1992.1 e 1992.2 (graduação).
- "Economia Internacional" (comércio exterior) 1993.1 (graduação)

na EPG (Escola de Pós-Graduação em Economia) da FGV (Fundação Getulio Vargas)

- "Comércio Internacional I" abril-junho de 1991. (pós-graduação)

Livros publicados ou no prelo

- Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana Publicada pelo BNDES, Rio de Janeiro, 1^a edição 1983. 2^a edição, 1987.
- Foreign direct investment and industrial restructuring: issues and trends (co-autor Winston Fritsch) Development Centre Studies, OECD Development Centre, OECD, Paris, 1991. Publicado simultaneamente, e na mesma série, em francês com o título L'Investissement Etranger Direct au Brésil: son incidence sur la restructuration industrielle.
- A Década Republicana: o Brasil e a economia internacional - 1888/1900 Publicado pelo IPEA-INPES pela série PNPE nº 24. Rio de Janeiro, 1991.
- Cursos de Economia: catálogo de listas de leitura de cursos oferecidos em centros membros da ANPEC Publicado pela ANPEC, Setembro de 1992. (editor)

Trabalhos não publicados

- "Comércio e Crescimento na Economia Colombiana" IBRE/CEMEI Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Março de 1982.
- "Monetarismo" IBRE/CEMEI Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Junho de 1982.
- "Uma Nota Sobre a Eliminação dos Subsídios e a Importância da Correção Monetária" IBRE/CEMEI Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Agosto de 1982.
- "The Rentenmark Miracle and the German Stabilization" Apresentado no Economic History Worksh, Department of Economics, Harvard University, Maio 1985.
- "Aspects of the Economics of Hyperinflations: Theoretical Issues and Historical Studies of Four European Hyperinflations of the 1920s" Tese de Doutoramento, Department of Economics, Harvard University, Maio de 1986. A versão revista em abril de 1989 tem como título Hyperinflations: the experience of the 1920s reconsidered.
- "Um Modelo para a Adoção de Indexação em Condições de Alta Inflação" Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 166, Julho de 1987.
- "Assimetrias Sistêmicas sob o Padrão Ouro" Elaborado como parte do projeto "O Brasil e a Economia Internacional, 1870-1914" patrocinado pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE). Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 185, Janeiro de 1988.
- "Investimento Direto: teoria e evidência empírica" (com Winston Fritsch) Convênio PUC-RJ/DEEST-BNDES, dezembro de 1987. Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 184, Janeiro de 1988.
- "Investimento Direto: tendências globais e perspectivas para o Brasil" (com Winston Fritsch) Convênio PUC-RJ/DEEST-BNDES. Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 194, Julho 1988.

- "O Balanço de Pagamentos do Brasil, 1870-1900: novas estimativas" Elaborado como parte do projeto "O Brasil e a Economia Internacional, 1870-1914" patrocinado pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE). Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 201, Agosto de 1988.
- "A Hiperinflação no Brasil: mecanismos e possibilidades" Mimeo, Departamento de Economia PUC-RJ, março de 1988. Apresentado em Seminário sobre Inflação e Políticas de Estabilização promovido pelo Banco Central do Brasil e pela Universidade de Brasília, em Brasília, 29-30 de novembro de 1988.
- "Trade Policies, Trade Performance and Structural Change in Four Developing Economies in the Eighties" Preparado para a UNCTAD, Junho de 1989. (com Winston Fritsch). Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 255, janeiro de 1991.
- "Trade Policies, MNCs and the Evolving Patterns of Brazilian Trade" Preparado para a reunião anual dos centros membros do RIAL- Relaciones Internacionales da America Latina, El Escorial, Espanha, setembro de 1989. (com Winston Fritsch). Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 230.
- "The Changing Outwardness of Brazilian MNCs". Mimeo, setembro de 1989. (com Winston Fritsch).
- "Liberalização: cuidados a tomar" Departamento de Economia PUC-RJ Texto para Discussão nº 230. A ser publicado em Anais Iº Simpósio de Avaliação do Plano de Estabilização Econômica, Comissão de Economia, Indústria e Comércio, Câmara dos Deputados, Brasília, 1990.
- "Technological Strategies and Development in Latin America: notes with reference to the Brazilian experience" Apresentado no Seminário sobre The Human Development Report. United Nations. Rio de Janeiro, 12, 13 e 14 de dezembro de 1990 (com Winston Fritsch).
- "Trade policy issues in Brazil in the 1990s". Relatório preparado para a UNCTAD. (com Winston Fritsch). Departamento de Economia PUC-RJ Texto para Discussão nº 268, outubro de 1991.
- "Trade reforms in Latin America: issues for country studies". Relatório preparado para a CEPAL. Abril de 1991.
- "The trade-offs between economic growth and environmental protection" Relatório preparado para a UNCED. Research Paper n. 36. Maio de 1991 (com Edward Amadeo e José Márcio Camago).
- "The Progress of trade and industrial policy reform in Brazil". Relatório preparado para a reunião de Cartagena. IDRC, junho de 1991. (com Winston Fritsch).
- "Industrial and trade policy reform in Brazil; an interim assessment". Relatório preparado para a CEPAL e apresentado no seminário "Progresso técnico e competitividade: oportunidades para o Brasil", BNDES, Rio de Janeiro, julho de 1991. (com Winston Fritsch)
- "High and hyperinflation: cross country patterns and the design of stabilization" Relatório final para o projeto do mesmo nome patrocinado pelo Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh. Julho de 1991.
- "Brazil and the World Economy in the 1990s: emerging trade and investment issues" Dezembro de 1991. (com Winston Fritsch) Para o Inter-American Dialogue.

- "Macroeconomic Aspects of Increasing Trade Openness in Brazil" relatório de pesquisa, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Dezembro 1991.
- "O regime cambial e a conta capital" CEMLA. Fevereiro de 1992.
- "Aspects of the Brazilian Experience with the Gold Standard". Dezembro de 1991. (com Winston Fritsch) Departamento de Economia PUC-RJ Texto para Discussão nº 286, setembro de 1992.
- "Brazil as a exporter of manufactures: rise and future prospects" (com Winston Fritsch) November 1992.
- "The Political Economy of Trade and Industrial Policy Reform in the 1990s" ECLAC (CEPAL) Serie Reformas de Política Pública 6, Santiago, 1993.

Capítulos de livros publicados e contribuições em coletâneas

- "Balance y Pronóstico de los Principales Indicadores Económicos para Brasil: 1986 y 1987" em Uruguay 1987: La coyuntura económica nacional e internacional Instituto de Economia, FESUR, Montevideo. Fevereiro de 1987.
- "Setor Externo" em Estatísticas Históricas do Brasil Volume 3 de "Séries Estatísticas Retrospectivas: séries económicas, demográficas e sociais, 1550 a 1985. IBGE, Rio de Janeiro, 1987.
- "Uma Introdução ao Artigo 'Keynes e os Clássicos: uma sugestão de interpretação'" Em Clássicos da Literatura Econômica Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- "Foreign Direct Investment in Brazil: Past Adjustment and Emerging Issues" Em Peter Coffey & Luiz A. Correa do Lago (eds.) The European Economic Community and Brazil: trade, capital investment and the debt problem London and New York: Pinter Publishers, 1988.
- "Casos Clássicos de Hiperinflação" em Hiperinflação São Paulo: Agência Dinheiro Vivo, 1989.
- "A Primeira Década Republicana" em M. P. Abreu (org.) A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989 Rio de Janeiro: Campus Editora, 1989.
- "Estratégia industrial e investimento direto estrangeiro" em J. P. Reis Veloso (org.) As Perspectivas do Brasil e o Novo Governo Rio de Janeiro: Nobel, 1990. (com Winston Fritsch).
- "Hiperinflação: teoria e prática" em J. M. Rego (ed.) Inflação e Hiperinflação: interpretações e retórica São Paulo: Bienal, 1990.
- "The Rentenmark Miracle" Em Monetary Regime Transformations editada por Barry Eichengreen para a Edward Elgar Publishing Ltd, 1991.
- "Foreign Direct investment and patterns of trade and industrialization in developing countries: notes with reference to the Brazilian experience" (com Winston Fritsch). Em G. K. Helleiner (ed.) Trade Policy, Industrialization and Development: a reconsideration. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- "Efficient Industrialization in a Technologically Dependent Economy: The Current Brazilian Debate" Em Competition and Economic Development Committee of Competition Law and Policy, OECD, 1991.

- "Inflação e Preços Relativos no Plano Collor: avaliação e perspectivas" (com Edward Amadeo). Em Nali Souza (ed.) A economia da inflação Porto Alegre: Editora da Universidade.
- "O Investimento Direto Estrangeiro em uma Nova Estratégia Industrial" Em J. P. Reis Veloso (org.) O Brasil e a nova economia mundial Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.
- "Análise econômica do novo plano de estabilização" em Clovis de Faro (ed.) A Economia Pós Plano Collor 2 Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1991. (com José Serra).
- "A Regulação do Capital Estrangeiro no Brasil: análise da legislação e propostas de reforma" Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 245. Em A Economia Brasileira e suas Perspectivas (APECÃO) ano XXX, 1991. Apec, Rio de Janeiro 1991.
- "E o ajuste fiscal ?" em M. D. David (org.) Economia e Política da Crise Brasileira: a perspectiva social-democrata Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- "A Nova Política Industrial" em Cadernos do Plano 2015, Anais do Seminários Temáticos 1, Eletrobrás, Rio de Janeiro, 1991.
- "Los avances de la reforma en la política comercial y industrial en Brasil" (com Winston Fritsch) em Adonde va América Latina ? Balance de las reformas económicas Santiago de Chile: CIEPLAN, 1992.
- "The political economy of the Brazilian hyperinflation" in Maria D'Alva G. Kinzo (ed.) Brazil: challenges for the 1990s Londres: Institute of Latin American Studies. & British Academic Press, 1993.
- "Import repression, productivity slowdown, and manufactured export dynamism: Brazil, 1975-1990" in Gerry Helleiner (ed.) Trade policy and industrialization in turbulent times London: Routledge for UNU-Wider, 1993. (com Winston Fritsch) (a sair)
- "MNCs and Brazilian industrialization in the formative years" forthcoming in D. Chudnovski (ed) Transnational corporations and industrialization vol. 11 of "The United Nations Library on Transnational Corporations". Routledge for UNCTC. (a sair)
- "Macroeconomic Instability and Trade Liberalization in Brazil: Lessons from the 1980s to the 1990s" in Adolfo Canitrot & Silvia Junco (eds.) Macroeconomic Conditions and Trade Liberalization Inter-American Development Bank & The John Hopkins University Press, Washington, 1993. (com Regis Bonelli & Winston Fritsch).

Artigo em revistas de divulgação científica

- "As Lições do Passado e a Possibilidade de um Plano Econômico Não-Ortodoxo" Rumos do Desenvolvimento VI(42) Julho/Agosto de 1983.
- "Moratória, Dívida e Internacionalização" Brasil Perspectivas Internacionais 13 Janeiro-Março de 1987.
- "Elementos da Inflação Brasileira" Cadernos de Ciência 16 Agosto/Outubro de 1989
- "Aspectos da reforma financeira" Conjuntura Econômica 45 (12) Dezembro de 1991.

• "Cenários para a crise" Economia em Perspectiva Conselho Regional de Economia, São Paulo, nº 91, junho 1992.

• "Política comercial, de competição e de investimento estrangeiro" Revista Brasileira de Comércio Exterior vol. 8 (33) Dezembro de 1992.

Artigos em anais de congressos

• "Testing Monetarist Models of Hyperinflation" Em Anais de 7º Encontro Latino-Americano da Econometric Society, São Paulo, 1987. (resumo)

• "Inertia, Coordination and Corporatism" Apresentado no Encontro Anual da Asociación Argentina de Economía Política em dezembro de 1987 e publicado em Anales: Asociación Argentina de Economía Política Córdoba, Argentina, 1987.

• "Brazilian external adjustment in the 1990s: the role of foreign direct investment" (com Winston Fritsch). Apresentado na Conferência: "Nuevas Fuentes de Dinamismo Económico para Latinoamerica en los 90". Junho de 1988, Caracas. Em Anais do XVIº Encontro da ANPEC, Belo Horizonte, dezembro de 1988.

• "Abertura Financeira e Crises em 1870-1900" Elaborado como parte do projeto "O Brasil e a Economia Internacional, 1870-1914" patrocinado pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE). Em Anais do XVIº Encontro da ANPEC, Belo Horizonte, dezembro de 1988.

• "Dolarização: mecanismos, mágicas e fundamentos" Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 266. Agosto de 1991. Anais do Encontro Nacional da ANPEC, Coritiba, 1991.

Trabalhos publicados em revistas com conselho editorial

• "Uma Introdução ao Artigo 'Keynes e os Clássicos: uma sugestão de interpretação'" Literatura Económica 5(2) Março/Abril de 1983.

• "Uma Nota Sobre a Política Fiscal Durante os Anos Trinta" Pesquisa e Planejamento Econômico 15(2) Agosto de 1985.

• "Taxa de Câmbio e Oferta de Moeda, 1885-1893: uma análise econométrica" Revista Brasileira de Economia 40(1) Janeiro/Março de 1986.

• "O Plano Cruzado: diagnóstico, 'performance' e perspectivas a 15 de novembro" Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 144, Novembro de 1986. Publicado em espanhol em Estudios Económicos de El Colegio de México número extraordinario: "Programas Heterodoxos de Estabilización" J. L. Alberro & D. Ibarra (eds.) Octubre 1987.

• "Reformas Fiscais e os Fins de Quatro Hiperinflações" Revista Brasileira de Economia 41(4) Outubro/Dezembro de 1987.

• "Política de Estabilização no Brasil: algumas lições do Plano Cruzado" Apresentado no painel "Aspectos Teóricos dos Planos Cruzado, Austral e de Israel" realizado durante o Encontro Nacional de Economia - ANPEC, Brasília, Dezembro de 1986. Em Revista de Economia Política 8(2) Abril/Junho de 1988.

- "The Rentenmark Miracle" Rivista di Storia Economica Second Series Volume 4, 1987. Edição local (em italiano) e na edição internacional (em inglês). Publicado em português, numa versão revista, com o título "O Milagre do Rentenmark: uma experiência bem sucedida com moeda indexada" em Revista Brasileira de Economia 43(3) Julho/Setembro de 1989.
- Resenha de Sebastian Edwards & Alejandra C. Edwards "Monetarism and Liberalization, the Chilean Experiment 1973-1983" em Journal of International Economics 24 (3/4) Maio 1988. A versão em português foi publicada em Pesquisa e Planejamento Econômico 18(1) Abril de 1988.
- "Imposto Inflacionário durante Quatro Hiperinflações" Pesquisa e Planejamento Econômico 18(2) Agosto de 1988.
- "Inversión extranjera directa y pautas de la industrialización y el comercio exterior en los países en desarrollo; Notas con referencia a la experiencia brasileña" Desarrollo Económico 130, enero-marzo de 1991. (com Winston Fritsch)
- "O Investimento Direto Estrangeiro em uma Nova Estratégia Industrial" (com Winston Fritsch). Em Revista de Economia Política 9(2) Abril 1989..
- "Entre Keynes e Robertson: Finance, Poupança e Investimento" (com Edward Amadeo) Política e Planejamento Econômico 19(2) Agosto de 1989.
- "Fiscal Reforms and Stabilization: four hyperinflation cases examined" The Economic Journal, vol. 100, no. 399, March 1990.
- "Inéria e Coordenação: pactos, congelamentos e seus "problemas" Pesquisa e Planejamento Econômico 19(1) Abril de 1989.
- "Key Issues on Industrial Promotion: the current Brazilian debate" Apresentado em Second Interamerican Seminar on Economics, copatrocinado pelo National Bureau of Economic Research, Inc., Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Fedesarollo, Bogotá, Março, 1989. Aceito para o Latin American Studies Association 1989 Congress Miami, Dezembro de 1989. (com Winston Fritsch). Publicado em Planejamento e Políticas Públicas 3, 1990 sob o título "Política Industrial, Competitividade e Industrialização: aspectos da experiência brasileira recente". Aceito para publicação em El Trimestre Económico.
- "Os Riscos de Hiperinflação e as Perspectivas de Estabilização" em Indicadores Econômicos FEE 17(3) Análise conjuntural, 3º trimestre, 1989.
- "The Quest for Efficient Industrialization in a Technologically Dependent Economy: The Current Brazilian Debate" Apresentado em Symposium on Competition Policies and Economic Development, OECD, Paris, Outubro 1989. (com Winston Fritsch). Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 229. Publicado com o título "Competition and Industrial Policies in a Technologically Dependent Economy: the emerging issues for Brazil" em Revista Brasileira de Economia vol. 45 (1) Janeiro/março de 1991.
- "A Economia Brasileira em 1990: desempenho e perspectivas" Ensaios FEE 11(2), 1991.
- "Brasil: La economía brasileña en 1990: desempeño y perspectivas" em Coyuntura Económica Latinoamericana nº 1, Dezembro de 1990. Fedesarollo/CLADEI.
- "Inflação, Clientelas e Preços Relativos" (com Carlos Parcias Jr.). Revista de Economia Política 11(3) nº 43, julho-setembro de 1991.

- "Inflação e Preços Relativos no Plano Collor: avaliação e perspectivas" Departamento de Economia PUC-RJ Textos para Discussão nº 250. (com Edward Amadeo). Revista Brasileira de Economia 1991.
- "Estado e economia ao fim dos anos 80: problemas fiscais e regulatórios" Nova Economia 2, 1991.
- "Brasil: La economía brasileña en 1991: desempeño y perspectivas" em Coyuntura Económica Latinoamericana nº 2, Setembro de 1991. Fedesarrollo/CLADEI.
- "Dolarização, conversibilidade e estabilização: padrões e possibilidades" Indicadores Econômicos FEE 19(2) 1991.
- "Macroeconomic Conditions for Equitable Growth". Apresentado no Seminário sobre The Human Development Report. United Nations. Rio de Janeiro, 12, 13 e 14 de dezembro de 1990. Publicado em francês como "Les Conditions Macroéconomiques d'une Croissance Soutenu en Amerique du Sud" Economie Prospective Internacionale 47(3) 1991. (com Winston Fritsch).
- "Política Comercial no Brasil: passado e presente" Pensamiento Iberoamericano 2, 1992 (com Winston Fritsch).
- "Macroeconomic Instability and Trade Liberalization in Brazil: Lessons from the 1980s to the 1990s" Inter-American Development Bank, Working Paper Series n. 101, March 1992, Washington, D.C. Departamento de Economia PUC-RJ Texto para Discussão nº 278, fevereiro de 1992. In The Bangladesh Development Studies vol. XX (2 & 3) June-September 1992. (com Regis Bonelli & Winston Fritsch).
- "Alternativas de estabilização: gradualismo, dolarização e populismo" Revista de Economia Política 13(2) abril/julho de 1993.

Artigos de jornal

- "A Hiperinflação no Brasil" Jornal do Brasil 31/3/1988.
- "Multinacionais: os fatos" (com Winston Fritsch) Jornal do Brasil 24/9/1988.
- "Política Industrial e Competitividade" (com Winston Fritsch) Jornal do Brasil 24/10/1988.
- "O Plano Verão forçou a desindexação em um momento de grande incerteza" Gazeta Mercantil 18/5/1989.
- "O Mistério da Inflação 'Normal'" Jornal do Brasil 25/6/1989.
- "Anatomia de um Desastre" Jornal do Brasil 25/6/1989.
- "Lições da Hiperinflação Argentina" Jornal do Brasil 2/7/1989.
- "A Hiperinflação e as Dores da Adolescência" Jornal do Brasil 2/7/1989.
- "O que 'não' se deve esperar da socialdemocracia" Jornal do Brasil 3/8/1989.

- "Economia e Candidatos" Jornal de Brasília Publicado em duas partes em 11/8/1989 e 12/8/1989.
- "Os Perigos da Visão Corporativa" Jornal do Brasil 3/12/1989.
- "Programas e Promessas" Jornal de Brasília 10/12/1989.
- "O "Calote" da Dívida Interna" Jornal do Brasil 18/12/1989.
- "Collor e o Congresso" (com Edmar Bacha, Luiz Roberto Cunha e Winston Fritsch) Jornal do Brasil 29/3/1990.
- "Estabilização e Democracia" Jornal de Brasília 12/4/1990.
- "Crise Fiscal, Torneirinhas e Vampiros" Jornal do Brasil 28/4/1990.
- "A Volta da Inflação e o Efeito Clientela" Jornal do Brasil 6/6/1990.
- "A Liberalização das Importações" Jornal do Brasil 6/7/1990.
- "A Nova Política Industrial" Jornal do Brasil 8/7/1990.
- "A (Nova?) Política Industrial" Folha de São Paulo 13/7/1990. Replicado em inglês em Brazil Post 23/7/1990.
- "Um Pacto pela Inflação ?" Jornal do Brasil 23/8/1990.
- "Contra-indicações" Folha de São Paulo 1/9/1990.
- "Liberalização, Política Industrial e o Contribuinte" Folha de São Paulo 4/9/1990.
- "Oligopólios e Inflação" Folha de São Paulo 8/10/1990 e Jornal de Brasília 13/10/1990.
- "Inflação e Preços Relativos no Plano Collor (1): o comportamento dos macropreços" Folha de São Paulo 4/11/1990. (com Edward Amadeo)
- "Inflação e Preços Relativos (2): o comportamento dos micropreços" Folha de São Paulo 5/11/1990. (com Edward Amadeo)
- "Entendimento Inflacionário ?" Folha de São Paulo 28/11/1990.
- "Talvez uma Vitória de Pirro" Folha de São Paulo 23/12/1990.
- "Aprofundando erros" Jornal do Brasil 5/2/1991.
- "Baixo astral" Folha de São Paulo 24/2/1991.
- "A Reforma Financeira a a Histerese da Riqueza" Folha de São Paulo 14/3/1991.
- "Dolarização: mais difícil do que parece" Folha de São Paulo 30/3/1991.
- "E o ajuste fiscal ?" Folha de São Paulo 21/5/1991.

- "Política industrial: o discurso e a prática" Folha de São Paulo 7/7/1991.
- "É melhor ser tigre que baleia" Folha de São Paulo 21/7/1991.
- "Uma herança explosiva" Folha de São Paulo 13/8/1991.
- "Panorama Argentino" Folha de São Paulo 11/9/1991.
- "O Malentendido Nacional" Jornal do Brasil 23/9/1991 (com Winston Fritsch).
- "O Ovo da Serpente" Folha de São Paulo 6/10/1991.
- "Os termos de troca" Folha de São Paulo 11/10/1991.
- "Banco Central independente e limitação dos juros" Folha de São Paulo 27/10/1991.
- "Plano ortodoxo?" Folha de São Paulo 21/2/1992.
- "Competição contra cartel" Jornal do Brasil 24/2/1992.
- "Brasil, Peru e frenólogos" Folha de São Paulo 18/4/1992.
- "Crédito de confiança" Folha de São Paulo 16/5/1992.
- "Câmaras setoriais, mercados e negociações" Folha de São Paulo 31/5/1992
- "Política perneta" Folha de São Paulo 27/6/1992
- "Maravilhas do acordo automobilístico" Folha de São Paulo 14/7/1992
- "Contingenciamento, corrupção e reforma fiscal" Folha de São Paulo 9/8/1992
- "Você é populista?" O Globo 24/10/1992
- "Ajuste fiscal: e a despesa ?" Folha de São Paulo 31/10/1992
- "O retorno dos mortos vivos" Folha de São Paulo 8/11/1992
- "Negociações perigosas" Folha de São Paulo 15/11/1992
- "Uma República sem orçamento" Folha de São Paulo 22/11/1992
- "Políticas horizontais e verticais" Folha de São Paulo 29/11/1992
- "Apartheid industrial" Folha de São Paulo 6/12/1992
- "Na Malásia é diferente" Folha de São Paulo 13/12/1992
- "O ajuste estrutural" Folha de São Paulo 20/12/1992
- "Presidente solteiro procura" Folha de São Paulo 27/12/1992

- "O modelo concentrador" Folha de São Paulo 3/1/1993
- "Ideias de manicure" Folha de São Paulo 10/1/1993
- "Castro versus Castro" Folha de São Paulo 17/1/1993
- "As reservas e as estradas" Folha de São Paulo 24/1/1993
- "As reservas e as estradas 2" Folha de São Paulo 31/1/1993
- "O carro popular" Folha de São Paulo 8/2/1993
- "O Fusca e o marketing" Folha de São Paulo 15/2/1993
- "O novo acordo" Folha de São Paulo 21/2/1993
- "A inflação não é mais aquela" Folha de São Paulo 28/2/1993
- "Neoliberalismo e neocorporativismo" Folha de São Paulo 4/3/1993.
- "Um certo bolequim de Juiz de Fora" Folha de São Paulo 6/3/1993.
- "Sobre a âncora monetária" Folha de São Paulo 14/3/1993.
- "Quanto custou o acordo automotivo" Folha de São Paulo 18/3/1993.
- "Um calote de direita" Folha de São Paulo 21/3/1993.
- "Vendendo fumaça" Folha de São Paulo 28/3/1993.
- "Um capítulo esquecido" Folha de São Paulo 4/4/1993.
- "Enchendo linguiça" Folha de São Paulo 11/4/1993.
- "O imposto sobre o pobre" Folha de São Paulo 18/4/1993.
- "A lavagem de um subsídio" Folha de São Paulo 22/4/1993.
- "O novo programa" Folha de São Paulo 25/4/1993.
- "O falso social" Folha de São Paulo 1/5/1993.
- "Juros negativos" Folha de São Paulo 2/5/1993.
- "A inércia acabou" Folha de São Paulo 9/5/1993.
- "Um cheiro de enxofre no ar" Folha de São Paulo 16/5/1993.
- "O circo armado" O Globo 16/5/1993.
- "O deficit potencial" Folha de São Paulo 1994
- "O mistério da Inflação em URV" Folha de São Paulo 15/5/1994 e O Globo 15/5/1994.

Congressos e seminários

- Seminário: Uruguay 1987: La coyuntura económica nacional e internacional Instituto de Economia, FESUR, Montevideo, Dezembro de 1986. Apresentação de trabalho "A Economia Brasileira em 1986 e Perspectivas para 1987".
- Seminário: participação no painel "Aspectos Teóricos dos Planos Cruzado, Austral e de Israel" realizado durante o 14º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, Brasília, Dezembro de 1986.
- Congresso: 7º Encontro Latino-Americano da Econometric Society, São Paulo, Agosto de 1987. Apresentação de trabalho: "Testing Monetarist Models of Hyperinflation".
- Congresso: 22º Encontro Anual da Asociación Argentina de Economía Política Córdoba, Argentina, dezembro de 1987. Apresentação de trabalho "Inércia e Coordenação".
- Seminário: "Nuevas Fuentes de Dinamismo Económico para Latinoamerica en los 90". Apresentação do trabalho "Brazilian external adjustment in the 1990s: the role of foreign direct investment" (com Winston Fritsch). Caracas, Junho de 1988.
- Seminário: Foreign Direct Investment and Industrialization in Developing Countries OECD Development Centre. Apresentação do trabalho: "Foreign direct investment and industrial restructuring: issues and trends" (com Winston Fritsch), Paris, Julho 1988.
- Seminário: New Trade Theories and Industrialization in Developing Countries United Nations University/Wider. Apresentação do trabalho: "Foreign Direct investment and patterns of trade and industrialization in developing countries: notes with reference to the Brazilian experience" (com Winston Fritsch), Helsinki, Agosto de 1988.
- Seminário sobre Inflação e Políticas de Estabilização Banco Central do Brasil - Universidade de Brasília. Apresentação do trabalho: "A Hiperinflação no Brasil: mecanismos e possibilidades". 29-30 de novembro de 1988.
- Seminário: Forum Nacional: Idéias para a Modernização do Brasil, BNDES, 23-25 de Novembro de 1988. Apresentação do trabalho "O Investimento Direto Estrangeiro em uma Nova Estratégia Industrial" (com Winston Fritsch).
- Congresso: 16º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, Belo Horizonte, 5 a 7 de Dezembro de 1988. Apresentação dos trabalhos: "Abertura Financeira e Crises em 1870-1900" (na mesa de História Econômica) e "Brazilian external adjustment in the 1990s: the role of foreign direct investment", com Winston Fritsch (na mesa de Economia Internacional) .
- Seminário: Second Interamerican Seminar on Economics, copatrocinado pelo National Bureau of Economic Research, Inc. , Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Fedesarollo, Bogotá, Março 30-Abril 1, 1989. Apresentação do trabalho "Key Issues on Industrial Promotion Policies: the Brazilian debate" (com Winston Fritsch).
- Seminário: Forum Nacional: Idéias para a Modernização do Brasil, BNDES, 4-6 de Janeiro de 1990. Comentário sobre o capital estrangeiro e a nova estratégia industrial.
- Seminário: As Novas Políticas Econômicas na América Latina, Rio de Janeiro, 7-8 de junho de 1990. Organizado por Departamento de Economia PUC-RJ e International Development Research Centre (IDRC). Comentário sobre o paper "Vargas Llosa, Fujimori y García: estabilización y elecciones" de Javier Iguíñiz.

- Seminário: Coyuntura Económica Latinoamericana, Bogotá, 6 e 7 de setembro de 1990. Apresentação do trabalho "A economia brasileira em 1990: desempenho e perspectivas".
- Seminário: Programa de Estabilización Económica: situación actual y perspectivas, Consórcio de Investigación Económica, Lima, 6, 7 e 8 de novembro de 1990. Comentário e avaliação do programa de estabilização do governo Fujimori.
- Seminário: The Human Development Report, United Nations. Rio de Janeiro, 12, 13 e 14 de dezembro de 1990. Apresentação dos trabalhos "Macroeconomic Conditions for Equitable Growth" e "Technological Strategies and Development in Latin America: notes with reference to the Brazilian experience", ambos em co-autoria com Winston Fritsch.
- Seminário: Metodos de Analisis Comparativo de Reformas de Politica Publica Promovido pela CEPAL, Santiago, 6-8 de maio de 1991.
- Seminário: Trade Policies for Developing Countries in the 1990s Promovido pela UNCTAD e pelo Banco Central da Turquia, Antalya, Turquia, 24-30 de maio de 1991.
- Seminário: Coyuntura Económica Latinoamericana, Bogotá, 27 e 28 de junho de 1991. Apresentação do trabalho "A economia brasileira em 1991: desempenho e perspectivas".
- Seminário: Dinamica de los Mercados Internacionales Y Políticas Comerciales para el Desarrollo, organizado pela UNCTAD, CEPAL e Instituto de Cooperacion Iberoamericana. El Escorial, Espanha, 8-12 de julho de 1991. Apresentação do trabalho "Política Comercial no Brasil: passado e presente"
- Seminário: Trade and Industrialization Reconsidered Wider, OECD Development Centre, Paris, Outubro de 1991. Apresentação do trabalho "Import Repression, Productivity Slowdown, and Manufactured Export Dynamism: Brazil, 1975-1990"
- Seminário: Ad-hoc expert group meeting on sustainable development, technology and the international trading system UNCTAD, Genebra, 7 e 8 de outubro de 1991.
- Seminário: Hacia la Reforma de el sector Financiero Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, 7 de novembro de 1991.
- Congresso: 19º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, Coritiba, 5 a 7 de Dezembro de 1991. Apresentação do trabalho: "Dolarização: mecanismos, mágicas e fundamentos".
- Seminário: Latin American Integration into the the World Economy: confronting the choices organizado pelo Inter American Dialogue e pelo Brookings Institution, Washington, 18-19 de dezembro de 1991. Apresentação do trabalho: "Brazil and the World Economy in the 1990s: emerging trade and investment issues".
- Seminário: The Gold Standard in the Countries of the Periphery organizado pela Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 16-17 de dezembro de 1991. Apresentação do trabalho: "Aspects of the Brazilian Experience with the Gold Standard"
- Seminário: Economic growth in the long run organizado pela Centre for Latin American Studies, University of London. Londres, Março de 1992.
- Seminário: Reconciliation of environmental and trade policies Promovido pela UNCTAD, Nove Iorque, Maio 1992.

- Seminário: "A política comercial brasileira" promovido conjuntamente pela UNCTAD e pelo BNDES, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1992.
- Seminário: Trade and Industrialization Reconsidered Wider, OECD Development Centre, Paris, 24-28 de Novembro de 1992. Apresentação do trabalho "Brazil as a exporter of manufactures: rise and future prospects" (com Winston Fritsch)

Palestras e conferências

- "Conjuntura Econômica Brasileira: discussões e novos caminhos" (painel) Ciclo de Palestras PUC-UFRJ, 1ª Semana de Integração de Economia, 18 de março de 1987. (com Winston Fritsch e Ricardo Bielschowsky)
- "Conversão da Dívida Externa em Investimentos" (palestra) Estado do Rio de Janeiro, PUC-RJ e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1987.
- "A Hiperinflação no Brasil" (palestra) Rotary Clube do Brasil, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1988.
- "Perspectivas da Inflação Brasileira" (palestra) Associação Comercial, Rio de Janeiro, outubro de 1988
- "Investimento Direto Estrangeiro - A Economia Brasileira no Contexto Internacional" (seminário) Faculdade de Economia e Administração, UFRJ, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1988.
- "Investimento Direto Estrangeiro; teoria e prática" (seminário) Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico, CENDEC, IPEA, Brasília, 12 de outubro de 1988.
- "Investimento Direto, Comércio e Reestruturação Industrial no Brasil" (seminário) Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico, CENDEC, IPEA, Brasília, 18 de outubro de 1988.
- "Hiperinflação: as lições da história" (palestra) APEC (Associação Promotora de Estudos em Economia), Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1988.
- "A Hiperinflação no Brasil" (palestra) ANEFAC-Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, seção Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1988.
- "Perspectivas da Inflação Brasileira" (palestra) Câmara de Comércio Brasil França, Rio de Janeiro, 7 de março de 1989.
- "Inflação: teorias e perspectivas para o Brasil" (seminário) Escola de Comando do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro 14 de março de 1989.
- "Hiperinflação" (workshop) Shell Brasil S/A, Rio de Janeiro, abril de 1989 (com Afonso Celso Pastore).
- "Key Issues in Industrial Promotion: the current Brazilian debate" (seminário) EPGE (Escola de Pós-Graduação em Economia) FGV (Fundação Getúlio Vargas), Rio de Janeiro, 6 de abril de 1989.
- "Industrialização, Investimento Estrangeiro e Política Industrial" (seminário) Convênio INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) FGV (Fundação Getúlio Vargas). Rio de Janeiro, 25 de abril de 1989.

- "Política Econômica na Primeira República: debates e controvérsias" (mesa redonda). No Congresso Internacional do Centenário da República Brasileira, Módulo III: República, Economia e Sociedade. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1989.
- "Casos Clássicos de Hiperinflação" (palestra). No IERJ (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 28 de junho de 1989.
- "Hiperinflação: consequências econômicas" (palestra) No seminário Hiperinflação: as Táticas Defensivas, São Paulo, 29 de junho de 1989.
- "Hiperinflação no Brasil" (palestra) Conselho Diretor do Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1989.
- "Ampliação do Mercado Interno como Fator Integracionista e Estimulador da Economia Nacional" (painel) Escola Superior de Guerra 10 de julho de 1989. (com Flávio Teles de Menezes).
- "Hiperinflação na Argentina: lições para o Brasil" (palestra) APEC (Associação Promotora de Estudos em Economia), Rio de Janeiro, 12 de julho de 1989.
- "Hiperinflação no Brasil" (palestra) Aracruz Celulose S/A, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1989.
- "Hiperinflação: consequências econômicas" (conferência) No seminário "Hiperinflação: as Táticas Defensivas" BBF (Bolsa Brasileira de Futuros), Rio de Janeiro, 19 de julho de 1989.
- "Panorama da Economia Brasileira" (palestra) Shell Brasil S/A, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1989.
- "Hiperinflação e Ruptura Social no Brasil" (painel), TANAC S/A, São Paulo, Julho de 1989. (com Francisco L. Lopes, James Wygand e Alexandre Barros).
- "Hiperinflação, Mercado de Trabalho, e Relações Industriais no Brasil" (workshop) Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio, Hotel Glória, Rio de Janeiro, Julho de 1989. (com José Márcio Camargo).
- "Características das Hiperinflações e Hiperinflação no Brasil" (workshop) BNDES, Rio de Janeiro, Julho de 1989.
- "Perspectivas para a Economia Brasileira" (palestra) Quacker Alimentos Lta, São Paulo, 24 de agosto de 1989.
- "A Economia Brasileira e seu Reflexos no Comércio - os riscos de hiperinflação" (palestra) Clube de Diretores Lojistas de Niterói, Niterói, 29 de agosto de 1989.
- "Hiperinflação" (palestra) No seminário "Os Riscos da Hiperinflação e o Brasil de 1990", Florianópolis, 13 de setembro de 1989.
- "O Programa Econômico dos Partidos Políticos" (painel) 6º Encontro dos Economistas do Rio de Janeiro, IERJ, Corecon, Sindecon, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1989 (com Mario Tinoco, Raul Paixão e Paulo Guedes).
- "Planos de Estabilização: aspectos teóricos" (painel). No seminário Estabilização e Retomada do Crescimento, FUNDAP, São Paulo, 19 de setembro de 1989 (com Persio Arida e Antônio Kandir)

- "Perspectivas da Economia e os Riscos de Hiperinflação" (palestra) ABICOMP, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1989.
- "Hiperinflação" (palestra). No "Primeiro Ciclo de Palestras sobre a Economia Internacional e a Economia Brasileira" Petrobrás Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1990.
- "Políticas de Estabilização - alternativas e possíveis impactos econômicos e sociais" (painel). No seminário Brasil 90 promovido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais & Sociedade de Economistas de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 1990. (com Joaquim Eloi de Toledo, Aloisio Mercadante e Carlos Alberto Teixeira de Oliveira).
- "Inflação e Hiperinflação em Debate" (palestra) Clube de Engenharia Rio de Janeiro, 6 de março de 1990.
- "Perspectivas do Novo Governo" (debate) Eletrobrás, Rio de Janeiro, 21 de março de 1990 (com Antonio Barros de Castro).
- "Perspectivas para a Economia Brasileira" (palestra) Quacker Alimentos Lta, São Paulo, 27 de março de 1990.
- "Correntes Contemporâneas de Pensamento Econômico Brasileiro" (painel) Escola Superior de Guerra Rio de Janeiro, 4 de abril de 1990 (Com Edward Amadeo e Claudio Contador).
- "Para Vencer a Recessão" (painel) Clube de Engenharia Rio de Janeiro, 27 de abril de 1990 (com Carlos Firme, José Carlos Assis, Mario Covas e Técio Lins e Silva).
- "Política Industrial e Liberalização no Brasil nos anos 90" (palestra) Escola de Comando do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1990.
- "Plano Collor - sua análise política, econômica e social" (painel) The British Chamber of Commerce in Brazil Rio de Janeiro, 27 de junho de 1990. (com Aurélio Andrade, Eurico Lima Figueiredo e Ives Gandra Martins)
- "Reformas Monetárias Européias no Pós-Guerra e o Plano Collor" (painel) Fundação de Economia e Estatística (FEE), Porto Alegre, 6 de julho de 1990. (com Giacomo Balbinoto e Roberto Camps de Moraes).
- "Política Industrial e de Comércio Exterior" (painel) Associação dos Ex-Alunos do MBA-Executivo AMBA, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1990. (com Luiz Paulo Velozo Lucas e Mario Riepper).
- "Política Industrial e Comércio Exterior" (workshop) IPEA, Brasilia, 14 de agosto de 1990.
- "Liberalização Comercial: um exame de experiências internacionais" (painel) Confederação Nacional da Indústria, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1990.
- "Administrando sem o Guarda-Chuvas Financeiro" (painel) 31ª Convención Nacional do Comercio Lojista, Aracaju, 18 de setembro de 1990. (com Jacob Guelman e Paulo R. Teixeira).
- "Perspectivas da Política Industrial" (palestra) Cia. White Martins Gases Industriais S. A. Teresópolis, 23 de outubro de 1990.
- "Comércio Exterior e Política Industrial" (painel) Eletrobrás & Clube de Engenharia Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1990. (com Otávio Tourinho, Nelson Tavares e Luciano Coutinho).

- "Inflação, Clientelas e Preços Relativos" (seminário) EPGE (Escola de Pós-Graduação em Economia) FGV (Fundação Getúlio Vargas), Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1990. (com Carlos Parcias Jr.)
- "Correntes Contemporâneas de Pensamento Econômico Brasileiro" (painel) Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1991 (com Dionísio Dias Carneiro e Antonio Carlos Porto Gonçalves).
- "Perspectivas da economia" (palestra) Câmara Americana de Comércio, Rio de Janeiro, (com Vilas Boas Correa).
- "Progresso técnico e competitividade: oportunidades para o Brasil" Seminário CEPAL-BNDES, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1991 (com Winston Fritsch, Luiz Paulo Veloso Lucas e Artur João Donato).
- "Perspectivas para o Segundo Semestre de 1991" (palestra) Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1991.
- "Perspectivas do Plano Cavallo e a Dolarização no Brasil" (palestra) Banco Geral do Comércio, São Paulo, 14 de agosto de 1991.
- "Dolarização" (painel) Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 20 de agosto de 1991. (com Maria Presser e Antônio Carlos Fraquelli)
- "Sistema financeiro nacional: aspectos da experiência recente" Depoimento perante a Comissão Especial-Sistema Financeiro Nacional, Câmara dos Deputados, Brasília, 26 de setembro de 1991. (com Mario Henrique Simonsen e Carlos Eduardo Carvalho).
- "Hiperinflations and Adjustment" (workshop) First National Bank of Boston, São Paulo, 13 de novembro de 1991.
- "As Perspectivas Nacionais" (palestra) Universidade Federal de Juiz de Fora Juiz de Fora, 26 de novembro de 1991.
- "Correntes Contemporâneas de Pensamento Econômico Brasileiro" (painel) Escola Superior de Guerra Rio de Janeiro, 2 de abril de 1992 (Com Edward Amadeo e Donald Stewart).
- "Ortodoxos, heterodoxos e paradoxo: notas sobre a crise brasileira" (palestra) Aula inaugural, Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 15 de abril de 1992.
- "Reforma do Sistema Financeiro Nacional" (painel) Fundação Getúlio Vargas - FIPE-USP, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1992 (com Antonio Carlos Lemgruber, Ives Gandra Martins, Fernando Milliet).
- "Perspectivas para a Economia Brasileira" (palestra) Nacional Cia de Seguros, Belo Horizonte, 1 de setembro de 1992.
- "Perspectivas para a Economia Brasileira" (palestra) Nacional Cia de Seguros, Recife, 10 de setembro de 1992.
- "Perspectivas para a Economia Brasileira" (palestra) Confederação Nacional da Indústria, Conselho de Política Econômica, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1992.

- "A nova política industrial: onde estamos e para onde vamos" - (painei) com Emerson Kappaz, Luiz Paulo Velozo Lucas, Miriam Leitão e Sergio Abranches. No IV Congresso de Administração, COPPE - AD "Reposicionamento estratégico de empresas: competitividade e vantagem diferencial" Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1992.
- "O estruturalismo" em "Correntes Contemporâneas de Pensamento Econômico Brasileiro" (conferência) Escola Superior de Guerra Rio de Janeiro, 1 de abril de 1993.
- "Panorama conjuntural da economia" Banco Destak S. A. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1993

Adendo

Livros

- "O Plano Real e outros ensaios" Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

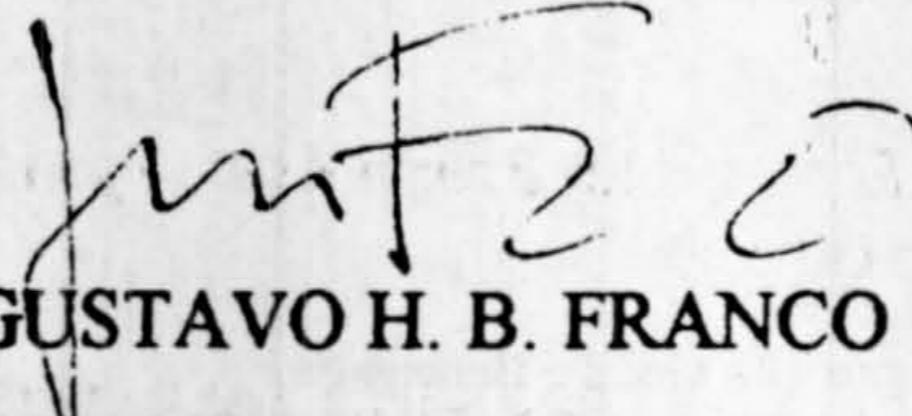
Artigos

- "Inserção externa e desenvolvimento" Setembro de 1996
- "A superação do inflacionismo: os termos de troca entre estabilização e desenvolvimento" Idéias e Debates n.4, Instituto Teotônio Vilela, 1977.

Artigos em jornais e revistas

- "Os depósitos do BC no Econômico" O Estado de São Paulo 7.1.1995
- "Quem tem medo da abertura?" Manchete 19.7.1995
- "Mario Henrique Simonsen" Jornal do Brasil 23.10.1995
- "A tática no uso das reservas" O Estado de São Paulo 28.3.1996
- "A globalização chegou, ou 'abaixo a fechadura'" O Globo 5.5.1996
- "A mudança e a preguiça mental" Carta Capital 21.7.1996
- "Parnasianos alternativos" Caderno Mais! Folha de São Paulo
- "Frenólogos" Folha de São Paulo 4.10.1996
- "A Balança e as 'perdas internacionais'" Jornal do Brasil 4.2.1997
- "Otimistas, pessimistas e anestesistas" Folha de São Paulo
- "Três anos de coisas simples" O Estado de São Paulo 29.6.1997

Brasília, 31 de julho de 1997.



GUSTAVO H. B. FRANCO

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM N° 441, DE 1997-CN
(nº 862/97, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 26.897.396,00, para os fins que especifica".

Brasília, 4 de agosto de 1997.



Fernando Henrique Cardoso

EM nº 090/MPO

Brasília, 30 de julho de 1997.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério de Minas e Energia solicita a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 26.897.396,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e seis reais), em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

A solicitação em causa visa a adequar o orçamento vigente daquela Unidade às necessidades de atendimento de despesas diversas, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas com a implementação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com a operação e manutenção da rede hidrométrica, conforme itens principais a seguir relacionados:

	R\$ 1,00
Coordenação, Manutenção Geral e Benefícios	10.847.396
Operação e Manutenção da Rede Hidrométrica	9.050.000
Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	4.500.000
Fiscalização dos Aproveitamentos Hídricos e Energéticos	2.500.000
Total	26.897.396

3. Os recursos necessários ao atendimento da solicitação são oriundos de superávit financeiro e de excesso de arrecadação das receitas das cotas-partes da compensação financeira e dos *royalties* pela utilização de recursos hídricos, receitas essas vinculadas ao DNAEE, por força da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, sendo assim discriminados:

I - superávit financeiro do Tesouro Nacional, referente às receitas acima mencionadas, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1996, no montante de R\$ 11.298.606,00 (onze milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e seis reais);

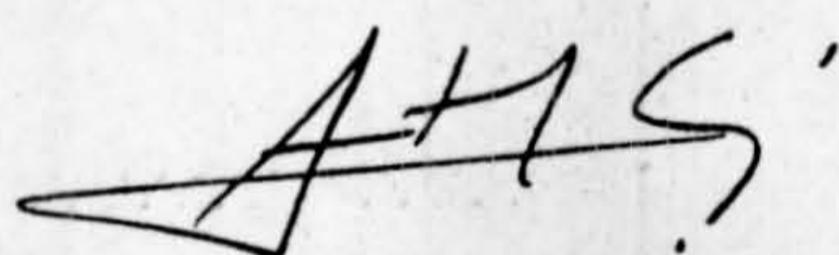
II - excesso de arrecadação das mesmas receitas, no valor de R\$ 15.598.790,00 (quinze milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa reais).

4. O crédito em questão encontra-se em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição, e de conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Cabe ressaltar que, tendo em vista tratar-se de crédito suplementar não contemplado nas autorizações dispostas nos arts. 6º e 7º da Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997, torna-se indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional.

6. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o correspondente Projeto de Lei, que visa a autorizar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



ANTONIO KANDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Nº 090 DE 30 / 07 / 97

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Insuficiência de dotações orçamentárias para atender a despesas do Ministério de Minas e Energia, onde se destacam aquelas relacionadas com a implementação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com a operação e manutenção da rede hidrométrica.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, objetivando incorporar ao orçamento vigente recursos provenientes de saldos de exercícios anteriores e de excesso de arrecadação de receitas vinculadas, para reforço de dotações.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Tecnicamente é a alternativa viável.

4. Custos:

R\$ 26.897.396,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e seis reais) em relação às dotações já aprovadas na Lei Orçamentária de 1997, a serem cobertos com recursos oriundos de saldos de exercícios anteriores, referentes a receitas vinculadas, e de excesso de arrecadação das mesmas receitas.

5. Razões que justifiquem a urgência:

--

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual	Texto Proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

PROJETO DE LEI N° 18, DE 1997-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 26.897.396,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997), em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 26.897.396,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de:

I - superávit financeiro do Tesouro Nacional, referente a receitas vinculadas, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1996, no montante de R\$ 11.298.606,00 (onze milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e seis reais);

II - excesso de arrecadação de receitas vinculadas, no valor de R\$ 15.598.790,00 (quinze milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
32102 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

R\$ 1.00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F M O D	M O FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS			26.897.396			26.547.396	350.000			
ADMINISTRAÇÃO			10.752.396			10.402.396	350.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.752.396			10.402.396	350.000			
09.007.0021.4900			10.752.396			10.402.396	350.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL										
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORGÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.										
09.007.0021.4900.0001	F	90	9.752.396			9.752.396				
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		138	9.752.396			9.752.396				
09.007.0021.4900.0002	F	90	100.000			100.000				
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		138	100.000			100.000				
09.007.0021.4900.0004	F	90	900.000			550.000	350.000			
AÇÕES DE INFORMÁTICA		138	900.000			550.000	350.000			
09.007.0021.4900.0005	F	90	900.000			550.000	350.000			
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS			20.000			20.000				
EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR			20.000			20.000				
09.041.0190.4500			20.000			20.000				
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR										
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, CUJO DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA A IDADE MENTAL RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDA.										
09.041.0190.4500.0001	F	90	20.000			20.000				
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR		138	20.000			20.000				
RECURSOS HIDRÓRICOS			16.050.000			16.050.000				
ESTUDOS E PESQUISAS HIDROLOGICOS			16.050.000			16.050.000				
09.054.0296.2598			11.550.000			11.550.000				
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE HIDROMÉTRICA E HIDROLOGIA GERAL										
PLANEJAR, COORDENAR E CENTRALIZAR O SISTEMA DE COLETA E ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES HIDROLOGICAS NACIONAIS, ESTABELECENDO A CODIFICAÇÃO PARA AS ESTAÇÕES HIDROMÉTRICAS DO PAÍS.										
09.054.0296.2598.0001	F	90	9.050.000			9.050.000				
MANUTENÇÃO DA REDE HIDROMÉTRICA NACIONAL		138	9.050.000			9.050.000				
09.054.0296.2598.0002	F	90	2.500.000			2.500.000				
FISCALIZAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS HIDRÓICO E ENERGÉTICO		138	2.500.000			2.500.000				
09.054.0296.4076			4.500.000			4.500.000				
MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRÓRICOS										
PROVER AS UNIDADES QUE COMPOEM O SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRÓRICOS DE SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DE FORMA A ASSEGURAR AO PAÍS UMA ADEQUADA GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES HIDRÓRICAS.										
09.054.0296.4076.0001	F	90	4.500.000			4.500.000				
MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRÓRICOS		138	4.500.000			4.500.000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR			75.000			75.000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			75.000			75.000				
09.078.0486.4089			75.000			75.000				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO										
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO/REFEição, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.										
09.078.0486.4089.0003	F	90	50.000			50.000				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE		138	50.000			50.000				
09.078.0486.4089.0006	F	90	25.000			25.000				
AUXÍLIO REFEição/ALIMENTAÇÃO		138	25.000			25.000				
			25.000			25.000				
TOTAL FISCAL			26.897.396			26.547.396	350.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI N° 9.438, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1997.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1997.

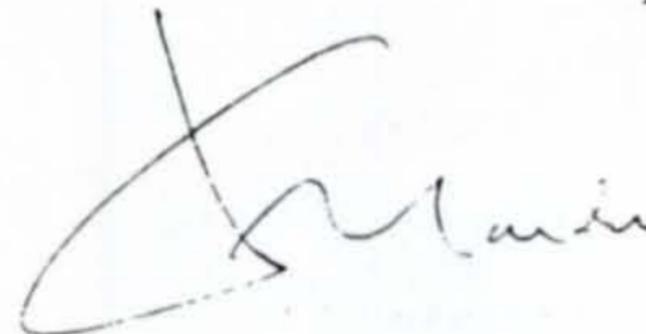
À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

MENSAGEM N° 442, DE 1997-CN
 (n° 863/97, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00, para os fins que especifica".

Brasília, 4 de agosto de 1997.



Fernando Henrique Cardoso

EM nº 080 /MPO

Brasília, 21 de julho de 1997.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Presidência da República, o Ministério da Aeronáutica, o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado solicitam a abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00 (dezoito milhões, novecentos e doze mil, setecentos e oitenta e nove reais), em favor de diversas unidades orçamentárias.

2. Parte do citado crédito, no valor de R\$ 9.775.575,00 (nove milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais), será viabilizado mediante o remanejamento de dotações entre grupos de despesas e entre subprojetos/subatividades, respectivamente:

PROGRAMA DE TRABALHO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	R\$ 1,00
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SAE			11.552
2572.0004 - Diagnóstico ambiental			11.552
- Suplementação	3.4.90.00	100	11.552
- Cancelamento	4.5.90.00	100	11.552

PROGRAMA DE TRABALHO	EM R\$ 1,00
SUPLEMENTAÇÃO	9.764.023
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR	
. Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE	
Sistema de Proteção ao Programa Nuclear	120.000
- MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - MAER	
. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA	
Comunicação e Eletrônica	458.938
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ	
. Arquivo Nacional	
Conselho Internacional de Arquivos	4.589
Departamento de Polícia Federal - DPF	
Desenvolvimento de Ações de Caráter Sigiloso	100.000
Assistência Médica e Odontológica a Servidores	3.287.030
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	
Manutenção dos Serviços de Administração Geral	116.284
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE	
. Administração direta	
Promoção Comercial do Brasil no Exterior	5.677.182
CANCELAMENTO	9.764.023
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR	
. Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE	
Desenv. de Ações de Defesa Civil na Usina Nuclear de Angra dos Reis	120.000
- MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - MAER	
. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA	
Aquisição de Aeronaves	458.938
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ	
. Arquivo Nacional	
Manutenção dos Serviços de Administração Geral	4.589
Departamento de Polícia Federal - DPF	
Operação de Policiamento Federal	3.387.030
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	
Assistência Pré-Escolar	
Concessão de Vale-Transporte	
Auxílio-Refeição/Alimentação	
116.284	
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE	
. Reserva de Contingência	5.677.182

3. A parcela restante, no valor de R\$ 9.137.214,00 (nove milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e quatorze reais), é proveniente do excesso de arrecadação, sendo:

. Ministério da Justiça	R\$ 843.892,00
Fundo Penitenciário Nacional	R\$ 843.892,00
. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	R\$ 8.293.322,00

4. Segundo informações prestadas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, os itens cujas dotações estão sendo parcialmente canceladas e oferecidas como compensação não terão suas execuções prejudicadas, pois os saldos existentes proporcionam a continuidade das ações anteriormente programadas.

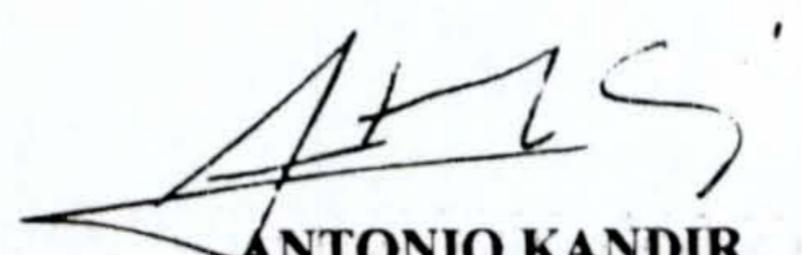
5. No caso do MARE, o excesso de arrecadação é oriundo da cobrança de serviços pelo cadastramento de fornecedores, pessoas físicas e jurídicas, para comporem o Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, e da receita decorrente de cobranças das consignações facultativas impressas nos contracheques dos servidores civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, cujos valores são processados pelo SIAPE. A receita do SICAF, originalmente estimada em R\$ 504.240,00 (quinhentos e quatro mil, duzentos e quarenta reais), passará para R\$ 1.597.562,00 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais), traduzindo um incremento de 217%. Por outro lado, a arrecadação da receita do SIAPE, no valor de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), somente agora passa a ser incluída no orçamento do MARE. Apesar de essas receitas contabilmente serem consideradas do Tesouro Nacional, elas se transformam em receitas próprias do órgão arrecadador, vinculando-se aí aos programas de despesas. Assim, a receita do SICAF dará suporte à subatividade "Manutenção do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais", enquanto a receita originária do SIAPE está sendo aplicada na subatividade "Manutenção do Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE".

6. O Ministério das Relações Exteriores justifica a solicitação apresentada, em função da necessidade de execução das atividades contempladas no Programa Nacional de Promoção Comercial - PNPC, para 1997, aprovado pela Câmara de Comércio Exterior, em 21 de janeiro de 1997. As atividades mencionadas se consubstanciam basicamente na participação brasileira em mostras e feiras realizadas em países pertencentes aos diversos mercados regionais (MERCOSUL, OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, NAFTA, EUROPA, ÁSIA, ÁFRICA e PAÍSES ÁRABES), para exposição de produtos brasileiros e realização de Seminários de Captação de Investimentos.

7. O crédito em questão viabilizar-se-á mediante projeto de lei, por ultrapassar o limite estabelecido na vigente Lei Orçamentária, estando o mesmo em consonância com as disposições contidas no art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a autorizar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



ANTONIO KANDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Nº 080 DE 21 / 07 / 97**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de reforço de dotações para atender a diversas despesas dos órgãos citados na presente solicitação.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a fim de obter o necessário respaldo legal.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Tecnicamente é a alternativa viável.

4. Custos:

R\$ 9.775.575,00 (nove milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais) oriundos de remanejamentos de dotações consignadas nos orçamentos vigentes da própria unidade e R\$ 9.137.214,00 (nove milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e quatorze reais) provenientes de excesso de receitas vinculadas, não gerando, portanto, custos adicionais para o Tesouro Nacional.

5. Razões que justifiquem a urgência:

Não há.

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual	Texto Proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI N° 19, DE 1997-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decretá:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997), em favor da Presidência da

República, do Ministério da Aeronáutica, do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00 (dezoito milhões, novecentos e doze mil, setecentos e oitenta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - anulação parcial das dotações indicadas no Anexo II desta Lei;

II - excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 9.137.214,00 (nove milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e quatorze reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Fundo Penitenciário Nacional, na forma indicada no Anexo III desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20104 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				11.552			11.552				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL				11.552			11.552				
ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS				11.552			11.552				
03.009.0045.2572				11.552			11.552				
ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO				11.552			11.552				
APoiAR A PLANIFICAÇÃO SOCIO-ECONOMICA NACIONAL E REGIONAL, DESTINANDO OS ESPAÇOS FÍSICOS DE ACORDO COM SUAS POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES.				11.552			11.552				
03.009.0045.2572.0004				11.552			11.552				
DIAGNOSTICO AMBIENTAL	F	90	100	11.552			11.552				
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS				120.000				120.000			
CIENCIA E TECNOLOGIA				120.000				120.000			
PESQUISA APLICADA				120.000				120.000			
09.010.0055.4513				120.000				120.000			
SISTEMA DE PROTEÇÃO AO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO-SIPRON				120.000				120.000			
ALCANCAR MAIOR GRAU DE CONFIABILIDADE NAS AÇÕES DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO A POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE RELACIONADOS COM O USO DA ENERGIA NUCLEAR.				120.000				120.000			
09.010.0055.4513.0001				120.000				120.000			
SISTEMA DE PROTEÇÃO AO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - SIPRON	F	90	100	120.000				120.000			
				120.000				120.000			
				120.000				120.000			
TOTAL FISCAL				131.552			11.552	120.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA

21101 - MINISTERIO DA AERONAUTICA - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				458.938				458.938			
DEFESA AÉREA				458.938				458.938			
OPERAÇÕES AÉREAS				458.938				458.938			
06.026.0160.1007				458.938				458.938			
REAPARELHAMENTO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA				458.938				458.938			
DESTINAR RECURSOS PARA DOTAR A FAB COM AERONAVES E EQUIPAMENTOS CORRELATOS, DO PAÍS E EXTERIOR.				458.938				458.938			
06.026.0160.1007.0003				458.938				458.938			
COMUNICAÇÃO E ELETRÔNICA	F	90	100	458.938				458.938			
				458.938				458.938			
				458.938				458.938			
TOTAL FISCAL				458.938				458.938			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

Agosto de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quarta-feira 6 15669

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				3.387.030			3.387.030				
SEGURANÇA PÚBLICA				100.000			100.000				
POLICIAMENTO CIVIL				100.000			100.000				
06.030.0174.2950 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CARATER SIGILOSO				100.000			100.000				
EFETUAR DESPESAS, NOS CASOS EM QUE OS ORGÃOS PÚBLICOS SEJAM COMPETENTES PARA REALIZAR ATIVIDADES SIGILOSAIS RELATIVAS A SEGURANÇA DA SOCIEDADE E DO ESTADO, CONFORME PREVEEM A RESSALVA DO ART. 51, INCISO XXIII, DA CONSTITUIÇÃO, O ART. 86 DO DECRETO-LEI NO. 200, DE 25/02/67 E O REGULAMENTO APROVADO PELO DECRETO NO. 79.099, DE 6 DE JANEIRO DE 1977.											
06.030.0174.2950.0001 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CARATER SIGILOSO	F	90	150	100.000 100.000 100.000			100.000 100.000 100.000				
SAÚDE				3.287.030			3.287.030				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA				3.287.030			3.287.030				
06.075.0428.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES				3.287.030			3.287.030				
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, INATIVOS E PENSIONISTAS, BEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM CARATER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS.											
06.075.0428.2004.0005 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES	S	50	100	3.287.030 3.287.030 3.287.030			3.287.030 3.287.030 3.287.030				
TOTAL FISCAL SEGURIDADE				3.387.030 100.000 3.287.030			3.387.030 100.000 3.287.030				

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

30211 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				116.284			116.284				
ADMINISTRAÇÃO				116.284			116.284				
ADMINISTRAÇÃO GERAL				116.284			116.284				
03.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL				116.284			116.284				
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORGÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
03.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90	100	116.284 116.284 116.284			116.284 116.284 116.284				
TOTAL FISCAL				116.284			116.284				

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

30103 - ARQUIVO NACIONAL

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				4.589			4.589				
POLÍTICA EXTERIOR				4.589			4.589				
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL				4.589			4.589				
03.072.0411.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS				4.589			4.589				
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.											
03.072.0411.2017.0008 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - CIA	F	90	100	4.589 4.589 4.589			4.589 4.589 4.589				
TOTAL FISCAL				4.589			4.589				

35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RELAÇÕES EXTERIORES				5.677.182			5.677.182				
COMÉRCIO				5.677.182			5.677.182				
PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO				5.677.182			5.677.182				
12.063.0355.2066 PROMOÇÃO COMERCIAL DO BRASIL NO EXTERIOR				5.677.182			5.677.182				
APROXIMAR A OFERTA BRASILEIRA DE BENS E SERVIÇOS DA DEMANDA EXTERNA, MEDIANTE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA CONSCIÊNCIA EXPORTADORA, PREPARAÇÃO DO EMPRESARIADO PARA CONTATOS E DIVULGAÇÃO DA IMAGEM E DO POTENCIAL EXPORTADOR DO BRASIL.											
12.063.0355.2066.0001 INFORMAÇÕES E ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES COMERCIAIS NO EXTERIOR	F	90	100	5.677.182 5.677.182 5.677.182			5.677.182 5.677.182 5.677.182				
	TOTAL		FISCAL	5.677.182			5.677.182				

46000 - MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO
46101 - MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				8.293.322			8.293.322				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL				8.293.322			8.293.322				
ADMINISTRAÇÃO GERAL				7.200.000			7.200.000				
03.009.0021.2260 ADMINISTRAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS				7.200.000			7.200.000				
PLANEJAR, COORDENAR, SUPERVISORAR, ORIENTAR, IMPLEMENTAR E AVALIAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO, FORMAÇÃO PARA CARREIRAS E EDUCAÇÃO CONTINUADA DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.											
03.009.0021.2260.0005 MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SIAPE	F	90	150	7.200.000 7.200.000 7.200.000			7.200.000 7.200.000 7.200.000				
ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				1.093.322			1.093.322				
03.009.0043.4501 GESTÃO DO SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS				1.093.322			1.093.322				
COORDENAR E PROVOCAR O DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS GERAIS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, VISANDO PROPORCIONAR MAIOR RACIONALIDADE OPERACIONAL NESTA ÁREA.											
03.009.0043.4501.0002 MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	F	90	150	1.093.322 1.093.322 1.093.322			1.093.322 1.093.322 1.093.322				
	TOTAL		FISCAL	8.293.322			8.293.322				

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

30907 - FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				304.126			304.126				
ADMINISTRAÇÃO				304.126			304.126				
ADMINISTRAÇÃO GERAL				304.126			304.126				
03.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL				304.126			304.126				
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORGÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
03.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90	150	304.126 304.126 304.126			304.126 304.126 304.126				
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				539.766			539.766				
SEGURANÇA PÚBLICA				539.766			539.766				
CUSTODIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL				539.766			539.766				

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06.030.0015.1017 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIARIO CONSTRUIR, REFORMAR E AMPLIAR ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EM TODO O PAÍS, AUMENTANDO O NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELO SISTEMA.				539.766				539.766			
06.030.0015.1017.0223 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO SISTEMA PENITENCIARIO - PA	F	30	150	275.000 275.000 275.000				275.000 275.000 275.000			
06.030.0015.1017.0278 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PENITENCIARIAS NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	30	150	55.000 55.000 55.000				55.000 55.000 55.000			
06.030.0015.1017.0284 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PENITENCIARIAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	30	150	79.000 79.000				79.000 79.000			
06.030.0015.1017.0285 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PENITENCIARIAS NO ESTADO DO PIAUÍ	F	30	150	10.000 10.000 10.000				10.000 10.000 10.000			
06.030.0015.1017.0288 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PENITENCIARIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	30	150	120.766 120.766 120.766				120.766 120.766 120.766			
				TOTAL FISCAL 843.892				304.126	539.766		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20104 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

R\$ 1,00

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				11.552				11.552			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL				11.552				11.552			
ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS				11.552				11.552			
03.009.0045.2572 ORDENAÇÃO DO TERRITORIO				11.552				11.552			
APOIAR A PLANIFICAÇÃO SOCIO-ECONOMICA NACIONAL E REGIONAL, DESTINANDO OS ESPAÇOS FÍSICOS DE ACORDO COM SUAS POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES. - ÁREA DIAGNOSTICADA (HA) = 740.000	F	90	100	11.552 11.552 11.552				11.552 11.552 11.552			
03.009.0045.2572.0004 DIAGNOSTICO AMBIENTAL - ÁREA DIAGNOSTICADA (HA) = 740.000	F	90	100	11.552 11.552 11.552				11.552 11.552 11.552			
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS				120.000				120.000			
CIENCIA E TECNOLOGIA				120.000				120.000			
PESQUISA APLICADA				120.000				120.000			
09.010.0055.4513 SISTEMA DE PROTEÇÃO AO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO-SIPRON				120.000				120.000			
ALCANCAR MAIOR GRAU DE CONFIABILIDADE NAS AÇÕES DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO A POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE RELACIONADOS COM O USO DA ENERGIA NUCLEAR. - CAMPANHA REALIZADA (UNIDADE) = 2 - PESSOA TREINADA (PESSOA) = 500 - VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 80 - CADASTRO IMPLANTADO (UNIDADE) = 1 - SISTEMA MANTIDO (UNIDADE) = 1 - SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) = 1	F	40	100	120.000 120.000 120.000				120.000 120.000 120.000			
09.010.0055.4513.0101 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA CIVIL NA USINA NUCLEAR DE ANGRA DOS REIS - RJ	F	40	100	120.000 120.000 120.000				120.000 120.000 120.000			
				TOTAL FISCAL 131.552				120.000	11.552		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA
21101 - MINISTERIO DA AERONAUTICA - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

R\$ 1,00

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				458.938				458.938			
DEFESA AÉREA				458.938				458.938			
OPERAÇÕES AÉREAS				458.938				458.938			
06.026.0160.1007 REAPARELHAMENTO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA				458.938				458.938			
DESTINAR RECURSOS PARA DOTAR A FAB COM AERONAVES E EQUIPAMENTOS CORRELATOS, DO PAÍS E EXTERIOR. - PROJETO DESENVOLVIDO (UNIDADE) = 1	F	90	100	458.938 458.938 458.938				458.938 458.938 458.938			
06.026.0160.1007.0001 AQUISIÇÃO DE AERONAVES	F	90	100	458.938 458.938 458.938				458.938 458.938 458.938			
				TOTAL FISCAL 458.938				458.938			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				3.387.030			3.387.030				
SEGURANÇA PÚBLICA				3.387.030			3.387.030				
POLICIAMENTO CIVIL				3.387.030			3.387.030				
06.030.0174.2081 POLICIAMENTO FEDERAL				3.387.030			3.387.030				
COMBATER O CRIME ORGANIZADO NOS SETORES DE CONTRABANDO, DESCAMINHO, TRÁFICO DE DROGAS, MOEDAS FALSAS, FRAUDES CONTRA A UNIÃO, DESVIO DE OURO E DEMAIS AÇÕES INSTITUCIONAIS.											
06.030.0174.2081.0001 OPERAÇÃO DO POLICIAMENTO FEDERAL	F	90	100	3.387.030 3.387.030 3.387.030			3.387.030 3.387.030 3.387.030				
TOTAL FISCAL				3.387.030			3.387.030				

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

30211 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				116.284			116.284				
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS				22.305			22.305				
EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR				22.305			22.305				
03.041.0190.4500 ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR				22.305			22.305				
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, CUJO DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA A IDADE MENTAL RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDA											
03.041.0190.4500.0001 ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR	F	90	100	22.305 22.305 22.305			22.305 22.305 22.305				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR				93.979			93.979				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL				93.979			93.979				
03.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO				93.979			93.979				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO/REFEição, ALEM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRóPRIA											
03.078.0486.4089.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - SERVIDOR BENEFICIADO (PESSOA) = 95	F	90	100	34.796 34.796 34.796			34.796 34.796 34.796				
03.078.0486.4089.0006 AUXÍLIO REFEição/ALIMENTAÇÃO - SERVIDOR BENEFICIADO (PESSOA) = 115	F	90	100	59.183 59.183 59.183			59.183 59.183 59.183				
TOTAL FISCAL				116.284			116.284				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30103 - ARQUIVO NACIONAL

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				4.589			4.589				
ADMINISTRAÇÃO				4.589			4.589				
ADMINISTRAÇÃO GERAL				4.589			4.589				
03.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL				4.589			4.589				
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORGÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
03.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90	100	4.589 4.589 4.589			4.589 4.589 4.589				
TOTAL FISCAL				4.589			4.589				

90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F D	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGENCIA				5.677.182							
RESERVA DE CONTINGENCIA				5.677.182							
RESERVA DE CONTINGENCIA				5.677.182							
99 999 9999 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA				5.677.182							
SERVIR DE FONTE COMPENSATORIA NA ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS PARA DOTAÇÕES INSUFICIENTEMENTE PREVISTAS.											
99.999.9999.9999.0001 RESERVA DE CONTINGENCIA	F	00	100	5.677.182 5.677.182 5.677.182							
	TOTAL	FISCAL		5.677.182							

ANEXO

ANEXO III

ACRESCIMO

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL

RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES		FIS			843892
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		FIS		843892	
1910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA		FIS		843892	
1919.99.00 OUTRAS MULTAS		FIS	843892		
	TOTAL FISCAL				843892

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI N° 9.438, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1997.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para
o exercício financeiro de 1997.

À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

MENSAGEM N° 443, DE 1997-CN
(nº 864/97, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 4.120.720,00, para os fins que especifica".

Brasília, 4 de agosto de 1997.



Fernando Henrique Cardoso

EM nº 089 /MPO

Brasília, 30 de julho de 1997.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Ministério dos Transportes solicita a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997), no valor de R\$ 4.120.720,00 (quatro milhões, cento e vinte mil, setecentos e vinte reais), em favor de sua Administração direta.

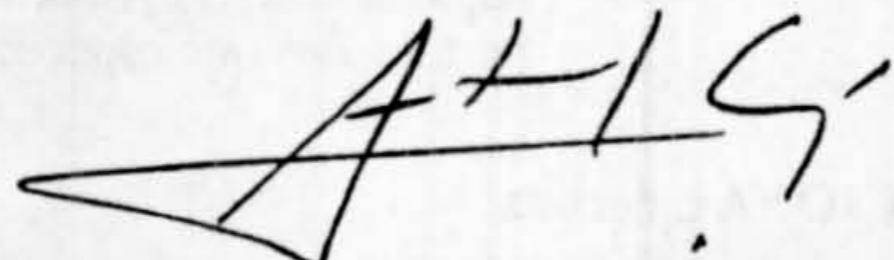
2. O pleito visa a destinar recursos em favor da Construção do Pier Petroleiro do Porto de Itaqui, empreendimento sob a administração da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR, iniciado em 1989 e em adiantado estágio de execução. Necessita a CODOMAR de finalização das obras civis ainda em 1997, para desafogar o cais comercial e impedir o contínuo prejuízo que a demora excessiva da execução está acarretando à União, conforme verificado em auditoria pelo Tribunal de Contas da União, e notificado ao Ministério dos Transportes.

3. Os recursos necessários à viabilização do crédito são oriundos de cancelamento de dotação do próprio Órgão e recairão sobre a fonte 100. Tal providência não trará prejuízo à execução da programação onde está originalmente alocada essa fonte, uma vez que foi decidida após criteriosa avaliação.

4. Este Ministério pronuncia-se favoravelmente ao atendimento da solicitação, estando a mesma amparada nas disposições do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Diante do exposto, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a autorizar a abertura do referido crédito.

Respeitosamente,



ANTONIO KÁNDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO Nº 089 DE 30 / 07/97.**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de abertura de crédito suplementar, em favor do Ministério dos Transportes, com o intuito de dar prosseguimento às obras civis da Construção do Pier Petroleiro do Porto de Itaqui no Maranhão, em adiantado estágio de execução, evitando assim, o contínuo prejuízo que a demora excessiva na execução da obra está acarretando à União.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997).

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

A alternativa é a única para o problema que se apresenta.

4. Custos:

R\$ 4.120.720,00, decorrentes de remanejamento de dotação orçamentária no âmbito do próprio Ministério dos Transportes, não havendo ônus adicional para a União.

5. Razões que justificam a urgência:

Não há.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto atual	Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 1997-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 4.120.720,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 4.120.720,00 (quatro milhões, cento e vinte mil, setecentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		39101 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES								CREDITO SUPLEMENTAR			
ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			
ESPECIFICAÇÃO		E	M	O	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE						4.120.720					4.120.720		
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO						4.120.720					4.120.720		
PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS						4.120.720					4.120.720		
16.090.0563.1700						4.120.720					4.120.720		
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS						4.120.720					4.120.720		
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITÁRIO DA UNIÃO.													
16.090.0563.1700.0035						4.120.720					4.120.720		
COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CONSTRUÇÃO DO PIER PETROLEIRO DE ITAQUI		F	90	100		4.120.720					4.120.720		
						4.120.720					4.120.720		
TOTAL FISCAL						4.120.720					4.120.720		
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL													

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		39101 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES								CREDITO SUPLEMENTAR			
ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			
ESPECIFICAÇÃO		E	M	O	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE						4.120.720					4.120.720		
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO						4.120.720					4.120.720		
PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS						4.120.720					4.120.720		
16.090.0563.1700						4.120.720					4.120.720		
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS						4.120.720					4.120.720		
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITÁRIO DA UNIÃO.													
16.090.0563.1700.0540						4.120.720					4.120.720		
CIA. DOCAS DO MARANHÃO - MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE ITAQUI EM SÃO LUIS - MA						4.120.720					4.120.720		
INSTALAÇÃO PORTUÁRIA MELHORADA (UNIÃO) + 1		F	90	100		4.120.720					4.120.720		
						4.120.720					4.120.720		
TOTAL FISCAL						4.120.720					4.120.720		
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL													

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.438, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1997.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1997.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 217/97, de 30 de julho último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 394, de 1997, do Senador Ernandes Amorim.

Nº 664/97, de 28 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 463, de 1997, do Senador Elcio Alvares.

Nº 672/97, de 28 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 434, de 1997, do Senador Ernandes Amorim.

Nº 1.162/97, de 25 de julho último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 294, de 1997, do Senador Humberto Lucena.

As informações foram remetidas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – As Mensagens nºs 441 a 443, de 1997-CN, lidas anteriormente, encaminham os Projetos de Lei nºs 18 a 20, de 1997-CN, e serão despachadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

até 10/8 publicação e distribuição de avulsos;

até 18/8 prazo final para apresentação de emendas;

até 23/8 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

até 2/9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 148, DE 1997

Institui a obrigatoriedade de as empresas operadoras de cartões de crédito oferecerem uma versão de cartão de crédito com foto digitalizada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas operadoras de cartões de crédito ficam obrigadas a oferecer aos seus clientes pelo menos uma versão de cartão com foto digitalizada.

Parágrafo único. O usuário fará sua opção com base nas informações prestadas pela operadora sobre as condições e os custos associados a cada tipo de cartão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A presente proposição destina-se a obrigar as operadoras de cartões de crédito a oferecer aos seus clientes pelo menos uma versão de cartão com foto digitalizada, para escolha do usuário.

A partir da estabilidade da moeda com o Plano Real, verificou-se uma crescente disseminação do uso do cartão de crédito no país. Ocorre que esse uso generalizado do cartão coincidiu com um aumento no número de extravios e, o que talvez seja pior, um aumento na incidência de falsificações. Com a tecnologia hoje disponível, é possível reproduzir em poucos instantes a tarja magnética que contém todas as informações do usuário e aplicá-la em um outro cartão qualquer. Sendo assim, um usuário pode vir a ser lesado mesmo que seu cartão esteja ainda em seu poder. Não há hoje como impedir o uso do cartão com a tarja magnética falsificada. Só uma foto pode fazê-lo.

É por essa razão que propomos que as operadoras tornem disponível e facilitem ao máximo o uso do cartão com foto digitalizada. Resguardará enormemente todas as partes envolvidas, tanto clientes quanto comerciantes e prestadores de serviços, reduzindo significativamente os prejuízos causados por estelionatários. A tecnologia da foto digitalizada é tão eficiente no combate às falsificações que já é amplamente usada no exterior, onde os cartões com fotografia são comuns e têm grande aceitação nos setores de comércio e de serviços.

Antecipa-se que ocorra no Brasil o que já está patente no estrangeiro: a aceitação por parte de lojistas e prestadores de serviços é muito maior a partir do momento em que os cartões passaram a estampar a foto do titular. E é justamente para acelerar o uso generalizado dessa tecnologia que desejamos dar a todos os usuários o direito de fazer a opção

pelo cartão que lhe trará muito mais segurança, ainda que a um custo um pouco maior.

Diante disso, considerando os benefícios da medida, em termos de melhoria da qualidade e da segurança dos serviços, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 1997

Define os crimes resultantes de discriminação genética.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I Da discriminação genética

Art. 1º Para os efeitos dessa lei, entende-se por discriminação genética a discriminação de pessoas em razão de seu patrimônio genético.

Art. 2º A realização de testes preditivos de doenças genéticas ou que permitam identificar a pessoa como portadora de um gene responsável por uma doença ou pela suscetibilidade ou predisposição genética a uma doença só é permitida com finalidades médicas ou de pesquisa médica e após aconselhamento genético, por profissional habilitado.

CAPÍTULO II Dos crimes e das penas

Art. 3º Negar, limitar ou descontinuar cobertura por seguro de qualquer natureza com base em informação genética do estipulante ou de segurado, bem como estabelecer prêmios diferenciados, com base em tal informação.

Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 4º Negar, limitar ou descontinuar cobertura por plano de saúde com base em informação genética do contratante ou de beneficiário, bem como estabelecer mensalidades diferenciadas, com base em tal informação.

Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 5º Recusar, negar ou impedir a matrícula, o ingresso ou a permanência de aluno em estabeleci-

mento de ensino público ou privado de qualquer grau, bem como a outras formas de treinamento, atualização profissional ou programa de educação continuada, com base em informação genética da pessoa.

Pena: detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos, a pena é agravada de um terço.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir inscrição em concurso público ou em quaisquer outras formas de recrutamento e seleção de pessoal com base em informação genética do postulante, bem como, com base em informações dessa natureza, obstar, impedir o acesso ou a permanência em trabalho, emprego, cargo ou função, na Administração Pública ou na iniciativa privada.

Pena: detenção, de um mês a um ano, e multa.

Art. 7º Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, casamento ou convivência familiar e social de pessoas, com base em informação genética das mesmas.

Pena: detenção, de um a seis meses, e multa.

Art. 8º Divulgar informação genética de uma pessoa, a menos que haja prévia autorização sua, por escrito.

Pena: detenção, de um a seis meses, e multa.

CAPÍTULO III Das Disposições Finais

Art. 9º Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a proibição de estabelecer contratos ou convênios com entidades públicas e de se beneficiar de créditos oriundos de instituições governamentais ou daquelas em que o Estado é acionista, para a instituição.

Parágrafo único. Os efeitos de que trata o **caput** desse artigo são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.

Art. 10. Em qualquer caso, os agentes do ilícito e, se for o caso, as instituições a que pertençam ficam obrigados a reparar os danos morais e materiais decorrentes de seus atos.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O desenvolvimento das técnicas de engenharia genética e da denominada Medicina Molecular está permitindo o diagnóstico e a detecção precoce de algumas doenças genéticas bem como a identificação, no genoma humano, de loci específicos relacionados à suscetibilidade genética a determinadas doenças como, por exemplo, algumas formas de câncer e o **diabete mellitus**.

O grande benefício dessa tecnologia consiste em poder identificar precocemente pessoas e grupos populacionais de risco e para eles desenvolver e implementar programas que reduzam o risco de adoecimento, com significativo impacto sobre custos pessoais, sociais e, provavelmente, financeiros dessas doenças no futuro, desde que se disponha de tecnologias adequadas para sua prevenção e tratamento – o que se espera possa vir a acontecer, paralelamente.

Embora os testes que permitam tais diagnósticos sejam ainda muito caros e pouco disseminados, verifica-se que o interesse por eles é crescente, tal como seu uso, identificando-se aqui um potencial discriminatório significativo, representado pela sua utilização por planos de saúde, em seguros de vida e de saúde, em processos de seleção de pessoal e outras situações similares, num futuro próximo.

O uso de informação genética para negar, a pessoas de alto risco, cobertura em planos e seguros de saúde e de vida ou para cobrar-lhes mensalidades ou prêmios proibitivos, pode tornar negativos os benefícios que se antecipa da pesquisa genética.

A exclusão de pessoas de alto risco de processos seletivos para ingresso em emprego e a perda de emprego por parte dessas pessoas, quando o empregador conhece sua condição, são outros exemplos possíveis desse uso discriminatório do conhecimento e da tecnologia.

A utilização de informação genética por companhias seguradoras para discriminar segurados tem sido documentada desde 1970, na Europa e em vários estados dos Estados Unidos, não havendo nada que nos faça supor que essas empresas deixarão de fazê-lo no futuro ou em nosso País, agora que poderão dispor de meios bem mais eficazes.

Não é com outra preocupação que alguns países europeus e os Estados Unidos introduziram ou

estão apreciando em seus Parlamentos leis no sentido de regulamentar aquelas práticas genéticas ou proibir a utilização desses conhecimentos para a discriminação de pessoas.

A definição de crimes de preconceito e sua penalização pela via legal é tradição cara ao processo legislativo brasileiro.

Nesta tradição, é clássica a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951), que "inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor".

Desde então, leis ampliaram essa criminalização para abranger também os atos de discriminação e preconceito de sexo e estado civil (Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985) e de religião, etnia ou procedência nacional (Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990; Lei nº 8.882, de 3 de junho de 1994; Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997).

Está na Constituição de 1988 que a promoção do bem de todos, sem preconceitos (...) e quaisquer outras formas de discriminação constituem objetivos fundamentais da república (art. 3º, IV) e que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI).

Na proposição que ofereço à consideração dos nobres colegas, me embasei nas formulações dessa tradição legislativa, de tal maneira que esta nova norma legal tivesse ressonância com a legislação existente.

Para a tipificação de crimes de discriminação genética, tomei por base a legislação em vigor sobre "atos discriminatórios ou de preconceito", em especial a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – que alterou a Lei Afonso Arinos – e as demais que se seguiram.

No entanto, comparando as penas cominadas nessas leis com as definidas pelo Código Penal, encontrei que – naqueles crimes em que se pode estabelecer um paralelo – as penas determinadas pelas leis contra atos discriminatórios são muito mais pesadas que as previstas pelo Código Penal.

Por exemplo, as penas restritivas de liberdade, previstas para crimes por atos discriminatórios, nas leis citadas, são todas de reclusão de, no mínimo, um ano.

Assim, optei por utilizar os parâmetros e a lógica do Código Penal, cominando penalidades de detenção – em substituição às penas de reclusão das leis anteriores contra atos discriminatórios –, com

tempos correspondentes aos definidos por crimes correspondentes pelo Código Penal, e multa, por entender que apesar patrimonialmente poderá ter maior efeito dissuador.

É com esse espírito que espero ser minha proposição apreciada e aperfeiçoada.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1997. – Senador Lúcio Alcântara.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.390 – DE 3 DE JULHO DE 1951

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

LEI Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985

Inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 – Lei Afonso Arinos.

LEI Nº 8.081 – DE 21 DE SETEMBRO DE 1990

Estabelece os crimes e as penas aplicáveis aos atos discriminatórios ou de preconceitos de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza.

LEI Nº 8.882 – DE 3 DE JUNHO DE 1994

Acrescenta parágrafo ao artigo 20 da Lei nº 7.716(1), de 5 de janeiro de 1980, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997

Altera o art. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLI – a lei punirá qualquer discriminação dos direitos e liberdades fundamentais;

LEI Nº 7.716 – DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 150, DE 1997

Autoriza a União a doar imóvel rural ao município de Irineópolis no Estado de Santa Catarina.

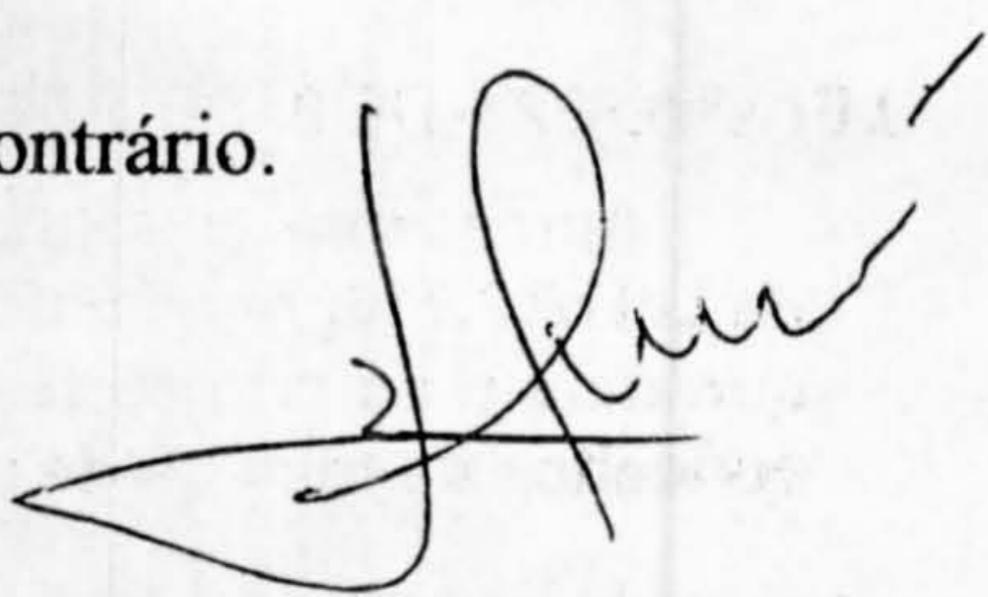
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a doar ao município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, o imóvel rural situado em Valões, 4º distrito de Porto União, nesse Estado, inscrito a 13 de maio de 1952, sob o número 11.694, em nome do Ministério da Agricultura, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, às fls. 206 do livro 3-G.

Parágrafo único. As terras do imóvel rural descrito no *caput* deste artigo destinam-se exclusivamente à execução de atividades agrárias pela Fundação Pública Assistencial Agropecuária sediada no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICAÇÃO

A União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, adquiriu, a 13 de maio de 1952, uma gleba rural constante de seis lotes, situada em Valões, 4º distrito de Porto União no Estado de Santa Catarina.

A 9 de março de 1990, foi averbado ao respectivo registro o Contrato de Cessão Gratuita celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Cooperativa Agropecuária de Canoinhas Ltda para implantação de uma Fazenda Modelo, destinada à implementação de programa de diversificação agropecuária.

Ocorre que, decorridos quase cinquenta anos da data desse contrato, não executou a cessionária qualquer das providências que constituíam seu objeto, pelo que se tornou ineficaz a cessão, em face mesmo da condição resolutiva nele consignada.

A 15 de fevereiro de 1995 foi promulgada pelo Prefeito do Município de Irienópolis a Lei Municipal nº 765, instituindo a Fundação Pública Assistencial Agropecuária de Irienópolis - FUPASI, cujas finalidades são a de emprestar assistência técnica, educacional e social aos agricultores e pecuaristas daquele Município.

No momento em que o país enfrenta aguda crise agrária, nada mais justo que promover-se a doação objeto do presente Projeto de Lei, especialmente para utilização em programa de diversificação agropecuária executado por Fundação Pública.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1997



Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Legislação Citada

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

OFNº008/97.

Irineópolis, em 05 de junho de 1997.

Ao exmo. Sr.

Espridião Amin Helou Filho

DD. Senador da República

BRASILIA - DF.

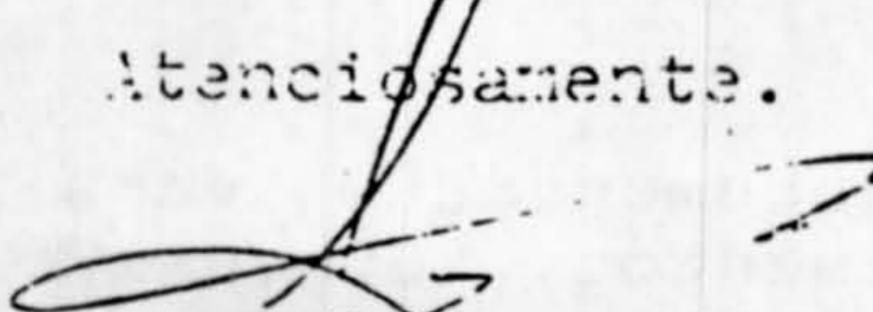
Excelentíssimo Senhor.

Cumprimentando-o respeitosamente, temos a honra e o prazer de vir à presença de V.Excia. para solicitar seus préstimos relativos a uma - área de terras pertencentes a UNIÃO, abandonada, sujeita à invasão- dos sem terra, pois são 35 alqueires cobertos com pinus, gostaríamos que essa área fosse passada ao Município, pois já temos uma Associa- ção criada exatamente para explorar essa área através da Lei nº 765 95, segue cópia da Lei.

Outrossim, gostaríamos também de seu empenho para com o Hospital Mu- nicipal Bom Jesus, pois o mesmo encontra-se sem nenhuma condição, - pedimos ao Noore Senador nos informar como poderíamos conseguir re- cursos e/ou medicamentos, pois não conseguimos os medicamentos bási- cos para o Hospital.

Certo de podermos contar mais uma vez com o apoio de V.Excia, que - sempre tão bem representou o povo Catarinense e continua representan- do, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.


Zilda Brana

Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

L E I N. o 7 6 5 / 9 5

INSTITUI FUNDAÇÃO PÚBLICA ASSISTENCIAL AGROPECUÁRIA
DE IRINEÓPOLIS "FUPASE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO CARLOS ARVING DE LARA, Prefeito Municipal
de Irineópolis em Exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município
que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1.º - Fica instituída a "Fundação Pública Assistencial Agropecuária" com sede no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, como órgão da Administração Indireta, gozando de autonomia científica, disciplinar, operacional, administrativa, contábil e financeira, que será exercida na forma da Lei e do seu Estatuto.

Art. 2.º - A Fundação tem por objetivo dar assistência técnica, educacional e social aos agricultores e pecuaristas do Município, especialmente para:

I - criar, instalar, supervisionar e manter uma Fazenda Modelo, com as seguintes atividades:
a) atividade pecuária de leite, com a criação de estação de recriação de novilhas de raças leiteiras;
b) atividades hortifrutigrangeira;
c) atividade de suinocultura;
d) atividade de ovinocultura;
e) atividade agrícola com produção de sementes;
f) atividade de avicultura;
g) atividade de piscicultura;
h) atividade florestal;
i) atividade agroindustrial artesanal.

II - promover estudos e pesquisas para o domínio da ciência e das técnicas da atividade agropecuária;

III - constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos, técnicas, projetos e experiências;

IV - conferir palestras, cursos e treinamentos, visando difundir e divulgar as técnicas e experiências conseguidas;

assessorar o governo municipal no planejamento e execução de projetos ligados à agricultura e pecuária local.

Art. 3.o - A Fundação poderá, ainda, receber e executar outros encargos e atribuições que lhe sejam conferidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 4.o - A Fundação Pública Assistencial Agropecuária de Irineópolis, será gerida por um Conselho Diretor, formado por 05 (cinco) pessoas domiciliadas no Município, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após prévia aprovação dos nomes pela Câmara Municipal, uma vez devidamente acompanhados do currículum vitae e terá a seguinte composição:

- I - Presidente;
- II - Vice Presidente;
- III - Secretário;
- IV - Secretário Adjunto;
- V - Tesoureiro.

Parágrafo Primeiro - O Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá, nomear ou exonerar qualquer membro do Conselho Diretor;

Parágrafo Segundo - As atribuições e competências dos Membros do Conselho Diretor de que trata este artigo constarão do Estatuto da Fundação Pública Assistencial Agropecuária de Irineópolis.

Parágrafo Terceiro - Nenhum membro componente do Conselho Diretor de que trata este artigo, perceberá vencimentos ou gratificações pelo desempenho de suas funções, cujos cargos será exercido gratuito.

Art. 5.o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com órgãos oficiais dos Governos Federal, Estadual e Municipal, sociedades de economia mista, associações particulares, entidades privadas, e outros, para a consecução dos objetivos da Fundação.

Art. 6.o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos necessários à definitiva implantação da Fundação, bem como os demais atos imprescindíveis à sua organização.

Parágrafo Primeiro - A presente lei será regulamentada, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal;

Parágrafo Segundo. - O Estatuto da Fundação será baixado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto, no prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro # deste artigo.

Art. 7.o - A Fundação instituída através da presente Lei, fica sujeita, no que couber, às disposições constantes de Leis Federais, Estaduais e Municipais, bem como as normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8.o - As despesas decorrentes desta Lei, serão executadas com:

- I - recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Anual;
- II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;
- III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições nacionais ou internacionais;
- IV - as doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza;
- V - outras receitas destinadas à Fundação.

Art. 9.o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de fevereiro de 1995.

ROBERTO CARLOS MARVING DE LARA
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada nesta Secretaria em 12 de fevereiro de 1995.

MARIA LUCIA SCHUSTER COLOMBO
Agente Administrativo

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Decisão Terminativa

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 532, DE 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Na forma do disposto no art. 50 da Constituição e no art. 216 do Regimento Interno, Requeiro a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado requerimento de informações sobre as seguintes questões:

Qual o quantitativo de vacâncias de cargos públicos efetivos do Poder Executivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que tiveram lugar nos últimos doze meses, discriminadas pelas seguintes hipóteses:

- 1 – exonerações de ofício;
- 2 – exonerações a pedido na forma do Decreto nº 2.076, de 1996;
- 3 – demais exonerações a pedido;
- 4 – demissões, segregadas por motivação;
- 5 – aposentadorias integrais;
- 6 – aposentadorias proporcionais;
- 7 – aposentadorias por invalidez;
- 8 – aposentadorias compulsórias;
- 9 – posses em outro cargo inacumulável;
- 10 – falecimentos.

Justificação

A Administração Federal vem passando por diversas alterações nos últimos tempos. Além das Propostas de Emenda à Constituição da Reforma Administrativa e a da Reforma da Previdência, hoje em tramitação na Câmara dos Deputados e nesta Casa, respectivamente, o Senhor Presidente da República vem adotando diversas Medidas Provisórias e outros atos normativos sobre a matéria.

Assim, impõe-se aos membros desta Casa o conhecimento de todas as informações necessárias à avaliação e ao esclarecimento das questões vinculadas ao tema, para que possamos exercer, de forma eficiente e eficaz, as nossas indeclináveis missões institucionais.

Nesse sentido, encaminhamos o presente requerimento ao Senhor Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, solicitando

informações acerca das vacâncias ocorridas nos cargos efetivos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1997 – Senador **Lúcio Alcântara**.

À Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a Mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 1270-L-PFL/97

Brasília, 5 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.579-10, de 23 de julho de 1997, que "Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Sámiy Filho
Deputado Raul Belém

Suplentes:

Deputado Mussa Demes
Deputada Laura Carneiro

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1272-L-PFL/97

Brasília, 5 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.580, de 23 de julho de 1997, que "Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS a adquirir o controle acionário da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Benedito de Lira
Deputado Talvane Albuquerque

Suplentes:

Deputado Wilson Cunha
Deputado Carlos Magno

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero abordar um assunto que ontem já foi objeto de análise por parte do Senador Edison Lobão, em que S. Ex^a concluía dizendo da sua intenção de apresentar projeto de lei que estabelecesse seguro para os adquirentes de imóveis na planta, imóveis a serem construídos por empresas especializadas.

É o caso da Encol. A imprensa tem se ocupado do drama que estão vivendo 42 mil mutuários da empresa que adquiriram apartamentos em diversas cidades do Brasil. As obras estão paralisadas; há uma negociação – penosa –, que já vem se estendendo há dias, com um pool de bancos credores. Faltava a adesão do Banespa, que, ao final, teria anuído de participar desse conjunto de bancos que está refinanciando a dívida da empresa. E espero que o Governo, sem participar com recursos, pois afinal de contas trata-se de uma empresa privada, colabore para encontrar uma solução econômico-financeira que não prejudique os milhares de clientes que adquiriram apartamentos e imóveis dessa empresa.

O Senador Edison Lobão anunciou que apresentaria um projeto – que creio será de grande oportunidade –, estabelecendo um seguro obrigatório no sentido de que aqueles que comprarem apartamentos ou qualquer imóvel na planta não venham a se prejudicar com um eventual insucesso empresarial. Todos sabem que o sonho da casa própria é um sonho de muitos brasileiros. Se atentarmos para as pesquisas de opinião pública que são feitas periodicamente por empresas especializadas, observaremos que a saúde, o emprego e a habitação estão dominando as aspirações dos brasileiros.

Conheço muitos casos, possivelmente S. Ex^{as} também conhecem, de pessoas que concentraram todas as suas economias, economias de uma vida

inteira, às vezes venderam ou alienaram o único imóvel que possuíam, e empregaram-nas na aquisição de um imóvel. E, muitas vezes, ao se mudarem para esse novo imóvel, achando-se seus legítimos proprietários, porque quitaram, senão totalmente, boa parte das prestações envolvidas na transação, são surpreendidos com ações de bancos, por exemplo, que desejam a posse do imóvel, porque lhes foi dado em garantia de operações bancárias pela empresa, que, por sua vez, vendeu também esses imóveis a pessoas que adquiriram geralmente pagando à prestação. E isso é realmente desumano.

Não conheço o teor desse projeto que pretende apresentar o Senador Edison Lobão, mas creio que será muito importante.

Falamos muito em desregulamentar as relações econômicas na sociedade, falamos em diminuir o tamanho do Estado, mas os outros instrumentos de proteção ao consumidor aqui no Brasil ainda são muito frágeis, muito débeis, até desconhecidos dos próprios consumidores.

Se realmente queremos construir um novo Estado, uma nova sociedade, um novo país, sem dúvida há que se atentar para essas situações, que demandam uma ação fiscalizadora e protetora do Estado em relação ao consumidor, principalmente este que constitui um dos elos fracos dessa relação com empresas.

Então, é preciso atentar para isso, particularmente em relação a essa questão imobiliária, que considero fundamental. Conheço – volto a insistir – vários casos de pessoas que foram lesadas ao pensar ter adquirido um imóvel depois de anos de sacrifício e economia, vendendo, muitas vezes, o imóvel que possuía, quando, na verdade, esses imóveis pertencem a um banco, porque lhes foi dado em garantia de uma operação de crédito que a empresa não honrou.

Há, também, nessa área da defesa do consumidor – volto a insistir, agora em um outro campo –, a necessidade de se atentar para a questão dos seguros. Uma das maiores empresas de seguro de saúde no Brasil, a Golden Cross, está em grandes dificuldades. Ainda hoje, o **Jornal do Brasil** traz uma ampla matéria, mostrando que ela está inadimplente com hospitais e médicos que para ela trabalham, colocando em risco, evidentemente, a situação de todos aqueles que adquiriram seguro-saúde pela Golden Cross a fim de poderem ter as suas questões de saúde atendidas convenientemente.

Essas empresas também trabalham com escassa fiscalização do Poder Público. Há anos, o Go-

verno patina com relação à questão das mensalidades, do valor do seu preço e dos tipos de doenças ou moléstias por cuja empresa o portador pode ser atendido, propondo suas idéias no sentido de reformular, distinguir seguro de saúde de plano de saúde, coibir aumentos extorsivos dessas mensalidades e lesão ao direito desses cidadãos, dos mutuários dessas empresas em algo extremamente importante para cada um, que é a sua saúde – estamos falando aqui de habitação e de saúde.

Para concluir, diríamos que há necessidade do Estado brasileiro, que quer mudar, que precisa mudar, que vai mudar, preparar-se para enfrentar essas questões, que exigem dele uma ação de proteção, de fortalecimento dos direitos do consumidor, para que as empresas que se constituem para explorar essas atividades possam realmente respeitar o consumidor e, inclusive, temer pela sua própria existência se vierem a desrespeitar as regras estabelecidas para dar confiabilidade a esse sistema.

A base dessas transações comerciais, da adesão a esse tipo de seguro é justamente a confiança que o consumidor, que o cliente tem nas empresas. E nisto o Estado tem um papel irrenunciável, o de assegurar o valor, a integridade dos contratos e o de exigir o cumprimento das disposições que nele constam.

Era isto, Sr. Presidente, que eu queria dizer, alertando para a gravidade da situação da Encol, que é a que está visível. Mas no Brasil inteiro situações como esta estão se repetindo com grande freqüência, para desespero de clientes que contraem débitos para a aquisição de casa própria, de um imóvel, sem a segurança de que os seus recursos vão realmente ser bem empregados e de que ele vai conseguir aquilo que deseja, um imóvel para si.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Nabor Júnior. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Roberto Requião. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

Com a palavra o Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar que acabamos de assistir – o Presidente do Congresso, V. Ex^a, como Vice-Presidente desta Casa, o Senador Ronaldo Cunha Lima, como Primeiro-Secretário, e vários Senadores – à inauguração de um sistema que me parece extremamente importante na modernização do processo legislativo.

Em uma teleconferência, que contou ainda com a presença do Presidente do Tribunal de Contas da União, o ex-Deputado Homero Santos, e do Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, inaugurou-se um sistema de troca de informações a distância, de treinamento a distância e, principalmente, de conexão entre as diversas Casas Legislativas do País.

No seminário de hoje, adotou-se um tema fundamental para a Administração Pública brasileira, qual seja, o ensinamento aos Municípios brasileiros de como conseguir recursos federais sem intermediação.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é preciso lembrar que, constantemente, convivemos, na imprensa brasileira e no Congresso Nacional, com informações de que pessoas inescrupulosas colocam-se como intermediários em processos de liberação de verbas federais para Estados e Municípios. Muitas vezes, prefeitos de cidades pequenas e autoridades de Municípios pequenos e distantes se vêem na contingência de usar o serviço desses verdadeiros atravessadores, na esperança de alocar para os seus Municípios recursos federais.

Para o Congresso Nacional e o Governo Federal, está bastante claro que não é possível conviver, ainda hoje, com esse tipo de ação, em primeiro lugar, inescrupulosa, em segundo lugar, danosa à imagem da Administração Pública, um tipo de ação que gera o mau uso do recurso público. Toda vez que se interpõe entre a verba federal e a autoridade municipal um agente de fora do serviço público, que busca vantagens pessoais, isso significa automaticamente má aplicação de recursos públicos.

O Seminário de hoje mostra aos mais de cinco mil prefeitos brasileiros, a todas as Câmaras de Vereadores e às 27 Assembléias Legislativas deste País que não é necessário, em momento algum,

para qualquer tipo de recurso, de qualquer Ministério e de qualquer rubrica do Orçamento Geral da União, algum tipo de intermediação ou de atravessador.

O País todo toma conhecimento hoje, pela **TV Senado**, pela **Rádio Senado**, pelos sistemas de computação **on line**, que não se faz necessário, de uma vez por todas, qualquer tipo de intermediação na busca de verbas federais.

Aqueles que nos ouvem, Sr. Presidente, poderão achar, e terão razão nisso, que essa não é mais do que a obrigação de um Governo que procura a decência e a moralidade na Administração Pública. Ocorre, Sr. Presidente, que passou a ser tradição da Administração Pública brasileira, de um lado, o emperramento da burocracia, a criação de falsas dificuldades e, de outro lado, aqueles que são mercadores de facilidades.

A partir desse Seminário e das informações, que se tornam claras, sobre como buscar a liberação de verbas federais sem intermediação de qualquer ordem, não tenho dúvida de que estamos dando um grande passo no caminho da completa moralização da Administração Pública brasileira.

Quero, desta tribuna, Sr. Presidente, cumprimentar todos os técnicos do Senado Federal, todos os técnicos do Instituto Legislativo Brasileiro, todos os técnicos do Prodasen e a Mesa Diretora desta

Casa por essa iniciativa. O Senado Federal saiu na frente e tomou a si o encargo de interligar todas as Casas Legislativas deste País, as Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, num processo único, que pode trocar informações, coletar e distribuir dados e, a partir disso, facilitar o acesso, principalmente das autoridades que estão mais distantes de Brasília, aos recursos federais e às informações do Governo Federal.

Com estas palavras, Sr. Presidente, quero registrar o orgulho que sinto de ter participado desse evento e, principalmente, a convicção de que ele lança uma semente importante na modernização do processo legislativo brasileiro. Mais do que isso, é um elemento facilitador das relações entre os diversos níveis de Governo, o que, de um lado, vai servir, com certeza, para evitar a corrupção e, de outro lado, ao tornar mais eficiente a liberação de recursos, vai também melhorar a racionalidade na aplicação dos recursos públicos deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

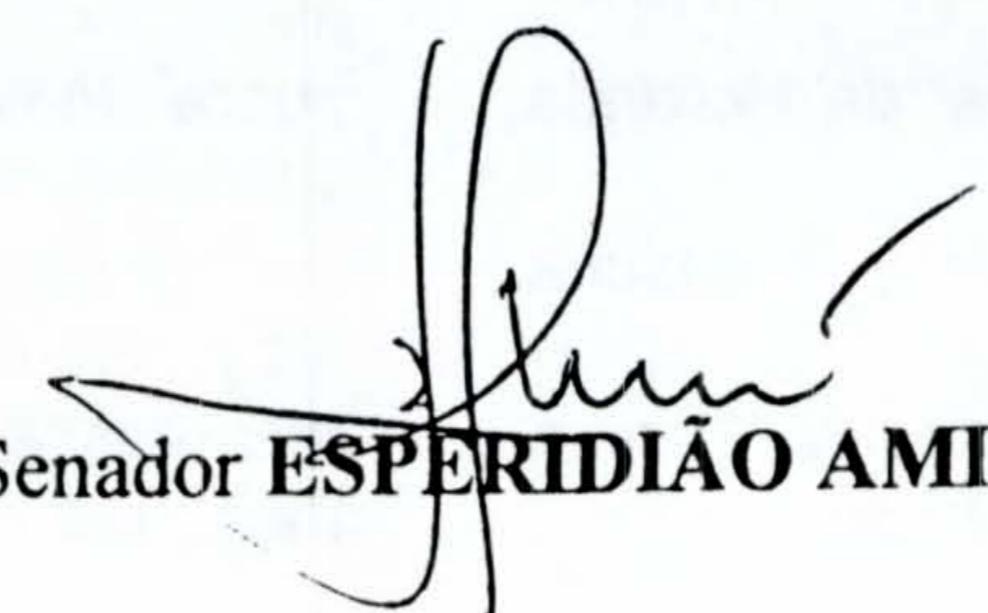
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

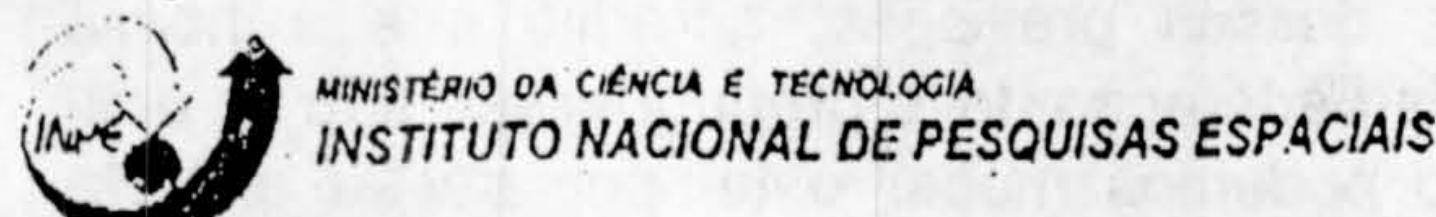
REQUERIMENTO N° 533, DE 1997

Requeiro, nos termos do artigo 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar Externa, composta por sete Senadores, para, no prazo de trinta dias, gestionar, junto a Órgãos Federais, Estados e Municípios, com vistas a avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das Regiões que estão sujeitas a serem atingidas pelo fenômeno atmosférico “**EL NIÑO**”, segundo previsões feitas por autoridades da área.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1997



Senador **ESPERIDIÃO AMIN**



MENSAGEM FAX / FAX MESSAGE

No. DIR-0637/97

NOSSO No. FAX / OUR FAX No.

(55) 012 321-6455

DATA / DATE

05.08.97

SEU No. FAX / YOUR FAX No.

(061) 323-5470

PÁGINA / PAGE

01/01

PARA / TO

Excelentíssimo Senhor
Senador Esperidião Amin
Senado Federal
Brasília - DF

DE / FROM

Marcio Nogueira Barbosa
Diretor
INPE
São José dos Campos, SP

Senhor Senador:

"URGENTE"

Atendendo a solicitação de Vossa Exceléncia confirmo que todos os Centros de Modelagem Climática do mundo, incluindo o do Brasil, operado pelo INPE, acompanham com atenção o fenômeno El Niño, em desenvolvimento neste ano.

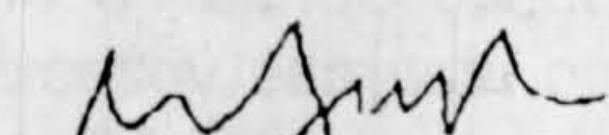
A temperatura da superfície do mar de uma grande área do Pacífico encontra-se neste momento cerca de 3º C acima da média, já tendo sido observadas na 1ª quinzena de julho temperaturas 5º C acima da média, na costa do Equador.

Neste ano, em particular, as previsões de anomalia (secas no Nordeste e chuvas intensas no Sul do Brasil) como consequência desse fenômeno são mais preocupantes tendo em vista o resfriamento já observado das águas na costa do Nordeste do Brasil.

A comunidade científica internacional responsável por pesquisas nesse assunto esteve reunida na semana passada em Washington-DC, no Instituto Internacional de Pesquisas Climáticas, para análises e debates. O Brasil esteve representado nesse evento por técnicos do INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do MCT-Ministério da Ciência e Tecnologia.

Sempre à disposição de Vossa Exceléncia para eventuais esclarecimentos, despeço-me.

Respeitosamente,


Marcio Nogueira Barbosa
Diretor

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, como autor do requerimento, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esta Casa da Federação e várias Unidades da Federação brasileira estão, segundo previsões consolidadas por institutos próprios, dentro e fora do Brasil, sujeitas a enfrentar aquele que pode vir a ser o pior fenômeno climático do século, determinado pelo **El Niño**.

Anexo ao meu requerimento, encontra-se uma mensagem que me foi endereçada, por minha solicitação, pelo Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Dr. Márcio Nogueira Barbosa, que participou, na última sexta-feira, em Washington, nos Estados Unidos, de uma reunião de várias entidades internacionais no Instituto Internacional de Pesquisas Climáticas. Lá, o Brasil esteve representado pelo próprio INPE e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em resumo, do ponto de vista meteorológico que hoje se desenha – e nenhum de nós é especialista nisso –, a questão indica que já estão sendo observadas, no Oceano Pacífico, elevações de temperatura até 5°C, em relação à média normal.

Exatamente no Oceano Atlântico, na Costa do Nordeste do Brasil, está ocorrendo um significativo resfriamento das águas do referido Oceano. A isso os meteorologistas denominam dipolarização; havendo, portanto, probabilidade – não apenas possibilidade – de que o fenômeno **El Niño** represente prejuízos lamentavelmente inéditos para a economia e para a sociedade brasileira neste ano.

As principais regiões afetadas por essa dipolaridade, ou seja, pela elevação da temperatura da água do Oceano Pacífico e resfriamento da água do Oceano Atlântico na altura do Nordeste, seriam exatamente o Nordeste brasileiro e os Estados do Sul.

Eu, particularmente, não sei exatamente qual é a confiabilidade dessa previsão, mas tenho a dolorosa experiência de ter vivido, como Governador do Estado de Santa Catarina, em 1983 e 1984, os efeitos de enchentes que assolaram praticamente 75% da economia do meu Estado, durante um período de 50 dias, com consequências que remanesceram durante

Naquela época, a capacidade de prever era muito reduzida. Mas, independentemente da confia-

bilidade dessas previsões, acredito que a nossa Casa da Federação deve propugnar por não se omitir. Não podemos mudar o tempo, atestar a probabilidade dessa previsão, mas sabemos que qualquer coisa que se faça preventivamente será menos oneroso e doloroso do que fazer-se depois.

Em função disso, Sr. Presidente, o requerimento que submeto ao Senado Federal é no sentido de que seja criada uma Comissão Parlamentar Externa, composta por um número mínimo de Senadores, no menor prazo possível, 30 dias, para que possamos nos inteirar da questão. Não é difícil fazer um roteiro racional para isso, convocaríamos as autoridades do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do próprio Ministério de Ciência e Tecnologia e procuraríamos saber qual é o alcance que a voz do Senado pode ter, dentro e fora do Brasil, no sentido de se estabelecer um conjunto de medidas preventivas que possam minimizar os efeitos daquilo que se anuncia e que muito provavelmente ocorrerá.

Esse é o sentido do meu requerimento, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores. Penso ser da maior responsabilidade não nos omitirmos. E, por ter vivido uma experiência – repito – dolorosa como Governador do Estado – já se vão 14 anos! –, entendo que essa proposta deva ser considerada pelo Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Governo Fernando Henrique Cardoso ainda não se deu conta da gravidade da crise social por que passa o Brasil.

O Presidente da República e os Ministros da área Econômica e Social, sobretudo, têm afirmado que a estabilidade de preços, a diminuição significativa da inflação e a diminuição do imposto sindical – na medida em que este acaba atingindo principalmente as camadas mais pobres da população – já seriam o suficiente para as pessoas do Governo, como aquele que acaba de ser designado, em Mensagem, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, para ser o Presidente do Banco Central, o Sr. Gustavo Franco. S. Ex^a tem sido uma das vozes a dizer, para tranquilizar o Governo, que a estabilização dos preços é suficiente e que a questão social

está resolvida a contento para o estágio atual de dois anos e sete meses de Governo Fernando Henrique Cardoso.

Avaliamos que o progresso nessa área tem sido extremamente moderado, insuficiente, muito aquém daquilo que se poderia ter realizado, especialmente porque se sabe que o Brasil continua sendo um dos campeões da desigualdade econômica e social.

No campo específico da reforma agrária, obviamente uma das áreas onde mais se precisa tomar providências para modificar o atual quadro de distribuição de riqueza, a meta governamental tem sido atingida de forma bastante lenta. Segundo levantamento feito pela Universidade de Brasília, com informações do Incra sobre o assentamento de famílias para 1997, até 30 de junho deste ano, foram assentadas 12 mil 503 famílias. A meta do Governo Fernando Henrique Cardoso era assentar 80 mil famílias.

É possível que esteja havendo uma nova atitude do Ministro Raul Jungmann e do Presidente do Incra, Milton Seligman. Até louvo a ação ocorrida na última semana em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, onde o Ministro Raul Jungmann e o Presidente do Incra, juntamente com o Governador Mário Covas e o Secretário de Justiça, Belisário dos Santos, anunciaram a edição de um decreto segundo o qual grandes propriedades no Pontal do Paranapanema possam vir a ter definição legal, mediante concessão de 35 a 70% dessas áreas para reforma agrária, para assentamentos do Incra.

Obviamente, isso criou uma expectativa positiva entre os trabalhadores sem terra e representantes do Movimento dos Sem-Terra. Naquela ocasião, os Srs. Gilmar Mauro e José Rainha colocaram que tinham uma expectativa positiva sobre essa ação, mas que era necessário averiguar o que o Governo irá fazer. Por quê? Porque, muitas vezes, o Governo anuncia medidas, mas elas não se concretizam. Isso aconteceu, por exemplo, em relação à possibilidade de o Banco do Brasil ceder financiamento para a fecularia, para o beneficiamento de mandioca, em Sandovalina. Entretanto, até agora a Cooperativa dos Trabalhadores Sem Terra daquela região não pôde utilizar aquela fecularia. A expectativa, portanto, acabou sendo frustrada porque, até o presente momento, óbices de natureza burocrática estão impedindo que haja a efetivação daquilo que foi anunciado já há alguns meses pelo próprio Ministro de Assuntos Fundiários, Sr. Raul Jungmann.

Mas, Sr. Presidente, na área social, o que podemos perceber é que nas mais diversas regiões do

País os problemas sociais se acumulam. Na cidade onde moro, São Paulo, podemos perceber continuamente o problema das famílias que ali chegam dos mais diversos lugares do Brasil com a esperança de encontrar emprego, com a esperança de encontrar um local para moradia. Entretanto, a cada dia centenas, milhares de pessoas passam a morar em condições extremamente precárias, haja vista o levantamento feito pela Universidade de São Paulo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último final de semana.

Segundo os dados do estudo, o número de pessoas que vivem em favelas vem crescendo aceleradamente e a oferta de edificações para moradia tem sido menor. Isso vem ocorrendo no centro econômico mais importante do Brasil. Não é à toa que a cada momento surgem movimentos de luta por moradia digna. O movimento pela moradia tem como adeptos aqueles que, ainda hoje em São Paulo, ocupam uma casa, o chamado casarão da Rua do Carmo nº 88. Lá estão mais de 80 famílias aguardando a possibilidade de um entendimento diante da ordem de reintegração de posse dada por um juiz. Desde às 8h de hoje as 80 famílias estão dialogando com o Governo Mário Covas e com o Secretário da Casa Civil, Walter Feldman. Estive no local esta manhã, durante algumas horas. Algumas famílias solicitaram ao Sr. Flávio, representante do Governo, autorização para visitar o local para onde seriam destinadas provisoriamente, no Cetren.

Uma vez ali chegando, acompanhando a comissão de moradores, o Promotor Público e assistentes sociais, pudemos constatar que não havia número de vagas suficiente para que, mesmo que precariamente, aquelas 80 famílias pudessem ter uma moradia, mesmo na situação de albergue – situação destinada aos mais pobres da cidade, aqueles que praticamente habitam as ruas da Grande São Paulo.

Parece que não há senso de urgência no Governo Fernando Henrique Cardoso para a resolução dos problemas dos mais pobres neste País.

Ainda ontem, conversava com o Professor Mununga, da Universidade de São Paulo, que se tem preocupado com a questão dos negros, particularmente. O professor Canembéb Mununga tem coordenado estudos na Universidade de São Paulo e em outras áreas sobre o que se fazer para compensar toda a população descendente de escravos que, por mais de três séculos, contribuiu para a acumulação de riqueza neste País, sem que lhe fosse dada a devida dignidade, a remuneração, o direito devido à educação, à saúde, o direito à vida condigna. Con-

versava sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima, que seria justamente uma das medidas que, a meu ver, deveriam ser tratadas com maior urgência por este Congresso Nacional.

Na abertura dos trabalhos deste semestre, Sr. Presidente, quero dizer que é a minha expectativa que possa o Congresso Nacional – o Senado Federal, de um lado, e a Câmara dos Deputados, de outro – votar o Projeto de Garantia de Renda Mínima, que se encontra, hoje, tramitando por formas diferentes em ambas as Casas. Gostaria de salientar que o Senado Federal, em 16 de dezembro de 1991, após quatro horas e meia de debates, aprovou o projeto que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, um Imposto de Renda negativo a toda pessoa de 25 anos ou mais cuja renda não viesse a atingir determinado patamar, atualmente em torno de R\$270,00, que passaria a ter o direito a um complemento de renda.

Esse projeto, que recebeu parecer favorável do Deputado Germano Rigotto, do PMDB do Rio Grande do Sul, encontra-se pronto para ser votado na Comissão de Finanças e Tributação, e recebeu inclusive algumas emendas a partir das experiências positivas ocorridas no Distrito Federal, com o Projeto Bolsa-Escola, e em Campinas, com o Projeto de Garantia de Renda Familiar, ambos relacionados a oportunidades de educação, bem como em Ribeirão Preto e outras cidades que instituíram projetos nesse sentido.

Também recebeu emendas do Deputado Germano Rigotto, afirmando que os beneficiários do Projeto de Renda Mínima, caso tenham crianças em idade escolar, deverão demonstrar que elas, efetivamente, freqüentam a escola.

A partir de 1995, surgiram outros projetos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, dos Deputados Nelson Marchezan, Chico Vigilante, Pedro Wilson, Fernando Ferro, Zaire Rezende, e dos Senadores Ney Suassuna, José Roberto Arruda e Renan Calheiros, todos instituindo alguma forma de bolsa-escola ou de renda mínima e procurando criar oportunidades de as famílias carentes estarem com as suas crianças freqüentando a escola, uma maneira de se quebrar o círculo vicioso da pobreza em nosso País.

Esse projeto recebeu parecer favorável do Deputado Osvaldo Biolchi e, na forma de um substitutivo, foi aprovado consensualmente em dezembro último, na Câmara dos Deputados. Veio em seguida para o Senado e aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, recebeu parecer favorável do Senador Lúcio

Alcântara – houve uma proposta de modificação por parte da Senadora Marina Silva –, mas recebeu preferência o substitutivo do Senador Lúcio Alcântara e, agora, foi para a Comissão de Educação.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, que na Comissão de Educação o Presidente Artur da Távola designou como Relatora desse projeto a Senadora Emilia Fernandes, que, desde então, estudou seriamente a proposição e está em vias de concluir o seu parecer, inclusive tendo dialogado comigo e com assessores de meu gabinete. Além disso, assessores de ambos os gabinetes têm dialogado com a assessoria econômica do IPEA e do próprio Governo.

Tenho muita confiança, esperança mesmo, de que a Senadora Emilia Fernandes, com o trabalho extremamente sério que está realizando, apresentará à Comissão de Educação um parecer que merecerá a consideração a mais responsável desta Casa.

Avalio que poderemos, no Senado Federal, considerar as contribuições havidas nos projetos todos, consubstanciadas de alguma forma no parecer do Senador Lúcio Alcântara, levando em conta também o debate que se produziu com o conterrâneo da Senadora Emilia Fernandes, Deputado Germano Rigotto. Houve uma contribuição de experiências múltiplas, de caráter municipal e regional, que agora estão a merecer consideração mais completa.

A Srª Emilia Fernandes – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY – Com muita honra, Senadora Emilia Fernandes.

A Srª Emilia Fernandes – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo, mais uma vez, pela dedicação, pela insistência e pelo desejo que V. Exª tem manifestado, concretamente, de apresentar a este País, e principalmente às populações mais carentes, mais necessitadas, mais desassistidas, uma proposta de igualdade, de justiça e de cidadania, que é o que significa o seu Projeto de Renda Mínima. Existem projetos semelhantes ao seu, mas que apresentam algumas diferenças da idéia que V. Exª construiu e vem construindo, com uma visão de Municípios e de Estados que já adotaram esse sistema como alternativa de integração das pessoas à vida digna de cidadãos. De posse de um trabalho amplo e detalhado – resultante de contatos permanentes não apenas com V. Exª, com as lideranças e a assessoria do seu Partido, mas com outros Srs. Deputados autores de projetos, como o Deputado Nelson Marchezan, do Rio Grande do Sul, e o Deputado Osvaldo Biolchi –, queremos apresentar, como proposta do Senado Federal ao Brasil, o mais breve

possível – e esse é o nosso compromisso -, o resultado dessa análise criteriosa de quatro projetos que estão apensados e que tratam praticamente do mesmo assunto. Acreditamos e temos esperança, como disse V. Ex^a, de que os nobres Pares desta Casa possam avaliar e analisar o conteúdo desse projeto – cuja idéia é, sem dúvida, de V. Ex^a – com a responsabilidade e a atenção que ele merece.

O SR. EDUARDO SUPILY – Senadora Emilia Fernandes, dada a responsabilidade com que V. Ex^a vem estudando a matéria, tenho a convicção de que está assimilando de tal maneira essa proposição que será mais uma pessoa a defendê-la, com o poder de sua extraordinária voz e de sua influência. Desde que chegou no Senado, V. Ex^a conseguiu granjear extraordinário respeito de seus Pares pela seriedade com que trata cada matéria que lhe chega às mãos.

V. Ex^a percebeu, desde pronto, que o Projeto de Garantia de Renda Mínima poderá ser uma das maneiras – no meu entender, das mais eficazes – de contribuirmos para que ocorra o que está no art. 3º da Constituição brasileira, que estabelece que o objetivo fundamental da Nação é a erradicação da miséria, a melhoria da distribuição da renda e da riqueza, a diminuição das desigualdades socioeconômicas regionais.

Assim, tenho a certeza de que compreendeu perfeitamente como o projeto de garantia de renda mínima, ao estabelecer que é direito de todas as pessoas estarem participando minimamente da riqueza de uma nação, que é próprio de cada família poder ter pelo menos o suficiente para que as suas crianças freqüentem a escola ao invés de terem que se submeter ao trabalho em idade precoce, o que lhes inviabiliza a possibilidade de estarem estudando, enfim, coisas que certamente deveriam estar na primeira ordem de prioridades.

Tenho a convicção de que é tempo e é hora, dado inclusive às experiências havidas, para que o Senado Federal conclua a votação dessa matéria, assim como também para que a Câmara dos Deputados complete o exame da matéria e isso se torne realidade no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Na forma regimental, concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Jader Barbalho por cinco minutos.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, levo ao conhecimento da Casa

que acabo de protocolar, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o seguinte requerimento:

Nos termos do art. 50, *caput*, e art. 144, § 6º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 397, I, e 103 do Regimento Interno, requeiro seja convocado, em caráter de urgência, o Sr. Ministro da Justiça, Dr. Iris Rezende, e o Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Gal. Brig. Alberto Mendes Cardoso, para comparecerem perante o Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de apresentarem exposição sobre os problemas decorrentes da mobilização das Polícias Militares – que, constitucionalmente, são forças auxiliares e reserva do Exército -, suas reivindicações e a repercussão do tema sobre a Segurança Pública Nacional, considerando ser o Senado Federal expressão igualitária de todos os Estados e, portanto, representação maior da Federação.

Sr. Presidente, desejo a convocação do Ministro da Justiça e do Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, em primeiro lugar, por considerar – como seguramente considera toda a opinião pública nacional – preocupantes os episódios envolvendo a Polícia Militar de diversos Estados da Federação.

Por outro lado, Sr. Presidente, também nos preocupam as especulações, que já estão sendo divulgadas pela imprensa, de soluções a serem dadas a esse problema. Algumas delas precisam ser esclarecidas – como a de transformar as Polícias Militares em guarda municipal ou em guarda nacional e tantas outras -, precisam ser avaliadas pelo Senado Federal, inclusive porque algumas das propostas divulgadas implicarão inevitavelmente, se viabilizadas, em reforma da Constituição.

Sr. Presidente, entendo que, em que pese a gravidade dos episódios – inclusive, pelo fato de serem os Policiais Militares trabalhadores que estão fazendo greve armados -, isso nos faz lembrar Milton Campos, num episódio de greve de ferroviários de Minas Gerais, quando lhe pediram que mandasse um trem cheio de policiais para resolver o problema, e ele, ao se intuir de que se tratava de atraso de pagamento, preferiu mandar o trem pagador.

Sr. Presidente, no caso das Polícias Militares, em que pese possam ser apuradas irregularidades, distorções, em que possa até ser dado um outro encaminhamento diverso do que aí está, julgo que em

primeiro lugar trata-se da questão salarial que atinge diversos segmentos da população brasileira, segmentos de trabalhadores que ganham pouco neste País, tendo a questão social cada vez mais agravada. Portanto, não entendo que a solução possa ser simplesmente a de se dissolver a Polícia Militar no Brasil de forma precipitada. No caso, por exemplo, de Alagoas, além de ganharem muito pouco, ainda estão com seus salários atrasados vários meses. No caso de outros Estados, ganham miseravelmente.

Portanto, penso deva ser preocupação desta Casa procurar saber dessas duas autoridades, o Ministro da Justiça e Chefe do Gabinete Militar, o que o Governo está pensando em termos de propostas, para que o Senado possa examiná-las. Não podemos ficar, de forma alguma, ausentes desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu Mensagem nº 135, de 1997 (nº 865/97, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º, inciso II, do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que dispõe: "O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento."

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 137, de 1997 (nº 867/97, na origem), encaminhando, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao trimestre abril-junho de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu o Aviso nº 908/97, de 28 de julho último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades do referido Tribunal, relativo ao 1º trimestre de 1997. (Diversos nº 40, de 1997).

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle. (Diversos nº 40, de 1997.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a homenagear a memória do ex-Presidente Ernesto Geisel, nos termos dos Requerimentos nºs 940, de 1996, e 435, de 1997, do eminente Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 531, de 1997, do Senador Bernardo Cabral e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do próximo dia 4 de setembro, seja dedicado a homenagear a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu Jubileu de Prata.

Em votação o requerimento do Senador Bernardo Cabral.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Foi lido, na sessão de 18 de julho último, o Requerimento nº 513, de 1997, do Senador Romero Jucá, requerendo, com base no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, a realização pelo Tribunal de Contas da União de inspeção, auditoria administrativa e operacional **in loco** nas obras de asfaltamento da BR-174, que liga Manaus até a fronteira da Venezuela – no trecho referente ao Estado de Roraima –, que estão sendo realizadas com recursos alocados, inclusive, com empréstimos internacionais levantados para tal fim na Corporação Andina de Fomento – CAF.

A Presidência comunica ao Plenário que os avulsos do referido Requerimento encontram-se à disposição dos Senadores nas suas bancadas.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Ermalde Amorim, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, faço esta comunicação, e a considero inadiável, em função de uma grande vitória obtida pelo Governo brasileiro na questão de que tratei há quinze dias, com a interferência direta do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, do Ministro das Relações Exteriores Felipe Lampreia e do Ministro da Justiça Iris Rezende.

Em 1994, 72 agricultores do Paraná compraram terras da Bolívia, e no dia 3 de julho próximo passado foram surpreendidos com a decisão tomada pela Suprema Corte da justiça boliviana. De acordo com decisão daquela Corte, as terras que eles compraram, pagaram – para o que obtiveram inclusive financiamento no Banco da Bolívia, no valor de três milhões e meio -, e que estavam cultivando – 4.800 hectares já cultivados, dando empregos a bolivianos -, esta terra havia sido tirada dos seus direitos e transferida para uma máfia organizada que falsifica documentos. E essa decisão da Suprema Corte da Bolívia foi tomada por um juiz de plantão.

Pedi a interferência do Senhor Presidente da República e do Ministro Luiz Felipe Lampreia e, no dia 25, lá em Corumbá, Sua Excelência, em reunião com o Presidente da Bolívia, Gonzalo Lozada, levou o assunto a pauta. Inclusive fiz uma consulta ao Senador Roberto Freire, se haveria como o Presidente da República da Bolívia tomar decisão diferente daquela que havia sido tomada pela Suprema Corte da Bolívia. Pois, com a interferência direta do Presidente da República do Brasil, o Presidente da República da Bolívia tomou a atitude correta: determinou que a justiça devolvesse aos brasileiros as terras que lhes pertenciam.

Foi corrigida uma injustiça, Sr. Presidente, mas não poderia, aqui, deixar de louvar e dizer que foi muito rápida a ação do governo brasileiro, sobretudo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Luiz Felipe Lampreia, sem me esquecer do comportamento eficiente do Embaixador brasileiro na Bolívia, Marcos César, que, em todos os instantes, atendeu não apenas os agricultores, mas também este Senador, e que ajudou a solucionar este caso, que seria uma verdadeira injustiça com os brasileiros, porque não apenas os investidores diretos, mas aqueles que estão investindo e que virão a investir, estavam vivendo insegurança.

Portanto, quando conversei com o Senador Roberto Freire, ficou-me a dúvida sobre se poderia o Presidente da República da Bolívia mudar uma decisão da Suprema Corte. E houve essa possibilidade. A decisão foi alterada porque era simplesmente esdrúxula. O motivo da ação eram 406 hectares de terra de outro proprietário, mas que, pela malandragem da máfia organizada, as coordenadas utilizadas eram de 6.215 hectares, envolvendo as terras de 72 brasileiros da região de Maringá, no Paraná. Corriu-se a injustiça.

Quero aqui homenagear o Presidente Fernando Henrique e o Ministro Luiz Felipe Lampreia pela rapidez e pela eficiência com que ressolveram o problema dos brasileiros na Bolívia, bem como o Ministro Iris Rezende, que, aqui, nas páginas amarelas, foi desrespeitado por um líder dos sem-terra, que não sei o que estava pensando quando deu essa entrevista, porque assinalei aqui – e não será hoje, mas voltarei ao assunto – pelo menos cinco asneiras ditas em desrespeito não à autoridade do Governo brasileiro, mas aos brasileiros. Dizer que o Ministro Iris Rezende não tem moral para processar e que o Ministro Iris Rezende e zero são a mesma coisa, é uma asneira que não tem tamanho.

O Ministro Iris Rezende tem uma vida pública admirável; eu, pelo menos, me espelho muito na vida pública do Senador e Ministro Iris Rezende, que foi tudo, ocupou todos os cargos com competência. Foi Governador duas vezes e, sobretudo, quando Governador, S. Ex^a implantou no seu Estado programas que nós, lá, no Paraná, acabamos por copiar.

O Ministro Iris Rezende foi o Ministro da Agricultura que superou todas as expectativas e elevou as safras deste País, de 50 milhões de toneladas, passamos a colher mais 70 e, hoje, estamos colhendo 80. Foi S. Ex^a quem deu início a esta revolução que estamos fazendo no setor agrícola e que pode inclusive levar à duplicação da safra que estamos colhendo.

O desrespeito ao Ministro Iris Rezende, Sr. Presidente, é um desrespeito ao Senado Federal, é um desrespeito ao Governo, mas é um desrespeito à sociedade e, sobretudo, aos milhares de goianos que foram beneficiados pela ação firme, dinâmica e eficiente do Governador Iris Rezende. S. Ex^a é muito competente e, com certeza, não dará crédito às afirmações totalmente descabidas desse Líder, que já falou demais e fez pouco.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa solicita aos Srs. Senadores, que se encontram em

seus gabinetes, que compareçam ao plenário e marquem a sua presença, pois após a comunicação inadiável que está agendada, iniciaremos a Ordem do Dia.

Prorrogo por mais 10 minutos a Hora do Expediente, para ouvirmos oradores que já se encontram inscritos para comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Abdiás Nascimento, por 5 minutos.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ.

Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sob a proteção de Olorum faço este registro.

No último dia 28 de julho, a Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro homenageou o Centro Cultural José Bonifácio e, pela importância que ele exerce no panorama da cultura do País quer, desde aqui, associar-me a essas homenagens.

Se a cultura de um povo é o cimento de sua identidade, para nós, africanos e seus descendentes dos dois lados do Atlântico, ela representa há muito tempo o ferro em brasa com que forjamos nossa sobrevivência e coesão como um povo. Manifestando-se não apenas na música e na dança populares, e também na culinária, como quer fazer crer o reducionismo eurocêntrico, mas abrangendo as artes plásticas, a literatura, sem esquecer a tecnologia na agricultura e na mineração, a cultura trazida pelos africanos e desenvolvida no Brasil, em contato e fricção com indígenas e europeus, tem na religião sua verdadeira matriz e síntese. Pois, em torno da religião se organiza a vida do indivíduo e do grupo; nela se estrutura a forma de pensar, de ser e estar no mundo, que, para além da superficialidade dos traços físicos, consubstancia a originalidade e a contribuição dos povos africanos à civilização.

Não foi à toa, portanto, que a estratégia de dominação dos brancos europeus sobre os povos de cor da África, da Ásia e das Américas sempre teve na cultura, de modo geral, e particularmente na religião, um de seus pontos focais. Sabiam eles que, para esmagar fisicamente esses povos e transformá-los em escravos ou vassalos da nova ordem global que se instalava, era preciso domar seus corações, escravizar e colonizar suas mentes e consciências. Era necessário suprimir sua cultura ou, quando possível, domesticá-la, cortando-lhe as raízes e colocando-a a serviço do dominador. Esse processo envolveu fundamentalmente a religião africana, sempre reprimida, mas incluiu também a negação da existência de grandes civilizações no Continente Africano, a transformação dos antigos egípcios num povo "branco" e o "esquecimento" das contribuições des-

tes à cultura grega e, por meio desta, à moderna cultura ocidental. Tratava-se de negar aos africanos, escravizados nas Américas ou transformados em súditos coloniais na África, a própria humanidade, expressa na capacidade de construir civilizações e de contribuir para a evolução da espécie humana como um todo.

Mas a força da cultura africana pode ser atestada por sua própria vida nas condições adversas em que ela, a despeito de tudo, conseguiu florescer. Assim, em todos lugares a que chegaram, por vontade própria ou involuntariamente, os africanos deixaram a marca indelével da sua cultura. De tal modo que, na maior parte das Américas, no Brasil como nos Estados Unidos, na Colômbia, na Venezuela, no Equador e no Peru, para não falar nas nações da América Central e do Caribe, as manifestações culturais mais características e originais, as que são exibidas como típicas da nacionalidade, são exatamente aquelas que brotam da fonte africana.

No Brasil, o cruel massacre da escravidão não impediu o florescimento de uma cultura negra tão poderosa que se impõe como verdadeira cultura do povo brasileiro. Relegada por muito tempo a um segundo plano, vista pela lente caolha do exotismo e do folclore, a cultura afro-brasileira tem passado nos últimos anos por um processo de revitalização e revalorização promovido, fundamentalmente, pelo Movimento Negro e seus aliados nas arenas acadêmica e sócio-política. A criação, pelo poder público, de organismos voltados à preservação e à dinâmica da cultura desenvolvida pelos africanos e seus descendentes se destaca entre as vitórias que vimos obtendo ao longo de nossa árdua luta pela valorização dos afro-brasileiros. O Centro Cultural José Bonifácio brilha como um dos belos exemplos dessa vitória.

Além do orgulho militante pelo sucesso de uma instituição que defende e põe em prática ideais pelos quais sempre pugnei, dois aspectos me ligam efetivamente ao Centro Cultural José Bonifácio. O primeiro deles prende-se à sua origem, pois a idéia de criar uma instituição municipal voltada para a cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro nasceu durante meu mandato como Deputado Federal, no início da década dos oitenta, quando a então administração pedetista da Prefeitura a acolheu. Questões burocráticas retardaram por muito tempo a concretização do projeto. Inclusive, justifica-se registrar os esforços no sentido de sua implementação despendidos pelo então Presidente da Rioarte, o poeta Gerardo Mello Mourão. O projeto atravessou, ainda, a segunda administração pedetista do município, sustentado pelos

esforços da Divisão de Cultura Afro-Brasileira da Secretaria de Cultura. Até que por fim a tenacidade e a competência prevaleceram, incorporadas na inquietação criativa de Hilton Cobra. Laços de origem, portanto, redobram a minha alegria nesta noite.

O segundo aspecto está na minha admiração pessoal pelo talento e determinação do ator e diretor de teatro Hilton Cobra, responsável pela formação e condução da valorosa equipe que vem realizando esse trabalho admirável no Centro Cultural José Bonifácio. O entusiasmo e a dedicação de Cobrinha, indispensáveis para o êxito que hoje se festeja, lembram-me de outro jovem que, décadas atrás, também por meio do teatro e das artes, buscava elevar o nível de consciência dos afro-brasileiros em particular, e dos brasileiros de maneira geral, não só quanto aos problemas da discriminação e do racismo, mas sobre o valor da cultura de origem africana e dos homens e mulheres que a produzem. O Teatro Experimental do Negro foi o instrumento que criamos, lá se vão mais de 50 anos, para sacudir uma sociedade atrasada e reacionária, obrigando-a a se confrontar com alguns dos piores fantasmas de seu inconsciente coletivo, e ao mesmo tempo a enxergar o valor de uma cultura que ela preferia reduzir aos limites do exotismo. Laços de origem também me prendem, então, a esse enérgico homem de teatro, redobrando o prazer de perceber que essa idéia não morreu.

Quero, portanto, dar minhas calorosas felicitações a Hilton Cobra e sua equipe, tão bem equipada de talento e habilidade, e ao mesmo tempo saudar a nossa valente guerreira e vereadora do PT, Jurema Batista, o COMDEDINE e as organizações afro-brasileiras responsáveis pela oportuna iniciativa. Tenho certeza de que, graças à divulgação que esse evento propicia, o trabalho desenvolvido pelo Centro Cultural José Bonifácio vai inspirar pessoas e organizações, em todo o Brasil, empenhadas em brandir a cultura como instrumento de transformação das relações raciais neste País.

Axé, Centro Cultural José Bonifácio!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Ainda dentro do tempo de prorrogação, para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. Solicito a V. Ex^a que observe o prazo de cinco minutos, considerando-se haver sido ultrapassado o tempo em quatro minutos pelo orador anterior.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, espero fazer jus à compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sem dúvida alguma.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, apesar de ter ouvido a palavra do Líder do meu Partido, Senador Jader Barbalho, apesar de ter tido a grande satisfação de também ouvir a manifestação eloquente feita pelo Senador Osmar Dias, eu queria juntar a minha voz a desses dois Senadores e de outros desta Casa em solidariedade ao Ministro Iris Rezende pela maneira indigna, pelo linguajar incompreensível de que S. Ex^a foi vítima nas páginas amarelas da última edição da revista *Veja*, em entrevista concedida pelo Sr. Stédile.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, todos conhecem a vida honrada e digna e os relevantes serviços prestados pelo Sr. Senador Iris Rezende a este País. Sem dúvida alguma, a voz mais expressiva do Centro-Oeste. Sem dúvida alguma, uma das vozes mais eloquentes deste País. Homem de vida inatacável, num momento de crise por que passa a Nação brasileira, com as suas polícias rebeladas, S. Ex^a, assoberbado no Ministério da Justiça, procura agir com prudência. E sou testemunha disso porque, ainda ontem, acompanhei, com muita alegria, a visita do Ministro Iris Rezende à capital do meu Estado, Mato Grosso do Sul, Campo Grande, onde S. Ex^a foi tratar de assuntos de interesse do meu Estado, ligados à Pasta da qual é titular e que dizem respeito direto ao problema da segurança que o País inteiro atravessa.

Assim, Sr. Presidente, como companheiro de Partido, como amigo, como testemunha, como homem do Centro-Oeste, deixo registrado nos Anais desta Casa o meu inconformismo com a referida entrevista e a solidariedade que jamais vou negar ao Senador e hoje Ministro da Justiça, Iris Rezende, que tanto tem dignificado esta Casa no Ministério da Justiça e que muito tem feito, e com certeza fará ainda, para o bem deste País.

Era isto, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, que, em menos de 5 minutos, eu queria deixar registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.573-10,

adotada em 31 de julho de 1997 e publicada no dia 1º de agosto do mesmo ano, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Bernardo Cabral Carlos Patrocínio	José Bianco Edison Lobão
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Gerson Camata Carlos Bezerra
	PSDB
Beni Veras	Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Emilia Fernandes	Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Maluly Netto Sérgio Barcellos	Luiz Braga Mauro Fecury
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Sandro Mabel Zaire Rezende	Noel de Oliveira Zé Gomes da Rocha
	PSDB
Adroaldo Streck	Arnon Bezerra
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Aldo Arantes
	PV

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Dia 5-8-97 – designação da Comissão Mista
- Dia 6-8-97 – instalação da Comissão Mista

Até 6-8-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 15-8-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 30-8-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.575-2, adotada em 31 de julho de 1997 e publicada no dia 1º de agosto do mesmo ano, que "dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Vilson Kleinübing Romeu Tuma	José Agripino Waldeck Ornelas
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Gerson Camata Carlos Bezerra

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Lúcio Alcântara	Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
José Carlos Aleluia Lima Netto	Augusto Viveiros Ayres da Cunha
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
João Henrique Edinho Araújo	Adelaide Neri Mário Martins
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	

PPB

Lamartine Posella

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 5-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-8-97 – instalação da Comissão Mista

Até 6-8-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 15-8-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 30-8-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.576-2, adotada em 31 de julho de 1997 e publicada em 1º de agosto do mesmo ano, que "dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Romeu Tuma
Bello Parga

Bernardo Cabral
Guilherme Palmeira

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Osmar Dias

Coutinho Jorge

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Emilia Fernandes

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Átila Lins
Rogério Silva

Roberto Pessoa
Robério Araújo

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Adelaide Neri
Paulo Lustosa

Adelson Salvador
Asdrúbal Bentes

PSDB

Dalila Figueiredo

Rommel Feijó

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PTB

Arlindo Vargas

José Coimbra

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 5-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-8-97 – instalação da Comissão Mista

Até 6-8-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 15-8-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 30-8-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Esperidião Amin.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 534, DE 1997

Senhor Presidente

Requeremos, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1997, que "dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras provisões".

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1997. – **Edison Lobão**, PFL – **Jefferson Péres**, PSDB – **Nabor Júnior**, PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com relação à Mensagem nº 136/97, lida na presente sessão, relativa à indicação do novo Presidente do Banco Central, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos convocou uma reunião para quinta-feira, às 10 horas, a fim de o nome ser submetido à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1997 (nº 2.843/97, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Presidente da República a proceder à restituição dos bens de que trata o Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 321, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. Em discussão.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, este Projeto de Lei de autoria do Executivo – e que já tramitou na Câmara dos Deputados – chega ao Senado Federal e merece parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Lúcio Alcântara.

Não tenho qualquer reparo a fazer ao parecer do ilustre representante do Ceará. Mas quero registrar, em primeiro lugar, mais uma violência política de tantas que foram cometidas na época do arbítrio.

Com base no AI-5, o Sr Osmar Dutra foi cassado, teve os seus direitos políticos suspensos e as famigeradas Comissões Gerais de Investigação que existiram no Brasil acusaram-no de ser um peculatário. Com base nisso, fizeram exposição de motivos, e os Ministros da Junta Militar, juntamente com o Ministro da Justiça, à época, o Sr. Gama e Silva, resolveram, além de cassar o mandato e suspender os direitos políticos, confiscar os bens do Sr. Osmar Dutra.

Não conheci esse homem e não o conheço. Mas, Sr. Presidente, é bom que isso fique registrado nos Anais do Senado Federal, da História do Brasil, para se evitar que episódios dessa natureza possam se repetir.

Além do gesto de arbítrio, acusou-se o Sr. Osmar Dutra, de ser um peculatário; o seu crime era de peculato.

Mas a tal Comissão Geral de Investigação não promoveu qualquer ato posterior; deveria ter promo-

vido, deveria ter enviado ao Ministério Públíco, já que haviam chegado à conclusão, na investigação, de que se tratava de um peculatário. Não o fizeram. Os Ministros militares e o Ministro da Justiça baixaram um decreto, confiscando todos os seus bens.

Agora, 28 anos depois, Sr. Presidente, sem que se tenha dado o direito de defesa a esse cidadão, que não sei se eram procedentes ou não – no caso, para mim, não o são, porque as autoridades competentes não tomaram qualquer providência no sentido de mandar para o Ministério Públíco. Vinte e oito anos depois, envia-se ao Congresso Nacional a devolução dos seus bens.

E um dado, Sr. Presidente: não se admite, no texto, que ele reclame de prejuízo causado por isso. Se fosse caso de particular contra particular que lhe tivesse causado danos, a legislação e a justiça protegeria esse primeiro. Mas, esse cidadão foi acusado de peculato. Não foi instaurada ação penal contra ele. O Poder Públíco devolve os seus bens confiscados, mas, no texto da lei, está escrito: "O cidadão não poderá reclamar de prejuízo algum."

Quer dizer, no Brasil, é possível o Poder Públíco cometer violência política; é possível o Poder Públíco confiscar os bens das pessoas e devolver 28 anos depois. Mas, no texto da lei que devolve esses bens, está escrito que ele não terá o direito de reclamar de qualquer prejuízo.

Quero, portanto, Sr. Presidente, fazer o registro.

Tudo bem, o Muro de Berlim já caiu; o golpe militar de 64 é um episódio na História do Brasil, pertence aos historiadores, e não me cabe aqui, nesta sessão, fazer qualquer tipo de julgamento. Mas quero deixar registrado, Sr. Presidente, que foi um ato de violência política e que nós, agora, vamos devolver os bens desse cidadão, colocando no texto da lei que o Poder Públíco fica imune, fica isento de qualquer tipo de ação que ele possa promover contra a União.

A União deveria promover ação contra os membros dessa CGI. Deveria colocar o seguinte: Se reclamar, a União vai ter efeito regressivo contra os membros da CGI e contra os membros da Junta militar. Se não estiverem vivos, contra os bens que eles deixaram, contra a família do Sr. Gama e Silva e de todos esses que, na época do arbítrio, cometem violência e depois ficam imunes, e o prejuízo fica para o violentado.

Portanto, Sr. Presidente, como se trata de um episódio da história do Brasil que retrata tantas e tantas violências que se cometem neste País, é mais uma que aqui está. Essa é a história do final de uma violência, que agora vai ficar em texto de lei.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, para discutir.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, gostaria de trazer um testemunho em relação a este caso.

Conheci o ex-Deputado Federal Osmar Dutra, ainda vereador lá no pequeno Município de Modelo, há quase 30 anos. Eu, jovem, lembra-me muito bem das atividades de Osmar Dutra, exatamente na região em que eu, mais tarde, viria a atuar como deputado, o oeste catarinense, a região do Chapecó.

Era um deputado batalhador, muito forte, ligado à velha UDN, é bom que se diga isso. Hoje, Sr. Presidente, nobres colegas, quando se vem devolver aquilo que lhe foi confiscado, depois de dezenas de anos, está em Camboriú, não sei bem com que idade, mas acho que bem avançada, cambaleante, sem condições físicas de atuar como era de seu costume.

Então, a bem da memória, gostaria de trazer o meu testemunho. Acho que muito bem fez o nosso Líder, Senador Jader Barbalho, em detalhar, em registrar nesta Casa que, depois de tantos e tantos anos, confiscados os seus bens e os seus direitos, vem se devolver e não se dá o direito, pelo que se nota na proposta, de buscar lucros cessantes ou direitos cassados à época ou da sua vida. Ele não poderá reclamar nada, apenas está se devolvendo aquilo que foi confiscado.

Não quero entrar no mérito também, mas trago o testemunho e assino em baixo o que disse o nosso eminente Líder.

Era o registro que gostaria de fazer neste instante.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso também deixar de me manifestar em um episódio como este em que, se de um lado se faz justiça a quem foi obviamente injustiçado, proclamadamente injustiçado, proclama-se esse fato com esse próprio texto do projeto de lei, no próprio projeto de lei se contém uma enorme injustiça. Vamos votar uma proposta que condiciona o ressarcimento moral, quer dizer, a restituição dos bens materiais do ex-Deputado Fede-

ral Osmar Dutra, a que ele renuncia expressamente a qualquer outra forma de ressarcimento.

Sr. Presidente, todo mundo sabe, é óbvio que, numa situação como esta, o que menos perdeu foram os bens. Ele foi alguém que viveu enxotado pela sociedade civil, com todas as dificuldades decorrentes do fato de que foi defenestrado da vida política, defenestrado da vida social e viveu as angústias das certezas que tinha – e que hoje se proclama – de que era um homem absolutamente inocente daquilo que se irrogava contra ele, porque não era só uma acusação contra o político, não se objetivava somente tomar dele o mandato político e suspender-lhe os direitos políticos, mas se pretendia tomar-lhe, como se fez efetivamente, os bens; portanto, a acusação era de desonestade e de improbidade pessoal.

Então, o que menos se vai fazer aqui agora é devolver-lhe os seus bens. Aquilo que seria o plus, que seria o mais, que seria o espaço que ele teria para promover judicialmente o ressarcimento maior e mais amplo pelos sofrimentos que viveu, pelos danos a sua honra, pelas dificuldades que ele e, mais do que ele, só toda a sua família viveu, quando se poderia fazer isso, não se vai fazer.

O que vejo aqui, Sr. Presidente, é que estamos diante de um projeto, vamos ter que aprová-lo, lamentando profundamente que haja esse condicionamento, até porque não tem cabimento nenhum o Estado brasileiro reconhecer que praticou uma injustiça e depois retirar dele, sob o pátio de uma Constituição Federal, que permite a todo mundo ir ao Judiciário e obter um provimento de jurisdição em seu favor quando entenda que é devido, esse direito que a própria Constituição proclama.

Lamento profundamente que isso tenha ocorrido. Sou uma pessoa que viveu esse tipo de problema, não com confisco de bens, mas perdi o meu mandato, tive meus direitos políticos suspensos por dez anos, em 1969, fui preso, tirou-se o cinto, fui colocado numa cela, quer dizer, toda a visão desse sofrimento tenho-a muito clara, Sr. Presidente.

Lamento profundamente que um homem, certamente hoje encanecido, receba essa forma de ressarcimento parcial, quando tínhamos o dever de dar a ele as oportunidades de obter em juízo, mais amplamente, o reconhecimento de que a improbidade que se lhe atribuiu à época não existiu efetivamente. E, mais do isso, ser indenizado mais do que só retornar a posse daquilo que é seu e que ele perdeu temporariamente 28 anos depois.

Infelizmente, não vou retardar um projeto dessa natureza, mas sinto que faríamos muito melhor

justiça, inclusive nos sintonizáramos com esses tempos de abertura democrática, sob o pálio de uma Constituição que abre espaços à obtenção de provimentos jurisdicionais numa circunstância como esta, que não o fazemos, Sr. Presidente. Vamos em frente; vamos votar essa matéria. Pessoalmente, voto sob protesto.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a exemplo do Senador Casildo Maldaner – e creio que o Senador José Ignácio também –, convivi com o então Deputado Osmar Dutra na Câmara dos Deputados, nos anos 60, quando ele foi incriminado pela prática de atos que, na época, seriam tidos como irregulares e por isso envolvido num inquérito da chamada Comissão Geral de Investigação, instituída no tempo do autoritarismo, para apurar e punir, sumariamente, aquelas pessoas sobre as quais porventura pesasse alguma acusação mais grave, particularmente no que tange à honradez pessoal.

Lembro-me bem de que uma dessas pessoas, e o Senado não desconhece, foi o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que amargou durante muito tempo a violência clamorosa de ter sua vida investigada por aqueles que queriam incriminá-lo de qualquer maneira. S. Ex^a era tido e havido, desde que construiu Pampulha e depois Brasília, como um homem público sobre quem recaíam dúvidas do ponto de vista da sua honorabilidade. Entretanto foi justamente a Comissão Geral de Investigação que veio a comprovar que nada havia contra o ex-Presidente Juscelino Kubitschek no que tange à sua honestidade pessoal. Tanto assim que, posteriormente, o ex-Governador Carlos Lacerda, o seu mais ferrenho adversário na vida pública, não só no Rio mas em todo o Brasil, reconheceu a injustiça praticada contra o ex-Presidente e chegou a se reaproximar dele no célebre Pacto da Frente Ampla, que incluía, além dos dois, o ex-Presidente João Goulart e o ex-Governador Leonel Brizola.

Portanto, Sr. Presidente, essa Comissão Geral de Investigação não pode merecer fé e não podemos aqui estar, por conseguinte, aceitando as suas decisões como terminais, como se elas não pudessem ser revistas pela Justiça, sobretudo após a Constituição de 1988. Daí por que não entendo esse projeto de lei que, se faz justiça, por um lado, ao ex-

Deputado Osmar Dutra, porque lhe restitui os bens de que foi privado por um confisco talvez apressado, tanto assim que hoje se reconhece que ele deve retomar o seu patrimônio, por outro, pratica-se o absurdo e a violência, como bem proclamou o nobre Líder da minha Bancada, Senador Jader Barbalho, no que foi acompanhado pelos Senadores José Ignácio Ferreira e Casildo Maldaner, de não permitir que ele vá à Justiça requerer a indenização por ter sido lesado no seu patrimônio.

Ora, Sr. Presidente, parece-me, salvo melhor juízo – está aqui o Relator, o nobre Senador Lúcio Alcântara –, assim, de pronto, que esse projeto é inconstitucional. Como é que se pode retirar de um cidadão o direito de recorrer à Justiça para cobrar indenização por uma violência cometida contra ele? Daí por que eu poria a questão nestes termos, sugerindo aos Líderes a possibilidade de um reexame desse projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se isto não for possível, não poderei deixar de votar favoravelmente à matéria, porque ela implica a restituição de bens a um homem que já está no final de sua vida, mas certamente o farei com restrições.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, todos os que me antecederam tiveram oportunidade de anotar a importância desse gesto do Presidente da República, uma vez que o projeto é de iniciativa do Poder Executivo.

Como bem acentuaram os Senadores Jader Barbalho, Casildo Maldaner, José Ignácio Ferreira e Humberto Lucena, essa reparação está longe de ser a devida, uma vez que se tratou de um ato de arbítrio, que não só cassou os direitos políticos do então Deputado Osmar Dutra, como também promoveu o confisco de seus bens.

Tive o cuidado de examinar o projeto com atenção e também recebi informações sobre o Deputado Osmar Dutra de membros de sua família, que me procuraram – hoje, ele é um octogenário, um homem que está com a saúde abalada – e que pediam celeridade na apreciação desse projeto, porque

ele gostaria de, ainda em vida, receber essa reparação, que é mais de ordem moral do que propriamente pecuniária, uma vez que há necessidade de uma comissão apurar o valor dos bens a fim de promover o ressarcimento ao Deputado.

De qualquer sorte, não poderíamos deixar de nos referir aqui à iniciativa do Presidente da República, após manifestações do Tribunal de Contas da União – que disse nada constar em desabono do Sr. Osmar Dutra quanto a bens públicos ou a qualquer débito que por acaso tivesse perante essa Corte -, do Ministério da Justiça e da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Tudo isso depois de uma verdadeira odisséia, de uma saga do Deputado Osmar Dutra, que, inclusive, bateu às portas do Poder Judiciário mais de uma vez e não teve os seus direitos reconhecidos, em função da Carta anterior, que dizia que os atos editados pelo Alto Comando da Revolução não eram passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário. O Presidente da República resolveu, então, com base nessas informações e numa exposição de motivos do Ministro Nelson Jobim, encaminhar esse projeto que o Senado ora está apreciando e que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Pelo que me consta, esta é a primeira vez que se promove a devolução – ou o ressarcimento – de bens de alguém que os tenha tido confiscados pelo Governo militar.

Portanto, temos que anotar essa decisão do Presidente Fernando Henrique. Aliás, os familiares de pessoas que foram vítimas da tortura ou que se envolveram em episódios nos quais perderam a vida estão tendo agora uma indenização que, longe de representar o que significou a vida dessas pessoas, o que significou a perda desses entes queridos, de qualquer forma representa uma ação do Estado para reconhecer que essas pessoas foram vítimas do arbítrio e, consequentemente, tiveram ou seus direitos ou, no caso, os seus bens alcançados por decisão do Governo militar.

O Sr. José Ignácio Ferreira - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não, Senador José Ignácio.

O Sr. José Ignácio Ferreira - Senador Lúcio Alcântara, não havia nenhum impedimento a que a Revolução promovesse a apuração das responsabilidades criminais, mandando o caso para o juízo criminal. Os atos institucionais não eram passíveis de apreciação judicial, é verdade. Mas nisso aí não se estaria enfocando o confisco dos bens em si; o que se iria enfocar era a responsabilidade criminal da

quele que foi punido pela Revolução, a qual seria aferida pelo juízo competente. Aí punir-se-ia, com os gravames da lei penal que estava em vigor, aquele que foi vitimado pela ação do arbítrio, quer dizer, da Revolução. Por que não se fez isso? Fico imaginando que não se fez isso, porque se temia que o entendimento do Judiciário regularmente existente fosse contrário àquilo que inspirou a ação da Revolução. Na verdade, não havia nenhum impedimento e não se enviou a matéria para o Juízo criminal. Por aí já claramente se vê o quanto de arbítrio houve, inclusive impossibilitando a vítima desse arbítrio de se defender no Juízo competente. Não havia proibição nenhuma. Mas isso foi muito típico, Sr. Presidente – que Deus o tenha, lá, onde ele bem merecer –, do ex-Ministro da Justiça Gama e Silva. Na verdade, isso foi muito próprio dele e, em várias ocasiões, atos dessa natureza foram praticados nessa época, exatamente em 1969. Lamento profundamente que estejamos rememorando essas situações.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - O que V. Ex^a está dizendo é a expressão da verdade. Tanto que, na própria exposição de motivos do Ministro Nelson Jobim, S. Ex^a diz textualmente:

Segundo decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União, de 24 de junho de 1996, proferido nos autos do Processo – aqui vem o número –, o Sr. Osmar Dutra não é devedor de quaisquer valores para o Tesouro Nacional. Ademais constam do Parecer nº 28-AJ/86, da Assessoria Jurídica da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, as informações de que "sem sombra de dúvida não há prejuízo para o Erário Federal imputável ao postulante", e que, embora tenha tido os seus bens confiscados com base nas conclusões do Processo da Comissão Geral de Investigação nº 61/69, que o apontavam como autor do crime de peculato, ele não sofreu condenação penal, não tendo sido sequer processado criminalmente – como diz V. Ex^a – pela alegada prática do crime de peculato.

É evidente que foi uma arbitrariedade, uma violência! Irresignado, ele lutou, como está lutando até hoje, para que os seus direitos fossem reconhecidos. Foi à Justiça. Na vigência da Carta de 67, não teve êxito, porque os atos eram insusceptíveis de apreciação pela Justiça. Com a Constituição de 88, como esse dispositivo não mais integrava a Carta Magna, novamente vai à Justiça e postula também perante o Poder Executivo.

Agora estamos apreciando um projeto que é de iniciativa do Presidente da República. Se ele não produz todos os efeitos que são do entendimento unânime do Plenário, de alguma maneira é uma espécie de absolvição que se está dando ao Deputado Osmar Dutra.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Josaphat Marinho – Não quero entrar em pormenores do projeto objeto de nossa deliberação. Inclusive, porque não quero atrapalhar, perturbar, possível solução do interesse do ex-Deputado Osmar Dutra. Quero apenas assinalar que o projeto estabelece, no parágrafo único do art. 1º: "A restituição a que se refere o **caput** não obriga a União a pagar qualquer forma de indenização por prejuízos efetivos ou lucros cessantes". E no §2º declara: "A restituição dos bens de que trata o artigo anterior é condicionada à renúncia expressa do interessado em caráter irrevogável e irretratável de quaisquer indenizações concernentes ao Fisco dos referidos bens, ressalvando o direito do ex-Deputado de proceder como lhe parecer certo". Quero apenas lembrar que o art. 5º, XXXV, declara: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito."

O Sr. Jader Barbalho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Jader Barbalho – A observação feita pelo Senador Josaphat Marinho é da maior pertinência. Entretanto, posso imaginar uma pessoa que foi objeto de violência há 28 anos e que, com a idade atual, recorre ao Judiciário para continuar a lutar pelos seus direitos. Lamento profundamente – e estamos vivendo a plenitude da democracia no Brasil –, mas esse projeto é um resquício do arbítrio, Sr. Presidente! Esse projeto, no meu entendimento, é um resquício lamentável do Poder Público no Brasil e da indiferença dos agentes públicos. O agente público sabe que pode cometer, nesse caso e em tantos outros, um ato de violência contra um cidadão e não é problema seu. Que o cidadão recorra! Estamos discutindo este fato, mas em relação a quantos outros os direitos não são sonegados, com a indiferença completa do agente público? Exatamente pela cultura do arbítrio, que está imbricada no Estado brasileiro, lamentavelmente! Esse projeto estabelece que, para o cidadão recorrer ao seu direito, ao direito constitucional de ter o exame do Poder Judiciário, ele antes terá que renunciar ao direito constitucional

que ele possui de comparecer ao Poder Judiciário. Portanto, além de estarmos aqui registrando um ato de arbítrio do movimento militar de 64, estarmos constatando, mais uma vez, que a cultura dos agentes públicos do Brasil é a do arbítrio, da irresponsabilidade. Comete-se a violência e está acabado! O cidadão que recorra e passe 30 anos para obter o seu direito! E o agente responsável pela violência está totalmente imune de ser incomodado pela violência que praticou. Creio que o adequado seria permitir; e se a União fosse condenada, dever-se-ia remeter para a família do Sr. Gama e Silva a responsabilidade por pagar os prejuízos que a sua história de arbítrio patrocinou contra a sociedade brasileira.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, concluo para dizer que, pela via judicial, o Deputado Osmar Dutra não obteve êxito. Ele tentou mais de uma vez por meio da Justiça, mas não conseguiu. Essa iniciativa do Poder Executivo é que lhe está dando a oportunidade – concordando com os argumentos dos Senadores Jader Barbalho e Josaphat Marinho – de ver, ao menos em parte, o seu direito reconhecido.

O Deputado Osmar Dutra estava fragilizado, evidentemente, cansado de tanto lutar e de ver todo o seu esforço sem êxito. Talvez tenha se rendido a essa fórmula, que é imperfeita, que é incorreta, mas que lhe serve pelo menos como reconhecimento da sua probidade, pela ausência confirmada de peculato, portanto, de qualquer ato desonesto de sua parte.

Sr. Presidente, por isso, o meu parecer foi favorável, para que S. Ex^a, ainda em vida, tenha a oportunidade de ver transformado em lei esse ato de restauração da sua moral, da sua atuação na vida pública brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^o 19, DE 1997

(N^o 2.843/97, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Autoriza o Presidente da República a proceder à restituição dos bens de que trata o Decreto n^o 65.157, de 15 de setembro de 1969, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Presidente da República autorizado a proceder à restituição dos bens de que trata o Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969.

Parágrafo único. A restituição a que se refere o **caput** não obriga a União a pagar qualquer forma de indenização por prejuízos efetivos ou lucros cessantes, ressalvados os casos de venda ou deterioração do bem por decurso de tempo ou falta de conservação, quando será ele substituído por equivalente ou indenizado pelo justo valor.

Art. 2º A restituição dos bens de que trata o artigo anterior é condicionada à renúncia expressa do interessado, em caráter irrevogável e irretratável, de quaisquer indenizações concernentes ao confisco dos referidos bens.

Art. 3º Para a implementação do disposto no art. 1º, fica o Presidente da República autorizado a criar Comissão Especial, composta por cinco membros de sua livre escolha e designação, com o fim de realizar levantamento de todos os bens confiscados e incorporados ao patrimônio da União.

§ 1º Dos cinco membros da Comissão, três serão escolhidos dentre servidores dos Ministérios da Justiça, da Fazenda e da Marinha.

§ 2º O Presidente da República indicará, dentre os membros da Comissão, quem irá presidi-la, com voto de qualidade.

§ 3º A Comissão poderá ser assessorada por servidores públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio de órgãos do Governo do Estado de Santa Catarina, mediante convênio com o Ministério da Justiça, se necessário.

§ 4º A Comissão funcionará junto ao Ministério da Justiça, que lhe dará o apoio necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Esperidião Amin.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 535, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea a, do Regimento Interno, para o Requerimento nº 533, de 1997.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1997. – **Esperidião Amin – Edison Lobão – Valmir Campelo – Osmar Dias – José Eduardo Dutra.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 533/97.

Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Presidência solicita aos Líderes a indicação dos membros de suas Bancadas que integrarão a mencionada Comissão, tendo em vista o caráter de urgência concedido pelo Plenário à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se à apreciação do Requerimento nº 534, de 1997, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1997.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (BLOCO-PT-SP)

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar que encaminhei carta à revista **Veja** afirmando não ser verdadeira a declaração a mim atribuída sobre o nome indicado pelo Presidente para exercer a Presidência do Banco Central. Não sendo do meu feito fazer aquele tipo de declaração, telefonei ao Diretor Gustavo Franco lhe comunicando, e S. S. me disse que não tinha registrado a resposta contida na revista.

Iremos argüi-lo aqui a respeito da política econômica e tenho a convicção de que não será um bate-papo. Estranho a observação do Senador Elcio Alvares, porque seria diminuir a função do Senado Federal. Teremos a responsabilidade de estar argüindo e, obviamente, formulando críticas, levantando questões sobre os mais diversos aspectos da política econômica.

Sr. Presidente, diante das observações aqui hoje formuladas pelos Senadores Osmar Dias e Ramon Tebet sobre a entrevista de João Pedro Stédile, um dos coordenadores do Movimento dos Sem-Ter-

ra, à revista **Veja**, é preciso compreender a natureza de suas declarações. O Sr. João Pedro Stédile fez uma observação diante do ato do Ministro da Justiça de solicitar ao Ministério Público que o processasse em função de suas duas declarações.

Suas observações, contidas e reiteradas na revista **Veja**, correspondem a um alerta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Registrarei algumas. Diz João Pedro Stédile, entre outras coisas, que Sua Excelência tem estado embasbacado com as idiotices da globalização e esqueceu que o povo precisa comer, morar, quer terra e saúde e educação. Ele procura alertar o nosso Presidente que, se uma população tão grande de excluídos continuar à solta e sem organização, aí, sim, o Brasil vira um barril de pólvora. O desempregado tende a saídas individuais, como banditismo, prostituição e tráfico de drogas, multiplicando as mazelas do capitalismo que ferem moralmente a nossa sociedade. João Pedro Stédile alerta o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois observa que o seu governo não tem atingido, na profundidade suficiente, os problemas sociais.

Perguntado a respeito de sua polêmica declaração sobre os terrenos baldios, sobre o que devem fazer aqueles que têm fome, aqueles que estão desempregados, afirmou: "Sempre disse que os sem-tetos devem ocupar os terrenos baldios. Tem coisa mais pacífica que famintos fazendo manifestação em supermercado? É uma forma de chamar a atenção para a fome".

Com respeito à questão das escolas públicas, na medida em que se informou que nesses últimos tempos muitas escolas públicas têm sido fechadas, ele esclareceu, inclusive hoje, no jornal **Folha de S. Paulo**, que o sentido da sua declaração é que seria importante que os professores, os educadores, em defesa da escola pública, mobilizassem a população para que ocupassem, no sentido de fazer essas escolas funcionarem adequadamente, porque, num País onde falta tanta oportunidade de educação, é muito importante que não se fechem escolas públicas.

Com respeito às declarações relativas ao Ministro Iris Rezende, considero naturais a preocupação e a manifestação de defesa por parte dos Senadores Osmar Dias e Ramez Tebet, que procuraram expressar o conhecimento que têm da vida do Senador Iris Rezende. Todavia, ele registrou uma frase expressa pelo Senador Iris Rezende quando guindado à condição de Ministro da Justiça. S. Ex^a afirmou que "o crime, às vezes, é inevitável", como que procurando justificar que, algumas vezes, podem algumas pessoas cometer um crime.

Ele fez uma observação crítica ao fato de, durante a sua posse, um número tão grande de viaturas ter vindo de Goiás para aplaudir o então novo Ministro da Justiça. Esse é um fato.

Fez também uma avaliação crítica de como o próprio partido do Senador, o PMDB, teria como que ajustado um entendimento de natureza política para garantir o apoio, no âmbito do Congresso Nacional, de seu Partido, utilizando-se de expressão que resultou na reação dos Senadores Osmar Dias e Ramez Tebet. Sabemos que houve uma negociação política com respeito a isso. É a forma como o coordenador do Movimento dos Sem-Terra vê os fatos.

Por outro lado, foi o próprio Ministro Sérgio Motta quem formulou uma crítica extremamente severa, em entrevista concedida à revista **Veja**, na semana anterior, ao Ministro da Justiça, bem como ao Ministro dos Transportes.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o registro desses fatos. Tenho certeza de que será importante o próximo encontro que o Presidente Fernando Henrique Cardoso terá com o Movimento dos Sem-Terra, até para ouvir mais de perto as críticas feitas por João Pedro Stédile, que anuncia que dará de presente ao Presidente da República o livro **O Horror Econômico**, da escritora francesa Viviane Forrester. Isso certamente contribuirá para que o Presidente esteja mais sensível aos alertas formulados pelo líder dos sem-terra nessa entrevista.

Finalmente, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, registro minha concordância com a iniciativa de V. Ex^a em prestar justa homenagem ao Senador Rui Barbosa, transferindo seu busto do lugar que ocupava para outro de maior honra no Senado. Tantas vezes ouvimos expressões de louvor de pessoas que presenciavam as sessões do Senado ao tempo em que Rui Barbosa falava. Fico imaginando como aumentaria ainda mais a audiência da TV Senado se tivéssemos a oportunidade de termos Rui Barbosa entre nós, fazendo orações tão bonitas quanto a "Oração aos Moços" e tantas outras. Portanto, cumprimento V. Ex^a pela justa homenagem ao Senador baiano, conterrâneo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Mesa cumpriu a deliberação do Plenário, aqui traduzida mais de uma vez pelos apelos do Senador Epitacio Cafeteira para que ela fosse cumprida. Registra também, com satisfação, as suas palavras, porque Rui Barbosa pode, de onde se encontra, inspirar a todos nós, Senadores, a realização de um bom trabalho pela Pátria.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SR^a EMILIA FERNANDES (-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à Tribuna neste dia para fazer uma comunicação de ordem político-partidária. Estou, neste momento, após ter informado às Executivas Nacional, Estadual e Municipal do PTB, encaminhando à Presidência desta Casa correspondência comunicando, para os fins que se fizerem necessários, o meu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

Ao comunicar a minha desfiliação dos quadros do PTB, tornando-me independente a partir de hoje, desejo expor algumas questões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, iniciei minha militância no PTB há sete anos, tendo sido fundadora do Partido em minha cidade, SantAna do Livramento, no Rio Grande do Sul. Durante esse período, procurei trabalhar para a reestruturação, fortalecimento e o cumprimento dos princípios programáticos daquele Partido, inclusive reagindo à proposta de fusão e extinção da sigla, sempre fundamentando minha ação nos ensinamentos trabalhistas de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini.

Em 1994, a partir da iniciativa louvável do Partido de desafiar uma mulher para concorrer a uma vaga no Senado Federal, conquistamos o espaço, atingindo o total de 1.164.989 votos, com o compromisso de renovação da prática política, de trabalho em prol do desenvolvimento em conjunto dos setores econômicos do Estado do Rio Grande do Sul, de defesa dos trabalhadores, dos funcionários públicos e, especialmente, dos professores, das mulheres e dos jovens.

Apesar disso, na implementação desse trabalho, enfrentei toda ordem de obstáculos dentro do próprio Partido, agravados pelo afastamento e pela desconsideração. E, ainda, nos últimos seis meses, vivi momentos de perplexidade, surpresa e, sem dúvida, profundo desencanto, marcados por acusações à minha pessoa e críticas constantes na imprensa gaúcha, feitas não por adversários, mas por integrantes do PTB e, de forma especial, da Direção Estadual do meu Partido – diante da imobilidade e do silêncio da Executiva Nacional do PTB.

Poderia dar alguns exemplos do que foi dito e publicado na imprensa gaúcha. Mas não vou lê-los; solicito apenas que sejam transcritos.

Há registros, Sr^{as} e Srs. Senadores, na imprensa gaúcha, que vão desde a afirmação do Presidente Regional do Partido de que "o PTB não possui mais representante no Senado", passando por críticas constantes de deputados estaduais e federais do PTB; notas sobre a retirada da bancada de vereadores do PTB do plenário da Câmara de Porto

Alegre quando lá estive, a convite oficial, para fazer uma palestra sobre a CPI dos Títulos Públicos. O PTB, o meu Partido, retirou-se do plenário, enquanto todos os outros partidos adversários permaneceram atentos à exposição do nosso trabalho. E foram além: os registros na imprensa chegaram a declarações desrespeitosas em relação à minha pessoa e à minha família. Fatos profundamente constrangedores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os ataques, que entendi injustos, de incompreensível ranço e de equivocada interpretação, têm por motivo divergências no campo político-ideológico, resultado da minha defesa intransigente do resgate de um partido com posturas claras, perfil ideológico definido e, principalmente, independente e soberano, para ser visto como alternativa de poder em todos os níveis.

A decisão que tomo neste momento, nada precipitada, é, portanto, fruto da análise profunda e amadurada de fatos objetivos que, na minha opinião, vêm deixando o PTB em situação extremamente desconfortável perante a opinião pública brasileira e seus próprios eleitores, particularmente no Rio Grande do Sul.

Assim como os demais partidos da base de sustentação, o PTB, em princípio, está em uma composição de Governo, sem que isso signifique uma fidelidade absolutamente irrestrita, como tem ocorrido, descaracterizando o partido e dando margem a acusações de fisiologismo e de sobreposição de interesses particulares.

Nessa direção, estão inseridas a defesa das reformas administrativa e previdenciária, com claros prejuízos aos interesses dos servidores públicos e dos aposentados, trabalhadores que historicamente sentiram-se representados pelo PTB, e que agora, no mínimo, estranham a postura adotada nesses debates e votações.

Em particular, no Rio Grande do Sul, é inaceitável, Srs. Senadores, o PTB referendar a política de desvalorização, descrédito e perseguição promovida pelo Governo do Estado aos funcionários públicos e, de forma especial, aos professores e aos policiais.

Por outro lado, é também contraditório ver o PTB de Getúlio Vargas, que construiu as bases para o desenvolvimento econômico nacional, avalizar a destruição de vastos setores da indústria brasileira, com a abertura indiscriminada, e com a privatização de setores estratégicos, como a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce e a Telebras.

Também torna-se completamente inconciliável defender os trabalhadores e seus direitos, enquanto o Governo Federal ataca a "Era Vargas", implementa propostas como o contrato temporário de trabalho, e ainda aposta no desmonte da estrutura sindical.

Tudo isso, Srs. Senadores, tem contribuído para agravar esse quadro de descrédito e de cobrança da sociedade. O Partido negou-se à instalação de importantes CPIs, como a do Sistema Financeiro, proposta nesta Casa; e, no caso que impunha a necessidade urgente da apuração da compra e venda de votos na Câmara dos Deputados, o PTB também silenciou e foi conivente com essa onda de apagar o que foi feito e o que foi constatado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu Estado, o Rio Grande do Sul, reproduzindo o comportamento nacional, assistimos ao PTB abrir mão da sua postura independente e da idéia de firmar-se como opção partidária e de poder, para integrar o Governo Britto, assumindo o ônus de uma administração que tem demonstrado uma completa falta de sensibilidade social.

No Rio Grande do Sul, é o PTB que tem dado respaldo, traduzido nos votos necessários, à aprovação de medidas que prejudicam a produção, como o recente aumento do ICMS que a Assembléia Legislativa aprovou. Desrespeitam os funcionários públicos e implementam as privatizações, atingindo exatamente os setores estratégicos: telefonia (CRT), energia elétrica (CEEE), e o sistema financeiro do Estado (Caixa Econômica Estadual, Banrisul, Meridional – os dois últimos estão sendo entregues sob o argumento de que não são importantes para a região).

O mesmo PTB que se esmera em apoiar tais medidas não tem tido a firmeza de indignar-se com o tratamento dispensado à agropecuária e ao setor calçadista, massacrados pela atual política econômica nacional, inteiramente respaldada pelo Governo do estado, que pouco ou nada faz pela valorização e fortalecimento das nossas históricas fontes de riquezas, de desenvolvimento e de empregos. O setor primário está clamando por justiça, voz, espaço e condições de retomar o desenvolvimento do Rio Grande.

Tal situação verificada nos escalões estaduais e federal tem impedido que a sociedade consiga vislumbrar na legenda do PTB um partido comprometido com os interesses coletivos, com os trabalhadores, com os empresários nacionais, com a produção primária e com a soberania do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha militância política, desde meu primeiro mandato de vereadora, conquistado em 1982, sempre se pautou por determinação, trabalho, coerência e compromisso com os eleitores, características que foram determinantes para que o povo gaúcho identificasse na minha candidatura ao Senado um diferencial nas eleições de 1994.

Da mesma forma, em meus dois anos e meio de mandato como Senadora do Rio Grande do Sul e do Brasil, tenho a consciência tranquila de que, em nenhum momento, deixei de manter absoluta coerência entre minha história, meu discurso e a ação política concreta, do dia-a-dia, seja na defesa dos interesses do meu estado e da sua gente, da economia nacional, do setor primário, dos trabalhadores, da educação, da ética na política, da igualdade entre homens e mulheres, seja das questões sociais.

Ainda, também cumprindo com a expectativa depositada pela sociedade riograndense, venho desenvolvendo um mandato participativo e democrático, aberto a todos os gaúchos, independente de cores partidárias, setores sociais e instituições, contribuindo para inscrever a Bancada gaúcha na recente e prestigiada pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Sr^{as} e Srs. Senadores, em pronunciamento que fiz no Senado Federal, em maio de 1995, em lembrança à data de fundação do PTB, destaquei as palavras do ex-Senador Alberto Pasqualini:

"Os Partidos só poderão sobreviver quando, objetivamente, possuam um conteúdo social e, subjetivamente, traduzam uma convicção em torno desse conteúdo, isto é, em torno de determinadas soluções consideradas essenciais ao progresso e ao bem estar social".

Na mesma oportunidade afirmei que "o Partido em que acreditamos está sintonizado com a necessidade de construir um Brasil moderno e integrado ao conjunto das nações, mas que, antes de mais nada, deve respeito aos interesses dos trabalhadores, às necessidades sociais da população e aos interesses nacionais", princípios que sigo defendendo além das siglas.

Nesse sentido, registrando o meu apreço e respeito, lembro àqueles militantes do PTB, em especial os do Rio Grande do Sul, que buscam cotidianamente a afirmação dos princípios trabalhistas, e que, conhecedores das dificuldades e contradições vividas, saberão entender o motivo da minha decisão.

O Sr. Ademir Andrade – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senadora Emilia Fernandes?

A SR^a EMILIA FERNANDES – Sempre concedo aparte a todos os Srs. Senadores. Mas no momento em que faço esta declaração, esta tomada de decisão, peço a V. Ex^a que me permita concluir minhas ponderações, cujo objetivo principal é fazer o registro daquilo em que realmente acredito, defendendo no que pretendo continuar trabalhando.

Vivemos atualmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma profunda crise de valores. Está reservado aos partidos e, particularmente, aos políticos, homens e mulheres, o dever de respeitar os compromissos assumidos com a sociedade, de manter a coerência entre o discurso e a prática e a transparência no tratamento das questões públicas.

Diante disso, neste momento, depois de profunda e criteriosa reflexão, de contatos com militantes e lideranças partidárias, tomo essa decisão, nada fácil, mas que se tornou inadiável em virtude da absoluta incompatibilidade ideológica, que se acentuou ultimamente devido aos ataques infundados e agressivos a minha pessoa patrocinados por membros do próprio PTB.

Concluindo, reafirmo a minha determinação de continuar defendendo intransigentemente uma política de desenvolvimento econômico, com fortalecimento do nosso setor produtivo, com redução das taxas de juros; soberania e respeito aos interesses nacionais; políticas agrícola e agrária; geração de empregos e distribuição de renda. Continuarei lutando também por uma reforma tributária que promova a justiça fiscal, com respeito à Federação e especialmente aos municípios; pela implementação de uma verdadeira política social, que valorize a educação, os professores, a saúde, a segurança e a habitação; e pela promoção dos trabalhadores, seus direitos e suas entidades de classe.

Adoto esta posição pela fidelidade inegociável aos compromissos assumidos com os eleitores, com a sociedade gaúcha e com o povo brasileiro – a meu ver, o maior patrimônio da classe política e condição número um para o exercício da ética, da verdadeira democracia e da cidadania.

Aos eleitores, ao povo gaúcho, àqueles que realmente conhecem o nosso trabalho e acreditam na seriedade com que desempenhamos a nossa missão no Congresso Nacional, dedico o esclarecimento que presto agora.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Solicito que meu pronunciamento seja publicado na íntegra, tendo em vista que alguns registros não os reproduzi aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – V. Ex^a será atendida, na forma regimental.

O Sr. Ademir Andrade – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Se ainda me resta alguns minutos, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ademir Andrade – Senadora Emilia Fernandes, o povo do Rio Grande do Sul deve ter orgulho de V. Ex^a, não apenas pela sua coerência, firmeza na manutenção de seu compromisso com aquele povo, mas também pela sua dedicação e atuação. V. Ex^a é, nesta Casa, uma das pessoas mais atuantes, mais vibrantes, mais presentes aos fatos importantes que nela acontece. Por isso, V. Ex^a deveria ser orgulho para qualquer partido político ao qual pertencesse. Lamentavelmente, ocorre essa incompreensão de pessoas do PTB do seu estado. Mas creio, Senadora Emilia Fernandes, que a decisão de V. Ex^a só irá engrandecê-la mais ainda diante do seu povo. Essa incompatibilidade ideológica é flagrante, é clara. E V. Ex^a busca naturalmente o Partido que se identifique com seu pensamento, sua idéia, sua forma de fazer política. Quero dizer que qualquer Partido se orgulharia de ter V. Ex^a nos seus quadros. E nós do PSB – e aqui falo pelos três Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, liderados pelo bravo companheiro Beto Albuquerque, que vê em V. Ex^a a melhor das referências, o melhor exemplo de luta, e têm demonstrado e dito que têm uma vontade muito grande de ter V. Ex^a nos quadros do Partido Socialista Brasileiro. Falo em nome desses Deputados. Peço desculpas se me atrevo num momento de decisão do seu afastamento, mas faço questão de registrar o quanto V. Ex^a é admirada, é estimada pelos militantes do PSB do Rio Grande do Sul, especialmente pelos três Deputados Estaduais que compõem aquela Assembléia Legislativa. Em nome de toda a Executiva Nacional quero congratular-me, solidarizar-me com V. Ex^a. Penso que V. Ex^a tomou a atitude mais correta. Meus parabéns e minha solidariedade. Nós, do Partido Socialista Brasileiro, estamos de braços abertos a V. Ex^a. Muito obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço as considerações de V. Ex^a.

O Sr. José Eduardo Dutra – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Emilia Fernandes?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Eduardo Dutra – Senadora Emilia Fernandes, nós todos temos sido testemunhas da dedicação, da competência, do compromisso de V. Ex^a nesta Casa. Não acompanhei a campanha no Rio Grande do Sul, mas não tenho a mínima dúvida de que o seu posicionamento nesta Casa, de defesa dos interesses dos trabalhadores, de crítica a uma série de posicionamentos do Governo Federal, está absolutamente coerente com os compromissos que

V. Ex^a assumiu na campanha. Então, se houve problemas de convergência entre o seu Partido e a postura que V. Ex^a vem adotando no Senado, acredito que V. Ex^a optou pela coerência com os compromissos que adotou durante a campanha. Tal atitude é a que deve prevalecer em nosso País, onde a moda é mandar esquecer aquilo que se escreveu, promessas e compromissos de campanha. V. Ex^a tem, de um modo geral, votado juntamente com o Bloco da Oposição. Sei que passará um tempo refletindo sobre seu novo destino partidário, mas quero dizer que tenho certeza de que quaisquer dos partidos que compõem o Bloco de Oposição terão muita honra se V. Ex^a vier a ingressar em um deles. Esperamos contar com sua presença para reforçar o Bloco de Oposição no Senado. Muito obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Muito obrigada.

A Sr^a Benedita da Silva – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Ouço V. Ex^a.

A Sr^a Benedita da Silva – Senadora Emilia Fernandes, não iria manifestar-me porque entendo que este é um momento muito particular, em que V. Ex^a expressa seus sentimentos e, coerente com seus princípios ideológicos, toma uma decisão que é, acredito, respaldada não apenas por sua base, mas também por todos aqueles que acreditam que a democracia comporta a convivência com as diferenças. Os desvios jamais poderão ter lugar para aqueles que, com firmeza ideológica, assumem compromissos não apenas com sua base eleitoral, mas com o povo do Estado do Rio Grande do Sul, como fez V. Ex^a. Peço esse aparte porque entendo ser importante neste momento também fazer viva a voz de uma outra representante de outro Estado, do Rio de Janeiro, neste Senado Federal, como apoio a V. Ex^a e também como testemunha de sua atuação. Tive oportunidade de acompanhar, no Rio Grande do Sul, a sua trajetória política, o seu compromisso com a classe trabalhadora e, em especial, com os professores. V. Ex^a é recebida e querida pelo compromisso político que tem assumido, é uma representante respeitável e respeitada no Rio Grande do Sul e entre nós no Senado Federal. Quero manifestar-me também por reconhecer a sua coragem e determinação ao tomar uma decisão dessa natureza, colocando-se neste momento como alguém que jamais deixou de cumprir a disciplina partidária enquanto permaneceu no partido em que V. Ex^a teve abrigo até hoje. Quero dizer mais: V. Ex^a não estará apenas deixando uma grande lacuna no partido do qual hoje se retira, mas quero crer que esse partido deverá refletir sobre

seus princípios, sua filosofia, e acredito que perderia o seu estado se V. Ex^a não tomasse a decisão que ora está tomando. É um alerta para esse partido que tem princípios que V. Ex^a teve a oportunidade de abraçar, na forma de luta que travou no Rio Grande do Sul. Por isso quero também manifestar-me neste momento sobre a decisão de V. Ex^a, como fizeram os Pares que me antecederam, no sentido de que doravante V. Ex^a tenha um momento de reflexão e que a sua decisão possa de imediato corresponder à expectativa que V. Ex^a tem com relação às mudanças estruturais e às defesas profundas que temos que fazer em favor dos trabalhadores e das reformas, cujas votações V. Exa. tem acompanhado. V. Ex^a tem demonstrado que essas são incompatíveis com o que sempre defendeu nas decisões das propostas que o Governo Federal tem apresentado a esta Casa. Registro o apreço por V. Ex^a como uma grande companheira, uma grande companheira mesmo! Espero que a sua reflexão leve a um momento em que possa ter o seu olhar corajoso, destemido e revolucionário para o Partido que me abriga, o Partido dos Trabalhadores.

O SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço os apartes dos ilustres Senadores e da Senadora Benedita da Silva, outra mulher de luta e de batalha, e incorporo ao meu pronunciamento, fazendo esta comunicação de ordem político-partidária sim, mas, muito mais do que isso, uma decisão, um pronunciamento voltado e uma declaração de reafirmação de compromissos com os eleitores, com o povo do Rio Grande em especial, a quem represento nesta Casa, e com todo o povo brasileiro.

Tenho certeza de que, analisando tudo o que foi dito, tudo o que vem acontecendo e já aconteceu, as pessoas saberão entender a decisão que tomei.

Acima de tudo, reafirmo meu compromisso de continuar em defesa do meu Estado e do nosso Brasil.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO
DA SENADORA EMILIA FERNANDES:**

Pronunciamento:

**COMUNICAÇÃO DE
INDEPENDÊNCIA PARTIDÁRIA**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores.

Venho a tribuna, neste dia, para fazer uma comunicação de ordem político-partidária. Estou, neste momento, após ter informado às Executivas Nacional, Estadual e Municipal do PTB, encaminhando à

Presidência desta Casa, correspondência comunicando, para os fins que se fizerem necessários, o meu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

Porém, desejo ainda ao comunicar a minha desfiliação dos quadros do PTB, tornando-me independente, a partir de hoje, expor as questões a seguir.

Senhoras e Senhores Senadores,

Militei no PTB há sete anos, tendo sido fundadora do partido em minha cidade, Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul, no qual, durante esse período, procurei trabalhar para a restauração, fortalecimento e o cumprimento de seus princípios programáticos, inclusive reagindo à proposta de fusão e extinção da sigla – sempre fundamentando minha ação nos ensinamentos trabalhistas de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini.

Em 1994, a partir da iniciativa louvável do partido em desafiar uma mulher para concorrer a uma vaga ao Senado Federal – conquistamos um espaço, atingindo um total de 1.164.989 votos, com o compromisso de renovação da prática política, de trabalho em prol do desenvolvimento do conjunto dos setores econômicos do Estado, de defesa dos trabalhadores, dos funcionários públicos, especialmente dos professores, da mulher e dos jovens.

Apesar disso, na implementação desse trabalho enfrentei toda a ordem de obstáculos, dentro do Partido, agravados pelo afastamento e desconsideração.

E, ainda, nos últimos seis meses, vivi momentos de perplexidades, surpresa e, sem dúvida, profunda desencanto, marcados por acusações a minha pessoa, e críticas constantes na imprensa gaúcha, feitas por integrantes do partido, de forma especial pela Direção Estadual do PTB – diante da imobilidade e do silêncio da Executiva Nacional.

Aqui estão alguns exemplos do que foi dito e publicado na imprensa gaúcha, que solicito sejam transcritos.

– Em 26 de março deste ano, no jornal **Correio do Povo**, o Presidente do PTB do Rio Grande do Sul, Deputado Sérgio Zambiasi, afirmou:

– "A Senadora Emilia Fernandes não é mais pessoa de nossa confiança"; e "não é mais representante do PTB do Rio Grande do Sul no Senado".

Imediatamente, no mesmo dia, divulguei Nota Oficial, publicada pela imprensa no dia 27 de março, na qual registrei minha surpresa com as declarações,

es, reafirmei fidelidade e coerência aos princípios programáticos do partido, e conclui:

– "Diante do exposto, acredito que tal situação será melhor tratada, se objeto de debate coletivo e democrático, em reunião do partido, à qual participarei, como sempre, expondo meu pensamento na direção de construir, aproximar e multiplicar idéias, espaços e lideranças, que deve ser a tarefa de todos os militantes de um partido político."

A partir de então, apesar da minha proposta formal de diálogo, que não foi atendida, as acusações, críticas e fatos lamentáveis, repetiram-se de forma sistemática e coordenada, como demonstro a seguir:

Jornal **Zero Hora**, edição de 29 de abril de 1997:

– "Ontem, a bancada do PTB retirou-se do plenário da Câmara de Vereadores (de Porto Alegre) durante depoimento da companheira (senadora Emilia Fernandes) sobre a CPI dos Precatórios".

– Em 3 de maio, o mesmo jornal, informava que "cotado para ser o único candidato a deputado petebista pela região da fronteira, Carlos Fernandes, filho da Senadora Emilia, foi surpreendido com a indicação de mais sete companheiros".

Em 5 de maio, no jornal **Correio do Povo**, o Deputado Federal do PTB do Rio Grande do Sul, Osvaldo Biolchi, afirma:

– "As posições de Emilia não acrescentam nada ao PTB"

E, ainda, o jornal **Correio do Povo**, desse dia (5-5-97):

– "Os deputados do PTB vão se reverbar nas críticas à Senadora Emilia Fernandes".

No dia 2 de junho, novamente em matéria do jornal **Correio do Povo**, o Deputado Estadual do PTB e Secretário do Trabalho, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Iadir Pietroski, afirmou:

– "Ela já deveria ter ido para outro partido"; e, "agora, a senadora está querendo discutir o papel do PTB".

– Registraramos, ainda, novas matérias, nos jornais **Correio do Povo** e **Zero Hora**, edições do dia 7 e 8 daquele mês, trazendo o seguinte:

– "A Executiva Regional do PTB não tem dado qualquer demonstração no sentido de prover uma reaproximação; desde o dia 10 de maio, os vereadores do PTB no Estado estão pedindo um encontro entre a direção do partido e a Senadora. Mas a reunião ainda não saiu". – **Correio do Povo** – de 8-6-97.

– "Deputado Estadual do PTB Eliseu Santos diz que a saída da Senadora Emilia vai melhorar a situação política no partido". – **Correio do Povo** – de 8-6-97.

– "No lugar do nacionalista trabalhista getulista, o PTB de hoje defende a política de privatização do presidente Fernando Henrique Cardoso"; e, ainda, "No Rio Grande do Sul, decidiu participar do governo Antônio Britto, que reza pela mesma cartilha", diz o jornal **Zero Hora**, de 8-6, em matéria sobre o partido.

Registros na imprensa gaúcha, que vão desde a afirmação do Presidente Regional do Partido de que o "PTB não possui mais representante no Senado", passando por críticas constantes de Deputados Estaduais e Federais do PTB; notas sobre a retirada da Bancada de Vereadores do PTB do Plenário da Câmara de Porto Alegre, quando lá estive a convite oficial para falar sobre a CPI dos Títulos Públicos; chegando até a declarações desrespeitosas em relação a minha pessoa e minha família. Fatos profundamente constrangedores!

Senhoras e Senhores Senadores,

Os ataques, que entendi injustos, de incompreensível rancor e de equivocada interpretação, têm por motivo divergências no campo político-ideológico, resultado da minha defesa intransigente do resgate de um partido com posturas claras, perfil ideológico definido e principalmente independente e soberano para ser visto como alternativa de poder em todos os níveis.

A decisão que tomo neste momento, nada precipitada, portanto, é fruto da análise profunda e a madurecida de fatos objetivos que, na minha opinião, vêm deixando o Partido em situação extremamente desconfortável perante a opinião pública brasileira e seus próprios eleitores, particularmente no Rio Grande do Sul.

Assim como os demais partidos da base de sustentação, o PTB, em princípio, está em uma composição de Governo, sem que isso signifique uma fidelidade absolutamente irrestrita, como tem ocorrido, descaracterizando o Partido, e dando mar-

gem a acusações de fisiologismo e de sobreposição de interesses particulares.

Nessa direção, estão inseridas a defesa das reformas administrativa e previdenciária, com claros prejuízos aos interesses dos servidores públicos e dos aposentados, que historicamente sempre sentiram-se representados pelo PTB, e que agora, no mínimo, estranham a postura adotada nesses debates e votações.

Em particular, no Rio Grande do Sul, é inaceitável referendar a política de desvalorização, descrédito e perseguição promovida pelo Governo do Estado aos funcionários públicos em geral e, de forma especial, aos professores e policiais.

Por outro lado, é também contraditório ver o PTB de Getúlio Vargas, que construiu as bases para o desenvolvimento econômico nacional, avaliar a destruição de vastos setores da indústria brasileira, com a abertura indiscriminada, e com a privatização de setores estratégicos, como a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, e a Telebrás.

Também torna-se completamente inconciliável defender os trabalhadores e seus direitos, enquanto o Governo ataca a "Era Vargas", e implementa propostas como o "contrato temporário" de trabalho e o desmonte da estrutura sindical.

E ainda, tem contribuído para agravar este quadro de descrédito e de cobrança da sociedade, a posição adotada pelo partido de negar-se a instalação de importantes CPIs, como a do sistema financeiro, e, agora, mais recentemente, a que se impõe necessária para a apuração da compra e venda de votos na Câmara dos Deputados.

Senhoras e Senhores,

Em meu Estado, o Rio Grande do Sul, reproduzindo este comportamento nacional, assistimos o PTB abrir mão de sua postura independente e da idéia de firmar-se como opção partidária e de poder, para integrar o Governo Britto, assumindo o ônus de uma administração que tem demonstrado completa falta de sensibilidade social.

É o PTB que tem dado respaldo – trazido nos votos necessários – à aprovação de medidas que prejudicam a produção, como o recente aumento do ICMS, desrespeitam os funcionários públicos, e implementam as privatizações, atingindo o setor de telefonia (CRT), de energia elétrica (CEEE) e o sistema financeiro do Estado, (Caixa Econômica Estadual, Banrisul, Meridional e BRDE).

O mesmo PTB, que esmera-se em apoiar tais medidas, ao contrário, não tem tido a firmeza de indignar-se com o tratamento dispensado a agrope-

cuária e ao setor calçadista, por exemplo, massacrados pela atual política econômica nacional, inteiramente respaldada pelo Governo do Estado, que pouco, ou nada faz pela valorização e fortalecimento das nossas históricas fontes de riquezas, desenvolvimento e empregos.

Tais situações e fatos, verificados à nível estadual e nacional, têm impedido que a sociedade consiga vislumbrar na legenda um partido comprometido com os interesses coletivos, com os trabalhadores, com os empresários nacionais, com a produção primária e com a soberania do país.

Senhores e Senhoras,

A minha militância política, desde o primeiro mandato de vereadora, conquistado em 1982, sempre se pautou por determinação, trabalho, coerência e compromisso com os eleitores, características que, inclusive, foram determinantes para que o povo gaúcho identificasse na minha candidatura ao Senado, um diferencial nas eleições de 1994.

Da mesma forma, em meus dois anos e meio de mandato como Senadora do Rio Grande do Sul e do Brasil, tenho a consciência tranquila de que, em nenhum momento, deixei de manter absoluta coerência entre minha história, meu discurso e a ação política concreta do dia-a-dia, seja na defesa dos interesses do Estado e da sua gente, da economia nacional, do setor primário dos trabalhadores, da educação, da ética na política, da igualdade entre homens e mulheres e das questões sociais.

Ainda, também cumprindo com a expectativa depositada pela sociedade riograndense, venho desenvolvendo um mandato participativo e democrático, aberto a todos os gaúchos, independente de cores partidárias, setores sociais e instituições, contribuindo para inscrever a Bancada Gaúcha na recente e prestigiada pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Senhoras e Senhores Senadores,

Em pronunciamento que fiz no Senado Federal, em maio de 1995, em lembrança à data de fundação do PTB, destaquei as palavras de Alberto Pasqualini, dizendo que:

– "Os partidos só poderão sobreviver quando, objetivamente, possuam um conteúdo social e, subjetivamente, traduzam uma convicção em torno desse conteúdo, isto é, em torno de determinadas soluções consideradas essenciais ao progresso e ao bem-estar social."

Na mesma oportunidade, afirmei que "o partido em que acreditamos está sintonizado com a necessidade de construir um Brasil moderno e integrado ao conjunto das Nações; mas que, antes de mais nada, deva respeito aos interesses dos trabalhadores, às necessidades sociais da população e aos interesses nacionais", princípios que sigo defendendo, além das siglas.

Nesse sentido, registrando o meu apreço e respeito, lembro àqueles militares do PTB, em especial do Rio Grande do Sul, que buscam quotidianamente a afirmação dos princípios trabalhistas, e que, conhecedores das dificuldades e contradições vividas, saberão entender o motivo da minha decisão.

Senhor Presidente e Senhores Senadores,

Vivemos atualmente uma profunda crise de valores, estando reservado aos partidos e, particularmente, aos políticos, homens e mulheres, cada vez mais, respeitar os compromissos assumidos com a sociedade, a coerência entre o discurso e a prática e a transparência no tratamento das questões públicas.

Diante disso, é que, neste momento, depois de profunda e criteriosa reflexão, de contatos com militares e lideranças partidárias, tomo esta decisão, nada fácil, mas que se tornou inadiável, em virtude da absoluta incompatibilidade ideológica, que se acentuou ultimamente devido aos ataques infundados e agressivos a minha pessoa, patrocinados por membros do próprio PTB.

Concluindo reafirmo a minha determinação de continuar defendendo intransigentemente uma política de desenvolvimento econômico, com fortalecimento do nosso setor produtivo, com redução das taxas de juros, soberania e respeito aos interesses nacionais, políticas agrícolas e agrária, geração de empregos e distribuição de renda.

E também, uma reforma tributária, que promova a justiça fiscal, com respeito à Federação, especialmente aos Municípios, a implementação de uma verdadeira política social, que valorize a educação e os professores, a saúde, a segurança e a habitação; e ainda, a promoção dos trabalhadores, seus direitos e suas entidades.

Registro, ainda, que adote esta posição pela fielidade inegociável aos compromissos assumidos com os eleitores, com a sociedade gaúcha e com o povo brasileiro – a meu ver, o maior patrimônio da classe política e condição número um para o exercício da ética, da verdadeira democracia e da cidadania.

A eles dedico, acima de tudo, o esclarecimento que presto agora.

Era o que tinha a dizer, solicitando que este pronunciamento seja publicado na íntegra.

Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (BLOCO/PT – RJ) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, tive a oportunidade de participar hoje, na Câmara dos Deputados, da Comissão Especial destinada ao estudo das medidas legislativas que visem implementar no Brasil as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher, Conferência da Mulher, que aconteceu em Beijing, quando o Brasil assinou acordos.

Essa Comissão Especial hoje recebeu o Ministro Costa Porto, do Tribunal Superior Eleitoral, a Drª Eva Blay, representante da USP e a Drª Doris Castro Neves, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

Nessa oportunidade houve um debate em relação à aprovação da legislação com referência a cotas de participação da mulher no pleito eleitoral.

A Lei Eleitoral, que ora estamos revendo, coloca que teremos 20%, no mínimo, e 80%, no máximo, da presença de homens e mulheres nas eleições. Já é um avanço, porque as argumentações colocadas na época em que estávamos votando cotas para a aprovação da legislação eleitoral municipal diziam que isso era inconstitucional. Mas não era inconstitucional. Agora, com a nova lei eleitoral, fica muito mais clara para todos a necessidade da presença da mulher para a disputa do pleito. Isso significa o coroamento do grande esforço que nós, mulheres, temos empreendido para atingir esse objetivo.

É importante dizer que durante o Império nada se fez com relação à garantia dos direitos das cidadãs, porque, apesar de se falar no direito dos cidadãos, essa garantia não existia para a mulher. Veio a República e, com ela, ensaiaram-se várias oportunidades de que se pudesse incluir na Constituição o direito de voto da mulher, aquela mulher que tivesse

poder aquisitivo, que tivesse economia própria. Isso não foi possível.

Temos até registro de que só em 1905 – mas não há uma comprovação para constatação do fato – é que duas mineiras votaram. E não sabemos quais foram os critérios, se elas tiveram que fazer uso da lei para garantir o direito de votar e de receberem votos.

No Governo Vargas, após 1930, Berta Lutz faz uma visita, com outras companheiras, ao Presidente Getúlio Vargas, que adere às reivindicações feitas, preocupa-se com elas, mas insere no contexto um dispositivo no qual o voto torna-se obrigatório apenas para os homens, ou seja, em 1934 não era obrigatório o voto das mulheres.

E, se não me falha a memória, em 1927, no Rio Grande do Norte, temos, pela primeira vez, uma mulher candidata, o voto da mulher, o direito de eleger e o de ser eleita.

Trago a esta Casa estas considerações com relação à discussão hoje travada na Comissão Especial, na Câmara dos Deputados, porque o Brasil tem uma característica: o modelo de proporcionalidade. É a prática da política brasileira. Mas, no que diz respeito às mulheres, parece que existe uma inconstitucionalidade. E é preciso preservar o modelo da proporcionalidade dos candidatos, inserindo a mulher nesse contexto. As inovações no que se refere à lei eleitoral devem garantir a permanência da quota das mulheres, e estou defendendo uma quota de 30%, querendo ressaltar, ainda, para o término de minha intervenção, que é preciso dar visibilidade a essa proporcionalidade.

Hoje, perguntava a um Ministro do TSE se era necessário colocar inclusive na ficha dos candidatos a questão dos quesitos "gênero" e "cor". Considero esse ponto importante, para sabermos de quem se trata, uma vez que estas pessoas parecem não ter identidade. Todos são candidatos. A questão da proporcionalidade não fica visível se o quesito "gênero" ali não estiver constando. Sendo uma sociedade pluriétnica, é bom que sejam colocados na ficha e em todos os documentos – já houve essa iniciativa do Governo Federal na lei relativa aos Direitos Humanos – os quesitos "cor" e "gênero".

Não há de nossa parte o desejo de prioridade ou privilégios. Queremos apenas atingir a eqüidade de oportunidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintani-

lha, como Líder, por 20 minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO).

Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero apenas trazer uma notícia para registro nesta Casa, que, de certa forma, traz a todos nós e ao povo brasileiro uma certa tranquilidade, uma vez que o Brasil, em termos de geração e distribuição de energia elétrica, está à beira do caos e necessita urgentemente de investimentos na geração, produção e distribuição de energia elétrica, sob pena de, não o fazendo, inibir o fornecimento desse insumo tão importante à sociedade brasileira e ao empresariado nacional.

Gostaria de registrar, com certa alegria, que, finalmente, a sensibilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso e a boa-vontade e o interesse demonstrados pelo Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, propiciarão, no próximo dia 15, no Estado de Tocantins, o lançamento do edital de licitação da construção da Hidrelétrica de Lajeado. Uma obra de porte e de envergadura, que tem o seu caráter nacional e virá ao encontro das necessidades do País no que se refere à produção de energia elétrica.

Trata-se de uma usina com capacidade de geração de 1.020 megawatts e com custo-benefício elevado. No que diz respeito ao Tocantins, nosso estado sairá da condição de importador para exportador de energia, podendo atender à demanda e à necessidade dos grandes centros em outras regiões, onde já há uma demanda reprimida.

Essa sensibilidade do Governo Federal e a boa-vontade do Ministério das Minas e Energia anteciparão em 11 anos sua construção. Ela vem inovada, pois deverá ser feita por um consórcio de empresas privadas que virá atuar nesse setor energético.

Então, a iniciativa privada, entrando no setor energético, vem trazer essa contribuição tão necessária ao Tocantins e ao Brasil, num momento tão oportuno em que este País, que consegue debelar a sua inflação, precisa urgentemente retomar o seu crescimento econômico para trazer mais tranquilidade à sua população. Esta retomada do crescimento econômico do País não será possível sem que haja oferta de energia elétrica compatível com as nossas necessidades e com a nossa demanda.

Portanto, é razão de comemoração, de manifestação de júbilo, a decisão de acelerar o início da construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, no Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Volte-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira por 50 minutos.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL – AL).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há trinta dias assomei esta tribuna para tratar inicialmente do problema da reeleição, mas terminei em um problema que penso ser da maior importância para o Brasil, especialmente para o Nordeste, que é a retomada do programa do Proálcool. Falei, de improviso, ligeiramente e me comprometi a voltar a esta tribuna com mais alguns dados para, mais uma vez, cobrar do Governo Federal uma definição para o programa.

Naquela ocasião, minha crença de que o programa fosse retomado aumentou porque, na última reunião extraordinária da Assembléia Geral da ONU, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse literalmente que o programa tornava-se irreversível desde o início do seu Governo. Segundo Sua Excelência, a partir daquela data medidas concretas seriam tomadas com o intuito de o Proálcool ser retomado e assegurado o seu crescimento, não só em função das necessidades nacionais, como também em resposta aos reclamos da comunidade internacional, principalmente levando-se em consideração o aspecto ambiental do desenvolvimento desse programa.

Infelizmente, depois de 30 dias, as medidas que imaginávamos fossem para execução imediata continuam nas palavras do Presidente ou nos papéis e nos **bureaux** da burocracia nacional. Enquanto isso, desestimulados, os produtores de cana e de álcool ficam a indagar se vai prevalecer a determinação demonstrada pelo Presidente da República, ou se continuaremos em uma ação tênu, inviabilizando quase definitivamente o programa, enquanto outros países avançam, utilizando, em determinados setores, a própria tecnologia brasileira.

Sr. Presidente, como me comprometi, lerei alguns trechos do discurso que preparei:

Na última reunião extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada para avaliar os desafios ecológicos, cinco anos depois da Conferência Rio 92, o Presidente Fernando Henrique Cardoso chamou a atenção para a importância do desenvolvimento auto-sustentado e suas implicações no combate à pobreza. Nessa

mesma oportunidade, a Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal anunciou a reformulação do Programa Nacional do Álcool como contribuição do País às metas de redução dos índices de contaminação atmosférica. As reações provocadas no Brasil foram imediatas e, em certa medida, surpreendentes.

Entendo e creio que todos nós podemos aceitar as restrições que se fazem no País à simples menção do Proálcool, uma sigla inevitavelmente associada a conceitos como subsídios e à incapacidade revelada por sucessivos governos de planejar a longo prazo as políticas públicas.

O antigo programa é uma questão em aberto e um desafio a ser vencido para que se possa viabilizar de forma permanente essa forma de energia renovável e não-poluente como integrante da nossa matriz energética. Não se trata somente da conta-álcool da Petrobrás, um problema cuja solução torna-se mais premente na medida em que o Congresso Nacional acaba de aprovar a lei que cria a Agência Nacional de Petróleo e dispõe sobre a política nacional de exploração dos combustíveis fósseis.

Trata-se, sobretudo, da constatação de que metade do déficit da nossa balança comercial, um desafio da estabilidade econômica, advém da importação de combustíveis pelo Brasil. O nosso balanço energético é uma das nossas maiores vulnerabilidades, e a ameaça do racionamento de energia elétrica pode comprometer os investimentos industriais programados para os próximos cinco anos.

Tudo isso demonstra que estamos carentes de um planejamento que pode se tornar o ponto crucial do nosso desenvolvimento. Há, sem dúvida nenhuma, medidas a curto e médio prazo que devem amenizar essa situação. Cito, desde logo, a importação de energia da Argentina e a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, que contribuirá para aumentar a participação do gás natural no suprimento de energia.

O fim do monopólio da Petrobrás, por outro lado, pode, sem dúvida, contribuir para diminuir nossa vulnerabilidade em matéria de suprimento de petróleo.

Entretanto, Sr. Presidente, vejo com preocupação que nenhuma medida está sendo tomada em relação à biomassa, embora sejamos o terceiro maior produtor de alimentos do mundo e nossa fronteira agrícola nos permita expandir ainda mais a produção de alimentos e de artigos agroindustriais.

Ressalvo, Sr. Presidente, é claro, a circular do Banco Central, de iniciativa do Ministro da Indústria e do Comércio, reduzindo a zero a tarifa do imposto

de exportação sobre o açúcar e o álcool, cujo resultado prático é o fim da cota de exportação de ambos os produtos. O Sr. Ministro Francisco Dorneles já esclareceu a circunstância de se tratar de um mercado mundial contingenciado, de forma que essa providência não deve afastar o abastecimento interno, principal preocupação da adoção do sistema de cotas. Trata-se, a meu ver, de um requisito para que a questão do álcool combustível e do açúcar possa ser retomada com a indispensável reestruturação já anunciada da Comissão Interministerial do Álcool.

São fatos que, considerados em seu conjunto, apenas reforçam minha convicção de que a matéria merece, sem dúvida, tratamento prioritário cada vez mais relevante, na medida em que o Programa de Estabilização Econômica vai adquirindo consistência e passa a exigir decisões políticas estratégicas, se pensamos em superar alguns dos mais graves desafios que constrangem nosso desenvolvimento. A perspectiva de um novo mandato para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, assegurando pela primeira vez, em nosso País, a continuidade política e administrativa de um governo republicano por um período razoavelmente longo de oito anos, torna essa questão ainda mais transcendente.*

O Sr. Romeu Tuma – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Ouço V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Desculpe-me, Senador, por interromper o brilhante discurso de V. Ex^a. Não entrarei no mérito da importância econômica e ecológica do processo de reativação da produção de álcool pelo Brasil, mas gostaria de abordar a questão social. V. Ex^a, Senador Guilherme Palmeira, é originário do Estado de Alagoas e sabe melhor do que qualquer um de nós o que pode representar o restabelecimento da produção de cana para álcool em seu Estado, hoje praticamente em situação de falência, de dificuldade, de violência, de angústia, quase incapacitado para gerenciar a coisa pública. Não sei se esse decréscimo na produção do álcool e a dificuldade de colocação do açúcar no mercado externo influenciaram profundamente a situação econômica do Estado de V. Ex^a. E mais: aprendi, durante o largo período em que dirigi a Polícia Federal, como era importante a fase da produção do álcool para a diminuição das questões sociais do campo. Entretanto, hoje, quase não há mais essa questão social, porque a evasão vem trazendo grandes problemas para o segmento urbano em face dos conflitos e da falta de emprego. Assim como V. Ex^a, que quando o Pre-

sidente anunciou o compromisso do Brasil, resultante da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, de restabelecer a produção em virtude da opção pelo álcool como fonte energética, também senti grande alegria. Agora me solidarizo com V. Ex^a e compartilho de sua tristeza.

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Sou-lhe grato, Senador Romeu Tuma. O aparte de V. Ex^a, na verdade, dá muita substância ao meu pronunciamento.

Gostaria de esclarecer-lhe que no final do meu pronunciamento trato do assunto que V. Ex^a levantou.

A verdade é que em Alagoas e Pernambuco, mais de dez indústrias de álcool e açúcar foram forçadas a fechar em virtude da situação econômica do País. Isso significa o desemprego de 15 mil pessoas, fora aquelas que são atingidas indiretamente.

Somente em Alagoas, esse setor, tão criticado até por nós em determinadas ocasiões, porque é malvado com o homem do campo, oferece mais de 300 mil empregos diretos. Quando uma indústria é enfraquecida ou fechada, surgem milhares de desempregados, que procuram as zonas urbanas ou ficam no meio do caminho, incorporando-se, às vezes, a falsos movimentos, que podiam resolver suas situações, e agravando um problema social que já é crônico na região mais pobre do País. Fico muito grato a V. Ex^a.

A despeito de todas as críticas que se tornaram correntes quanto à lentidão das reformas, é inquestionável que o Brasil superou uma fase de nossa evolução histórica, cujas consequências começam a se materializar de forma evidente, quer no setor de comunicações, quer na área dos transportes e das concessões de serviços públicos. A continuidade do programa de privatização, a persistência da abertura econômica com nossa inserção no mercado internacional, a integração econômica regional e a expansão do Mercosul, ao lado da estabilidade da moeda são conquistas que não podem ser negadas. Temos, é claro, desafios imensos, como a questão do desemprego, da reforma agrária, da melhoria dos níveis de educação e saúde pública, assim como a persistência do déficit público. Essas são questões que não podemos ignorar.

Reitero, no entanto, que a busca da eficiência na área social não pode ser resolvida sem a racionalidade econômica e a modernização industrial.

Essa racionalidade aponta para a produção de alimentos para o suprimento interno e para a geração de excedentes exportáveis, assim como para a

necessidade de equacionarmos os desafios de nossa infra-estrutura econômica.

Neste século, demos dois enormes saltos qualitativos em matéria de produção de energia. O primeiro, que começou a se materializar no fim do século passado, mas que se generalizou no início deste, foi a substituição do carvão pelo petróleo. O segundo foi a descoberta do enorme potencial energético decorrente do controle da energia atômica. Ambos, no entanto, vieram acompanhados de enormes e indiscutíveis restrições. Se por um lado o petróleo viabilizou a civilização motorizada deste século, por outro, mostrou que se trata de um combustível que, além de não renovável e, portanto, passível de esgotamento, põe em risco as grandes concentrações urbanas, que é a característica mais marcante do desenvolvimento da sociedade de massa.

A energia nuclear, por sua vez, além dos riscos implícitos na manipulação de elementos radioativos, não foi capaz de resolver o problema energético em nenhuma parte do mundo, agravado pelos acidentes que puseram em risco a vida de milhões e milhões de pessoas nos Estados Unidos e na Europa. Restam-nos, portanto, duas fontes de energia potencialmente aproveitáveis, sob o ponto de vista econômico, como combustível. A biomassa e a energia elétrica não podem ser ignoradas nem desprezadas, sob o risco de estarmos perdendo mais uma oportunidade das muitas que já desperdiçamos em nossa evolução histórica.

Situações críticas como a existente na cidade de São Paulo, obrigada a estabelecer o rodízio de veículos durante o inverno, tendem a se multiplicar. Sabemos que, entre os anos 2005 e 2010, pelo menos 15 das 20 maiores cidades do mundo estarão nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, das quais duas, pelo menos, no Brasil.

O rodízio é apenas um paliativo. A adoção da chamada "energia limpa" é a única solução viável para o bem-estar da humanidade. A importância da agroindústria canavieira, porém, não decorre só da produção de álcool, mas de inúmeras aplicações, tanto na produção de substitutivos para o açúcar artificial como no desenvolvimento da indústria química.

Os ganhos de produtividade já verificados com a melhoria genética das espécies, com a mecanização do corte e com o processamento dos derivados, apontam para a competitividade econômica tanto dos combustíveis quanto da química derivada do álcool. Não podemos nos esquecer, por fim, que ainda hoje pelo menos um milhão de famílias dependem diretamente da produção de açúcar e álcool no País.

A tendência é esse número diminuir sensivelmente em virtude dos ganhos tecnológicos, mas isso não significa que a participação da agroindústria tenda a diminuir no conjunto do setor produtivo.

Estou certo de que acelerar os estudos, as medidas e as providências a que se referiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso na sua recente participação na Assembléia Geral Extraordinária da ONU, não é só um serviço ao Brasil; é, também, uma contribuição brasileira para o bem-estar da humanidade. Nós do Nordeste temos a convicção de que a cana-de-açúcar, suporte de todo o processo civilizatório da região, ainda tem importante papel a cumprir na definição do nosso futuro.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. S. Ex^a disporá de cinqüenta minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a cidade de Itumbiara, no sul do meu Estado, viveu ontem um dia inesquecível. Por um dia ela foi transformada em capital simbólica de Goiás e de toda a região do Triângulo Mineiro, ao sediar a primeira grande manifestação pública pela duplicação da rodovia Goiânia-Uberlândia-São Paulo. Alguns milhares de goianos e mineiros levaram seu entusiasmo e suas esperanças aos Ministros Antonio Kandir, Eliseu Padilha e Iris Rezende, que lá estavam representando o Presidente da República. As Bancadas dos dois Estados no Congresso deixaram de lado as suas divergências partidárias e, ao lado dos Governadores Maguito Vilela e Eduardo Azeredo, marcaram presença solidária na reivindicação da segunda pista. Assistimos em Itumbiara, Srs e Srs. Senadores, a uma festa cívica memorável pela integração nacional e continental. Deus haverá de nos ajudar, para que esse encontro, marcado de calor humano e de muitas emoções, sirva para inspirar as próximas ações do Governo Federal no objetivo de conceder prioridade ao projeto de duplicação daquela rodovia.

Em nome da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, quero dirigir um agradecimento muito especial ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sua Excelência foi o grande responsável pelo enorme sucesso da audiência pública realizada pelo Senado em Itumbiara, não só porque enviou três de seus ministros mais ilustres e mais qualificados para ouvir o povo, mas sobretudo por outra razão muito particular: atendendo a nosso pedido, Sua Excelê-

cia fez divulgar mensagem que veio fortalecer ainda mais a nossa crença de que está engajado pessoalmente na nossa luta.

Nas palavras de alento que dirigiu à grande massa de goianos e mineiros concentrados em Itumbiara, o Presidente reafirmou o seu compromisso de dar continuidade aos sonhos de integração nacional de Juscelino Kubitschek. Sobre a importância da obra e as suas repercussões, quero destacar um dos trechos mais estimulantes da mensagem presidencial:

"A construção de uma pista adicional na ligação Goiânia-Minas-São Paulo é obra relevante e simbólica. Relevante porque permitirá que adquira contornos mais nítidos o nosso projeto de integração nacional e que se agilizem sobremaneira os fluxos de transporte com o Mercosul e outros mercados internacionais. Simbólica porque ilustra a determinação de todos no Brasil – Governo e sociedade – de modernizar o País, de melhorá-lo, de aprimorar sua infra-estrutura para que possamos ingressar no novo século em condições de aproveitar as extraordinárias oportunidades que certamente se abrirão para nós, e que nos permitirão avançar pelo caminho, que já estamos trilhando, da estabilidade econômica com crescimento, da superação das desigualdades e da maior justiça social."

Em sua mensagem, cuja íntegra peço fazer parte deste pronunciamento, o Presidente Fernando Henrique Cardoso se define claramente como um dos nossos nessa grande empreitada que une o povo, os políticos e o governo.

Fiéis ao compromisso que está exposto nas intenções do Presidente da República, os Ministros Antonio Kandir e Eliseu Padilha reafirmaram o seu empenho em conseguir recursos para agilizar a duplicação do corredor Goiânia-Minas-São Paulo. A prioridade número um é a de apressar a conclusão do projeto de engenharia para o trecho de 180 quilômetros entre Aparecida de Goiás e Itumbiara, sem prejuízo da aceleração de outras etapas que estão mais adiantadas nos Estados de Minas e Goiás.

O grande encontro que realizamos em Itumbiara consolidou definitivamente os compromissos de adesão e de reciprocidade na estratégia política que pretendemos adotar daqui para o futuro, e os dois principais porta-vozes dessa união, os Governadores Maguito Vilela e Eduardo Azeredo, fizeram dis-

cursos marcantes mostrando que esses laços e esses propósitos são para valer. Não tenho qualquer dúvida de que Goiás e Minas Gerais estão mais fortalecidos do que nunca nas suas identidades históricas, e que temos pela frente uma nova história comum de parceria política para o desenvolvimento. Aqui no Senado, temos nessa causa comum o aval e a capacidade de persuasão dos ilustres Senadores Francelino Pereira, Júnia Marise e Regina Assunção.

Srs e Srs. Senadores, considero imprescindível o apoio de todo este Senado para a duplicação do eixo de transportes Goiânia-Minas-São Paulo, a começar pela força e pelo respeito público do querido Presidente Antonio Carlos Magalhães. As novas e pujantes fronteiras agrícolas do oeste baiano vão ganhar novos ritmos de velocidade para levar sua produção crescente a São Paulo e aos portos do sul. Reclamo também a adesão do ilustre Senador José Samey, cuja liderança política materializou o desenvolvimento do sul do Maranhão, onde está hoje um novo eldorado de produção de grãos a depender de transportes mais ágeis e menos onerosos. As Bancadas do Centro-Oeste conhecem de perto as dimensões desse sonho e estão integradas nessa empreitada. Os companheiros da Amazônia sabem que a conexão da Belém-Brasília com esse novo eixo duplicado de transportes vai promover um intenso processo de surgimento de novas fronteiras produtivas e de atração de novos investimentos.

Em relação a Goiás, o movimento que iniciamos ontem em Itumbiara parte de uma premissa inquestionável. Com o crescimento explosivo dos últimos anos, amparado num modelo agrícola modernizado e numa expansão industrial surpreendente, as vias disponíveis de escoamento da produção perderam capacidade de escala e já começam a ficar distantes de nossas reais necessidades. As realidades atuais estão proibindo nosso crescimento, desestimulando novos investimentos empresariais e bloqueando o esforço de extroversão econômica do Estado. Com os constantes congestionamentos, o principal eixo de acesso a São Paulo, aos portos do sul e ao Mercosul acabou transformado em monumento de desperdício de tempo, de prejuízos materiais e de perdas de milhares de vidas nos últimos anos. Queremos substituir o caos pela modernidade na integração ágil da economia de Goiás com o País, o continente e os mercados internacionais.

Srs e Srs. Senadores, considero a segunda pista na ligação com São Paulo o projeto inadiável a viabilizar o salto do Centro-Oeste na direção do futu-

ro, completando a malha de infra-estrutura que já está implantada. O poliduto entre Goiânia e São Paulo, a hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná e a ferrovia do corredor Centro-Leste respondem parcialmente por nossas necessidades, enquanto aguardamos os projetos futuros de acesso ao Pacífico e de construção da ferrovia Norte-Sul. São etapas importantes, das quais a duplicação com São Paulo é prioridade fundamental. É na luta por esse projeto que vamos empregar as reservas imediatas de nossas energias, ao lado do Presidente da República, do nosso líder Iris Rezende, das Bancadas no Congresso e de toda a sociedade goiana.

Com uma festa cívica que jamais será esquecida por goianos e mineiros que estiveram em Itumbiara, lançamos a semente que fará germinar essa grande conquista de final de século. A enorme participação popular abençoou e legitimou os elos dessa grande aspiração com as decisões que serão tomadas pelos poderes públicos. Seria cômodo dizer que a sorte está lançada, porque, em vez de esperar, temos que nos organizar num grande mutirão em que cada um seja parte dessa luta obsessiva, envolvendo a União, os Estados, os municípios, os líderes comunitários, os empresários, as assembleias, as câmaras de vereadores e o povo. Vai valer a pena viver essa pequena epopéia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. MAURO MIRANDA EM SEU PRONUN-
CIAMENTO:**

**MENSAGEM DO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Brasília, 4 de agosto de 1997

Embora compromissos assumidos anteriormente não me tenham permitido comparecer a Itumbiara – cidade que tão bem representa o dinamismo do centro-oeste –, não poderia deixar de estar presente, de alguma forma, neste evento que de maneira eloquente sinaliza o empenho de goianos e mineiros em tornar realidade a desejada duplicação da BR-153 e da BR-50.

Assim, e a pedido do Senador Mauro Miranda, um homem público que sabe lutar pelas causas em que acredita, é com muita satisfação que me dirijo a todos os que participam desta importante audiência pública.

A construção de uma pista adicional na ligação Goiânia-Minas-São Paulo é obra relevante e simbólica. Relevante porque permitirá que adquira contornos mais nítidos o nosso projeto de integração nacional e que se agilizem sobremaneira aos fluxos de transporte com o Mercosul e outros mercados internacionais. Simbólica porque ilustra a determinação de todos no Brasil – Governo e sociedade – de modernizar o País, de melhorá-lo, de aprimorar sua infra-estrutura para que possamos ingressar no novo século em condições de aproveitar as extraordinárias oportu-

tunidades que certamente se abrirão para nós, e que nos permitirão avançar pelo caminho, que já estamos trilhando, da estabilidade econômica com crescimento, da superação das desigualdades e da maior justiça social.

No curso de uma gestão que marcaria de forma indelével o futuro do Brasil, o Presidente Juscelino Kubitschek rasgou de estradas o País. E foi há 42 anos, em Jataí – terra do nosso ilustre Governador Maguito Vilela – que ele assumiu o papel de condutor dessa grande epopéia. Estamos levando adiante obras que contribuirão para que se realizem os sonhos de integração nacional de Juscelino.

Estão presentes Ministros de meu Governo – dos Transportes, Eliseu Padilha, da Justiça, Íris Resende, e do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, – ao lado dos Governadores Maguito Vilela, de Goiás, e Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, o que deve ser visto como uma indicação inequívoca do interesse do Presidente da República em acompanhar de perto este evento e tomar conhecimento em primeira mão de suas deliberações.

Para além das intenções e do empenho, no entanto, é preciso que se registre a abrangência e a importância dos vários atos administrativos que estarão sendo assinados em Itumbiara. Esses atos nos aproximam de forma efetiva de uma futura duplicação, valem-se, em alguns casos, de recursos do BID e do Banco Mundial, e dizem respeito a obras como a nova pista que ligará Aparecida de Goiânia a Professor Jamil, o trecho que vai daí a Itumbiara, a restauração dos 206 quilômetros que unem Goiânia à divisa com Minas Gerais e a continuação das obras de duplicação, em território mineiro, de diversos trechos da BR-50.

Além disso, o Ministro dos Transportes e o Governador de Goiás assinam o Protocolo de Intenções que transferirá para o governo estadual a responsabilidade pela conservação das rodovias estaduais em seu território. Trata-se de um duplo exemplo: da parceria que quero fortalecer entre a União e os estados e da descentralização que leva a um aumento da eficiência nos serviços públicos.

Vê-se que muito está sendo feito em prol do aperfeiçoamento do corredor Goiânia-Minas-São Paulo, mas temos consciência de que é necessário seguir avançando, com determinação, trabalho sério e a urgência possível. Sabemos também que nesse esforço, que conta com o legítimo empenho das bancadas de Goiás e de Minas Gerais em Brasília, é imprescindível a participação das autoridades estaduais, dos prefeitos, dos vereadores e das comunidades.

Estou certo de que o êxito do evento de hoje marcará, um excelente augúrio para o futuro desse projeto, caro ao centro-oeste e, portanto, importante para todo o Brasil.

Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, primeiramente gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, pela iniciativa da teleconferência destinada a orientar as comunidades políticas do País, câmaras municipais e assembleias legislativas, sobre como conseguir verbas federais sem necessidade de intermediários. Por vá-

rios anos, acompanhamos de perto chefes de executivos que, sem experiência, se deixavam levar por intermediários, como se fosse um milagre conseguir verbas públicas ou empréstimos internacionais por meio da orientação desses escritórios. Quantas vezes, para efetuar o pagamento das comissões, eram obrigados a aceitar notas frias para contabilizar a saída dessas verbas pela prefeitura e não raro eram processados criminalmente por esse desvio, quase sempre por ignorância e falta de assistência técnica dos órgãos que teriam a responsabilidade de orientá-los na busca dessas verbas que os municípios tanto necessitam para fazer frente às necessidades sociais dos seus concidadãos.

Essa iniciativa, hoje, por ocasião da abertura, contou com a palavra do Senador Antonio Carlos Magalhães – que fez referência a esse processo de assistência aos chefes de executivos, aos legisladores estaduais e municipais, orientando-os principalmente para a feitura dos orçamentos, além de outros dados tão importantes para a modernização dos legislativos – e do Ministro Pedro Malan e também contou com a presença do Ministro Homero Santos, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Acredito que isso trará, sem dúvida, melhor desempenho para os administradores e a busca correta da dignidade na lida com a coisa pública.

Sr. Presidente, há um grande desafio pela frente. A população brasileira vive uma angústia profunda com o problema da segurança pública. Não se sabe mais o que resolver. Tantas pessoas hoje dão o seu palpite. Os noticiários dos jornais acham que, criando de repente uma guarda nacional, desmilitarizando a PM, acabando com o inquérito policial da Polícia Civil, ou retirando o art. 144 da Constituição, por milagre, tudo isso trará, sem dúvida, melhor segurança para o País. Um grave engano.

Hoje, precisamos buscar a manutenção da ordem pública, que se vê ameaçada por uma série de fatores que inviabilizam o sistema nacional de segurança pública. Os Estados, em situação quase faltamente dos seus orçamentos, não conseguem mais manter a ordem e a disciplina dos seus quadros responsáveis pela segurança pública.

Não se consegue mais determinar o cumprimento de ordens judiciais porque, a cada ordem judicial a ser cumprida, os conflitos geram, no resultado, inquéritos policiais contra os próprios policiais que, em cumprindo uma ordem e, às vezes, gerando um conflito, são sempre responsabilizados pelo mal que acontecer. Poucos assumem a responsabilidade por aquelas decisões.

Isso indica, Sr. Presidente, a falta de autoridade que hoje vemos em governantes que deveriam definir o problema da autoridade. Isso me foi hoje relatado. O próprio Ministro Iris Rezende tem chamado a atenção daqueles que têm a obrigação de cumprir com a ordem pública para o fato de que a disciplina e a autoridade devem ser mantidas a qualquer custo, no sentido de que o Brasil não venha, amanhã, caminhar em direção ao abismo do conflito social, em que a ordem pública jamais poderá ser restabelecida, a não ser pela força.

Cumprimento o Senador Jader Barbalho, que hoje teve a feliz idéia de requerer a presença do Ministro da Justiça e o Ministro-Chefe da Casa Militar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para discutir com o Senado os problemas de segurança e os aspectos da disciplina e hierarquia que devem privilegiar as atividades na instituição das Polícias Civil e Militar.

O descrédito nessas instituições se deve também à falta de devoção do policial a sua atividade. Hoje, ninguém vê com bons olhos a polícia, mas todos sentem a sua necessidade na sua ausência.

Ainda ontem, tristemente, foi feito o enterro de um médico, assassinado covardemente por três meliantes que, tendo em vista a facilidade de assaltarem e matarem, sem nenhum critério, não se contentaram só com o produto do roubo. Hoje, a maldade está tomando conta desses foras-da-lei, que matam sem o mínimo respeito à pessoa humana.

Temos que nos preocupar em devolver a dignidade aos homens da segurança pública. Não podemos querer milagres por intermédio de projetos, de pacotes. Esse tempo não vale mais. Temos que decidir o que fazer de pronto. A sociedade brasileira não pode mais ficar prisioneira do medo, enquanto se discute, nos gabinetes, qual é o melhor processo legislativo para se resolver o problema de segurança.

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, que militou no Ministério Público, que governou seu Estado, sabe o quanto é importante ter uma estrutura policial, uma seleção dos seus quadros. Não se investe na organização, investe-se no homem de polícia. Ele tem que ter devoção ao trabalho e sentir que está sendo reconhecido pela sua atividade fim, que é um sacerdócio. O policial lida com o esgoto da sociedade; então, tem que manter aquela virilidade natural do homem de polícia. Ele não pode, simplesmente, ser relegado como homem de segunda classe; deve ser reconhecido dentro da estrutura administrativa do Estado como homem importante para que a dignida-

de, o respeito ao homem e à democracia se façam sempre presente na memória de todos.

O Sr. Ramez Tebet – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA – Com prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet – Devo confessar que aparteio V. Ex^a com certa timidez, porque este assunto é totalmente Romeu Tuma. V. Ex^a, melhor do que ninguém, nesta Casa, pelo seu passado e dedicação, sempre devotou atenção à causa pública. Romeu Tuma é a personificação do homem devotado à segurança pública. Ninguém melhor neste País retrata a devoção, a dedicação e a defesa dos interesses da sociedade no campo da segurança pública do que V. Ex^a. O nobre Senador tornou-se, pois, um paradigma e enfoca o assunto mais relevante, do momento, neste País: a crise da segurança pública. A crise policial tem que ser encarada na busca das suas causas. Quando ouço falar em extinção e unificação da Polícia, em criação de guarda nacional, fico perplexo, não porque não queira solução, pois desejo solução adequada. Não vejo em nenhuma dessas propostas ataque ao cerne do problema que V. Ex^a está abordando: o investimento que se deve fazer no homem, na estrutura de que necessita o aparelho policial neste País. Realmente, a situação é altamente delicada, Senador Romeu Tuma. Vou apenas um pouco mais longe que V. Ex^a em suas considerações. Isso tudo acontece quando a maior parte dos Estados brasileiros estão na agonia, atraíram fase falimentar, não têm condições financeiras. Os Estados brasileiros estão falidos. Daí por que eu, reiteradamente, tenho cobrado desta tribuna a necessidade de reordenarmos a Federação brasileira. É preciso que o Governo Federal, os Governadores e o Senado da República, que representa a Federação, estudem o problema dos Municípios e dos Estados brasileiros, sob pena de fracassarmos na missão que nos compete, na missão que o povo nos confiou. Ontem, estive com o Ministro Iris Rezende em meu Estado. S. Ex^a, preocupado com o problema da segurança, esteve em Campo Grande, onde assistiu à solenidade da queima de nove toneladas de drogas, apreendidas no correr de um ano pela Polícia Federal. No meu Estado, há uma BR perto do Município de Itaquiraí. Ao meu lado está a Deputada Federal Marisa Serrano que, em boa hora, me visita e merece a minha homenagem. Sobretudo, quero dizer a V. Ex^a que essa estrada está interditada há meses, com a presença de 4 mil homens, saqueando fazendas e roubando caminhões de carga.

Mais ainda, cobram pedágio de automóveis que por ali transitam. A polícia não tem a mínima condição de tomar providências. Daí por que eu e o Governador do Estado comunicamos ao Ministro Iris Rezende sobre a necessidade de uma parceria efetiva e imediata entre os Governos Federal e Estadual para resolvemos o problema do meu Estado, para resolvemos o problema da segurança pública, que tem a magnitude observada por V. Ex^a que, por sinal, o aborda com muita categoria. Senador Romeu Tuma, estava em meu gabinete quando ouvi seu pronunciamento sobre este assunto. Imediatamente, vim a este Plenário para hipotecar minha solidariedade e dizer-lhe que tem autoridade para falar no assunto. Oxalá possam esses governos acordar a tempo para, em uma parceria, tentarmos solucionar a crise que assola não só as polícias do Brasil, mas os Estados da Federação, mormente os mais pobres. Agradeço a V. Ex^a por ter permitido que meu aparte fosse tão longo. Contudo, passarei a ouvir o seu discurso com muita atenção.

O SR. ROMEU TUMA – Eu não poderia dizer mais que esse aparte de V. Ex^a, que poderia encerrar meu discurso.

Também queria prestar minha homenagem à Deputada Marisa Serrano. Talvez em um futuro próximo, com a dedicação da Deputada na área da Educação, se o Governo continuar acreditando que a Educação é prioridade número um do País, não precisemos de uma Polícia tão grandiosa como essa que hoje desesperadamente a sociedade pede. Por isso, continue na sua luta, Deputada. Gostaríamos também de colaborar com ela para que, ainda em vida, possamos ver um Brasil melhor devido à formação cultural dos nossos meninos.

Senador Ramez Tebet, se mágica resolvesse o problema de segurança, contratariamos aquele artista mágico que fez uns espetáculos bonitos. Está cheio de mágicos que acham que resolvem o problema de segurança com algumas propostas e algumas discussões. Esses nunca entraram em um distrito policial, nunca viram uma delegacia de polícia onde o delegado, que tem a responsabilidade de dirigir o

distrito policial e de dar segurança aos circunstântes que trabalham e moram na sua área de responsabilidade, tem de ficar de costas para a sociedade para tomar conta dos presos que lotam as cadeias onde não há respeito à dignidade humana.

Senador, temos de nos esforçar para que esta Casa não fique alheia ao que está acontecendo. Temos de apoiar o Ministro Iris Rezende nessa luta, que é uma bandeira que ele levanta e não pode

abaixar mais. Os 81 Senadores têm que se solidarizar com ele para marcharmos juntos no sentido de melhorar a situação da segurança pública, dando dignidade ao trabalhador de polícia. Ele é um operário da segurança pública; portanto, merece nosso respeito e dedicação. E hoje os conflitos estão fazendo reverter a hierarquia e a disciplina, básicas para o homem de segurança. O Senador Pedro Simon, que já foi Governador de Estado, sabe disso. Uma polícia sem hierarquia e sem disciplina vira bando. E nós não podemos ter, na segurança pública, bandos tomando conta da sociedade. Temos que respeitar o policial, investir na sua atividade, para que realmente a ordem pública seja mantida pelos homens que a ela pertencem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares, importante reunião será realizada amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o fim de decidir sobre recurso dos Senadores Geraldo Melo e Eduardo Suplicy com relação à decisão da CPI.

Embora meu Líder tenha me indicado como Relator da CPI, cargo aliás esplendidamente desempenhado pelo meu querido amigo Roberto Requião, com um belíssimo trabalho – diga-se de passagem –, não aceitei participar daquela Comissão. No entanto, participei de todas as reuniões, porque um assunto que me interessa é o da impunidade. Fui autor do pedido da CPI dos corruptores, mas, embora a Casa quisesse, ela não foi instalada. Dessa forma, não aceitei participar da CPI dos Precatórios em sinal de protesto, porque não se criou a CPI dos corruptores; mas participei de todos os trabalhos porque tenho interesse nessa matéria, porque estou preocupado com ela. Considero que um dos pontos importantes neste País é a impunidade.

Sr. Presidente, por ter acompanhado todos os trabalhos, amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, terei condições de falar com isenção, pois não participei de nenhuma das duas votações, embora tenha assistido às duas. Quero antecipar aqui o que penso que deverá acontecer amanhã.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, considerei magnífico o trabalho da CPI. O Senador Tuma, que

se encontra presente no Plenário, teve uma participação excepcional. A nossa querida Senadora Emilia, que hoje ocupou a tribuna para se despedir do seu atual Partido, teve também uma participação excepcional. O Relator e os Parlamentares tiveram uma grande atuação. Tratou-se de belo trabalho, de grande desempenho.

Por várias vezes, falei que essa CPI havia dado um salto de qualidade com relação às duas anteriores das quais participei e as quais, modéstia à parte, coordenei do meu gabinete: a CPI do **impeachment** e a CPI dos anões do Orçamento. Nesses dois casos, o Congresso Nacional buscou a colaboração de vários setores do Poder Executivo – Procuradoria, Tribunal de Contas, Banco Central, Receita da Fazenda, mas, em nenhuma outra, como nessa, o trabalho foi feito com uma participação efetiva. A CPI oficializou a presença de membros da Polícia Federal, da Procuradoria, do Banco Central, do Tribunal de Contas, da Receita da Fazenda, que participaram permanente e constantemente, oficialmente indicados, integrando os trabalhos da assessoria da Comissão. Dizia e repito que se tratou de um grande exemplo.

No mês que vem, teremos neste plenário, Sr. Presidente, os célebres magistrados que fizeram a operação Mão Limpas na Itália. O Senador Antonio Carlos e o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania concordaram com a nossa proposta sobre a vinda deles ao Brasil para debater conosco e para fazer uma exposição do que aconteceu naquele país e de como poderíamos realizar aqui operação semelhante.

Considero ótimo trabalho realizado pela Comissão. Infelizmente, não fomos felizes no desenlace final. O encerramento não foi como imaginávamos, mas houve um amplo debate.

Sr. Presidente, durante a semana do recesso, respondi perguntas e mais perguntas, cartas e mais cartas, telefonemas e mais telefonemas com relação à decisão da CPI.

Creio que a decisão de amanhã é muito importante e não tenho nenhuma dúvida de que será uma só: acatar o recurso do Senador Geraldo Melo, que presidiu aquela reunião da CPI e disse veementemente que a segunda decisão não era correta. Acredito que ele esteja certo.

Naquela reunião, o Presidente Geraldo Melo colocou em votação o parecer do Senador Roberto Requião, que foi aprovado por unanimidade – salvo os votos em separado. Encerrada essa parte, o Senador Geraldo Melo colocou em votação se os votos

em separado poderiam ou não mudar o parecer. E a votação, por seis votos a cinco, foi no sentido de que os votos em separado não mudariam o parecer, mas seriam anexados a ele.

Essa foi a decisão.

É verdade que houve um incidente em que o Sr. Geraldo Melo se sentiu magoado, porque se considerou das autorizado. S. Ex^a passou a Presidência para o Senador Romeu Tuma, que, posteriormente, também se retirou da Presidência. Ocupou-a, então, o Senador Eduardo Suplicy, que reabriu a reunião:

– Mais algum assunto?

– Não.

– O relatório já foi aprovado por unanimidade?

– Sim.

– Aprovou-se por seis a cinco a decisão de que os votos em separado não mudariam o parecer?

– Sim.

– Então, está aprovado o parecer; está aprovado que os votos em separado serão anexados ao parecer. Está encerrada a reunião; está extinta a CPI."

Isso foi o que aconteceu.

Um requerimento foi assinado por membros da CPI. Houve, então, nova reunião no dia seguinte, quando voltaram atrás. Disseram "não" ao que haviam dito anteriormente dito "sim", ou seja, à idéia de que os votos em separado poderiam mudar o parecer.

O Senador Geraldo Melo, que presidiu a reunião, considerou que isso não poderia acontecer e recorreu, de ofício, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. S. Ex^a, de ofício, recorreu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Presidente Antonio Carlos Magalhães deferi, e amanhã haverá a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ora, Sr. Presidente, o mal que isso fez para nós perante a opinião pública é inadmissível.

O Sr. Romeu Tuma – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Em seguida, concederei o aparte, com o maior prazer.

Uma coisa foi a CPI do **Impeachment**, na qual nós os Senadores votamos para cassar o mandato de um Presidente. Nessa decisão nós demos a última palavra. Outra questão foi a CPI do Orçamento, onde nós Parlamentares decidimos cassar o mandato dos Deputados.

Agora, vamos discutir o inquérito feito e os resultados do inquérito. Mas nós não temos nenhuma

atribuição. Não podemos mexer nem com o Governador, nem com o Vice-Governador, nem com o Prefeito; nem com o funcionário, nem com o membro do banco. Não podemos fazer absolutamente nada.

O que podemos fazer é enviar o dossiê para o Procurador-Geral da República que tomará a decisão. Se quiser, apresenta a denúncia. Se não quiser, não apresenta a denúncia.

Nesse caso, com todo o debate a que se assistiu, com toda a polêmica que foi criada, parece-me que o normal é mandar o dossiê para a Procuradoria. O Procurador vai ver o que deve ou o que não deve fazer.

Aliás, o Procurador, de certa forma, foi meio deselegante. Mas proporcionamos a ele a oportunidade. Ele tinha que dizer alguma coisa. E disse: "A minha posição independe da do Senado". O Procurador declarou isso. E foi publicado nos jornais.

Se a CPI arquivar o parecer do Senador Roberto Requião ou votar outro parecer completamente diferente, ele vai requerer todo o dossiê, e as medidas que vai tomar independem da posição do Senado. E é essa a verdade. Ele foi indelicado, de certa forma, mas disse a verdade. A missão do Procurador da República é apresentar a denúncia.

Convém que o povo brasileiro entenda isto: se "acabar em pizza", se ninguém for para a cadeia, a culpa não é do Congresso. Se nenhum "anão" do Orçamento foi preso, a culpa não foi do Congresso. Se o Sr. Fernando Collor de Mello está em Miami gozando de seus capitais, a culpa não é do Congresso. Não cabe ao Congresso botar ninguém na cadeia. Essa não é nossa missão. Estamos extrapolando.

Modéstia à parte, neste Brasil dos últimos anos, parabenizo o Congresso. Dou nota 10 ao Congresso no **impeachment**, pois fez sua parte – o Judiciário não fez a dele. Dou nota 10 ao Congresso na CPI do Orçamento, porque cassou os Deputados – o Judiciário não fez a sua parte. E dou quase nota 10 ao Congresso na CPI dos Títulos Públicos. Na verdade, essa confusão foi muito sem graça e desnecessária.

Para reparar esse equívoco todo, amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, devemos aceitar o recurso de quem presidiu – no caso o Senador Geraldo Melo, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy – e dizer que a decisão que valeu foi a primeira, dando por encerrado o assunto.

Sr. Presidente, tenho um carinho muito grande pelo Governador Miguel Arraes. Considero-o um homem de bem, digno e correto. Conheço toda a sua biografia. Se eu tivesse que votar algo que implicasse o Arraes, que o mandasse a cadeia, que o fizesse perder o mandato, que o condenasse, eu iria pensar mil vezes antes de fazê-lo. Eu estaria vivendo uma situação difícil. Eu não saberia o que fazer.

Mas não é isso o que vai acontecer. Vai-se encaminhar o dossiê para a Procuradoria-Geral da República. Não vale o que a imprensa está dizendo, ou seja, que alguns parlamentares retiraram o nome de fulano e outros, de beltrano, negociando para que todos ficasssem de fora.

A imagem do Senado Federal está ruim perante a opinião pública. Deus me perdoe, mas ruim será sempre. Quando é ruim e se decide, é uma coisa. Por exemplo, decide-se que se vai retirar o nome do Pitta e não se fala mais nisso. Tudo bem. Mas não se vai decidir nada, porque o Procurador é que vai decidir. Não vai alterar nada, nem a responsabilidade do Procurador. Os fatos estão aí; a **TV Senado** publicou, várias televisões republicaram, e todo mundo sabe; os fatos aconteceram. Sr. Presidente, penso que ficou mal para a imagem do Senado. E para reparar, só há uma forma: agirmos amanhã com muita serenidade, sem muita conversa, sem muita discussão, sem entrar no mérito ou conteúdo do parecer – o que era, o que não era, o que deixou de ser. A tese amanhã é jurídica. Houve uma sessão dentro da qual foi votado o parecer, foi aprovado por unanimidade, foi decidido que os votos em separado não alterariam o parecer, mas seriam anexados a ele. É esta a decisão: vai tudo para a Procuradoria-Geral da Câmara. Está encerrado. É a grande saída que temos. Caso contrário, acho que ficará muito difícil.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com o maior prazer e com muita alegria, com o carinho que tenho, concedo o aparte ao nobre Senador **Romeu Tuma**.

O Sr. Romeu Tuma – Senador Pedro Simon, agradeço V. Ex^a. Primeiramente, estou aqui atento, porque V. Ex^a é o melhor testemunho dos fatos, pela descrição que fez neste momento. Naquele dia, fui chamado, como o mais velho, para assumir a Presidência, a pedido do Senador Geraldo Melo. Quando percebi que este foi ocupar o seu lugar em Plenário, entendi por bem que devia convencê-lo a voltar à Presidência da Mesa,

porque voltaria a tranqüilidade e provavelmente o final daquele conflito seria mais equilibrado, mais tranqüilo. A emoção se apagaria e provavelmente não teríamos hoje essa angústia desses últimos dez dias, que creio ter tomado conta de todos os membros desta Casa. Foi por esse motivo que assumi e pedi que retornasse. E S. Ex^a, talvez por uma questão de ordem pessoal, não o quis. Mas gostaria de acrescentar um detalhe, se V. Ex^a me permitir. Com a experiência adquirida por participar de outras CPIs, quando, todos os dias, em nossas reuniões, V. Ex^a repetia: "Não podemos deixar de contar com a presença da Receita Federal e do Banco Central", eu endossava. Em nenhuma diligência que me foi dada fazer, deixei de comunicar ao juiz, ao Ministério Público e de me deixar acompanhar, quando necessário, da Receita e da Polícia Federal. Todos os fatos foram do conhecimento dos órgãos que terão a obrigação, como diz V. Ex^a, de dar continuidade ao trabalho. Outro fato importante que V. Ex^a levanta é que, no caso da CPI do Orçamento e de outros processos, o Secretário da Receita, em reunião reservada, comunicou ao Plenário que não poderíamos deixar de transferir o sigilo obtido através do poder jurisdicional da CPI aos órgãos competentes; do contrário, não poderiam dar continuidade a nenhum processo, pois, encerrada a CPI, o sigilo não foi transferido e não foi possível usá-lo, já que qualquer advogado entrava com uma medida cautelar e mandava que recolhessem aos arquivos da CPI documentos que poderiam comprometer aqueles que se envolveram nos casos. Neste caso, isso não ocorreu. V. Ex^a foi um dos baluartes nesta luta desta importância. Quando o Procurador disse que independe, hoje, talvez não quisesse ofender o Senado. Ele disse: "Mas vocês já transferiram quase tudo para cá. Tenho que tomar providências, senão estou prevaricando. Vou ser responsabilizado criminalmente." Então, creio que, nesta parte, a sociedade não vai ficar intranqüila, porque a transferência que se fez durante as sessões, ou a pedido do Presidente Bernardo Cabral, ou do Senador Geraldo Melo, ou do Senador Requião, ou dos membros da CPI, foram feitos automaticamente. Há vários inquéritos abertos. Como é que vão retroagir, se a CPI encerrar com o arquivamento do relatório? Não tem mais jeito. Por isso acho que V. Ex^a tem razão. Vamos resolver amanhã com a calma e com a dignidade que o Senado tem perante a opinião pública. E que isso traga não glórias para o Senado, mas um respeito maior, porque a sociedade precisa sentir isso sobre os Senadores. Obrigado pelo aparte.

O SR. PEDRO SIMON – Escuto com emoção o aparte do Senador. S. Ex^a tem demonstrado uma grande competência, seriedade e correção.

No primeiro aparte que concedi a V. Ex^a, em seu primeiro pronunciamento, dizia que V. Ex^a ia desempenhar um papel muito importante nesta Casa, que tinha acompanhado o seu trabalho como policial, na chefia, e V. Ex^a, talvez pela primeira vez na história deste Congresso, estaria aqui, mas, na verdade, com excepcional conhecimento e fazendo aquilo que não tínhamos competência nem conhecimento para fazer. E V. Ex^a fez isso na CPI e foi o grande fator que fez os fatos se desenrolarem. As questões mais complexas, mais difíceis eram delegadas a V. Ex^a, que, fazendo questão de fazer juiz de um lado, assessoria do outro, desempenhou seu papel com excepcional competência.

Mas V. Ex^a tem razão quando diz que amanhã, com serenidade e tranqüilidade, temos que dar uma resposta à Nação.

De certa forma – não sei se V. Ex^a concorda comigo –, ficamos marcados, quer dizer, não vamos sair muito bem desse episódio. Vamos sair ali... Principalmente sendo Congresso Nacional. O pessoal é contra e pronto. Há fatos até engraçados. Como tem gente que gosta de falar mal do Congresso! Dizem que não temos poder, não distribuímos, não damos vantagens, não temos caneta... O pessoal gosta de falar mal do Congresso.

Mas, de qualquer maneira, o que vale é a última palavra. O que vai valer na CPI será a decisão final, que é amanhã e deve ser feita com tranqüilidade. Tive vários bate-bocas lá no Rio Grande do Sul. Afirmam que, "não, porque o fulano fez de má-fé..." Isso não é verdade, não aceito. Foi um episódio que houve lá pelas tantas. Quando a gente entra numa polêmica, entra num debate, onde não se faz o acerto, no auge do debate, a situação não é boa. Foi o que aconteceu.

Mas, para sair uma decisão tranqüila e final, temos que tomar a decisão. Amanhã, aceitar o recurso do Senador Geraldo Melo, que presidiu a reunião, e dar como definitivo o que foi realizado na primeira reunião de decisão e, portanto, não existiu a segunda reunião porque não havia por que existir. Não sei se a decisão de lá virá, mas, se vem para o plenário, tenho certeza que deverá ser acatada. Entendo possível, inclusive não temos que fazer mais discurso, entrar no mérito, porque, nessa questão, o que tinha que ser feito, foi feito.

Aprendemos, Sr. Presidente, mas aprendemos finalmente o seguinte, na minha opinião: nós, Congresso Nacional, estamos desempenhando uma missão além da nossa responsabilidade. Nós não temos os poderes que tem uma CPI americana. A CPI americana que levou o Nixon, só não houve **impeachment** porque ele renunciou, porque ia haver o **impeachment** lá também. Mas a CPI americana, o Senado americano, tem muito mais poderes do que a nossa. Tem muito mais autoridade, tradição, história. Participei do Congresso americano, Sr. Presidente. Fiquei dois meses dentro do Congresso americano, dentro do Senado americano e voltei boquiaberto. Por exemplo: numa CPI igual a essa, eles podem convocar os melhores técnicos do mundo para um trabalho eventual, 120 dias. Os melhores dos Estados Unidos ou do mundo inteiro. Eu estava lá, Sr. Presidente, quando houve aquele célebre debate do avião supersônico, entre os Estados Unidos e a França, onde o Governo americano queria, onde o sindicato dos trabalhadores queria, uma imensa maioria queria, os empresários queriam que saísse aquela operação franco-americana para fazer o supersônico. Mas o povo não queria porque entendia que haveria um custo fantástico, e o benefício não corresponderia. Apesar de o Poder Executivo dos Estados Unidos e da França terem montado uma equipe fantástica para defender o projeto, o Congresso americano reuniu uma equipe tecnicamente superior, que demonstrou, ponto a ponto, não ser a construção daquele avião de interesse dos Estados Unidos. Não temos isso. Temos boa assessoria, claro, mas estamos muito longe de ter essa especialização, essa competência. Estamos fazendo nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Senador Pedro Simon, a Presidência interrompe V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais três minutos, a fim de que termine seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a e prometo terminar em tempo.

O Congresso Nacional está fazendo mais do que sua obrigação. O que deveria acontecer era o Congresso lançar mão do dossiê e entregá-lo a alguém que o levasse adiante, alguém com poderes de decidir. O dossiê será entregue ao Procurador e, se este resolver apresentar denúncia, será passado para o juiz, o tribunal, etc. E acontece o que aconteceu com Collor e com os parlamentares. Mas o Senado fez sua parte. Estou aqui nesta tribuna para dizer que creio que o Senado vai se sair muito bem amanhã e que a Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania vai votar da única maneira que pode: que o dossiê seja entregue ao Procurador e que ele faça a sua parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Excelentíssimo Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
DD. Presidente do Senado Federal

A Senadora que este subscreve comunica, para os fins que se fizerem necessários, o seu desligamento dos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a partir desta data.

Informo, ainda, que comunicado no mesmo sentido foi encaminhado ao Presidente Nacional do PTB, ao Presidente Regional do PTB/RS e à Justiça Eleitoral.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1997. –
Emilia Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – O expediente lido vai à publicação.

Os Srs. Senadores Ernandes Amorim, Gilvam Borges e Francelino Pereira enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do ponto de vista da Constituição Brasileira, a integração econômica, política, social e cultural da América Latina, é um mandamento, que tem como escopo à formação de uma comunidade latino-americana de nações. A Constituição Brasileira, em seu art. 4º, parágrafo único, estabelece: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". Portanto, os corredores terrestres bioceânicos, tem respaldo na própria Carta Magna brasileira, esse é o ponto de partida.

O desejo de integração do território brasileiro entre suas regiões, sempre foi um sonho do povo brasileiro. Esse sonho de integração se tornou realidade no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, no princípio da década de 60. Foi o grande presidente que construiu Brasília, quem em 1960, construiu também a BR-29, hoje denominada BR-364, que fez a integração dos Estados de Rondônia e Acre, ao restante do território brasileiro, com a realização dessa BR. Estes Estados,

são os que ficam na parte mais ocidental do País, e portanto, os que sentiam em grau maior de intensidade seu isolamento geográfico, por conseguinte, político, econômico, social e cultural em relação ao restante do País.

Os Estados de Rondônia e Acre, uma vez integrados ao restante do País pela BR-364, experimentaram um surto espetacular de crescimento econômico e populacional. Entretanto, fatores conjunturais, que não cabem aqui serem discutidos, levaram esses Estados – somada a própria crise da economia brasileira –, a essa situação de extrema dificuldade. Precisamos, agora, dar um novo salto de qualidade, fazendo a integração continental com os países vizinhos, isto é, com a Bolívia, com o Chile, com a Venezuela, com a Colômbia, com o Peru e com o Equador.

Em razão das dificuldades econômicas porque passaram esses Estados, as classes empresariais de ambos, envidaram e envidam esforços conjuntos, para implementarem uma saída para o Oceano Pacífico, a fim de criarem alternativas de integração econômica com os países da América Latina – um mercado extremamente promissor –, com quem têm maior proximidade física, e com os países da orla do Pacífico. É de se salientar que, a orla do Pacífico está passando pelo período mais rápido de expansão econômica da História, com taxa de crescimento superior ao da Revolução Industrial.

A preocupação da classe empresarial de Rondônia e Acre, no sentido de integração das suas economias com a América Latina, e por consequência com os países da orla do Pacífico, tem de tal forma sensibilizado as classes produtoras do Brasil, que em princípio da década de 90, a poderosa Confederação Nacional da Indústria, mobilizou-se, juntamente com outros setores da economia brasileira, realizando em Rondônia um seminário para discutir a "Saída do Brasil para o Oceano Pacífico". O Seminário contou com altas autoridades do Governo, e concluiu pela necessidade urgente dessa saída para o Pacífico, como solução para integração da Amazônia Ocidental ao mercado latino-americano e do Oriente, especialmente com os Tigres Asiáticos.

As discussões de integração, com a Saída para o Pacífico, no Estado de Rondônia, virou tema popular. Vários encontros de empresários do Brasil e da Bolívia já ocorreram. A própria Universidade de Rondônia já se imiscuiu no debate, tendo promovido seminários sobre a questão.

Entretanto, a discussão não está limitada à classe empresarial e intelectual. O tema já é de interesse governamental. O Governo do Brasil tem dado visíveis demonstrações de interesse na consolidação da Saída para o Pacífico. Foi criada, através do Decreto nº 1.726, de 4 de dezembro de 1995, uma Comissão Interministerial para efeito de sistematizar as informações sobre os corredores de transporte bioceânico. Lamentavelmente a Comissão criada pelo Governo concluiu seu relatório de forma equivocada. Entendeu que a saída para o Pacífico, transpondo os Andes, era inviável. Os custos eram excessivos – opinou a comissão. Mas, Senhor Presidente, Senhores Senadores, o que está em discussão não é se a integração é ou não de custos elevados. Existe um dispositivo Constitucional, elaborado pelo povo brasileiro, em Assembléia Nacional Constituinte, propugnando pela integração continental, formando-se uma comunidade latino-americana de nações. A integração é um imperativo constitucional.

O questionamento que se impõe, é o de se saber por onde deve ser a saída para o Pacífico. Há várias alternativas, saindo do território brasileiro, ligando via rodovia, ao portos do Pacífico. Como Senador pelo Estado de Rondônia, na defesa de seus interesses, entendo que a melhor saída para o Oceano Pacífico, é, indiscutivelmente, a alternativa pela Bolívia, ligando aos Portos de Arica e Iquique. Explico porque: o Brasil e a Bolívia, são signatária, devidamente aprovado pelo Parlamento Brasileiro, estando em seu preâmbulo escrito o seguinte: "Os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia, com o propósito de estabelecer amplas comunicações rodoviárias entre ambos países, a fim de alcançar sua efetiva integração física, econômica e turística, e atendendo às resoluções constantes nas Notas Reversais de 25 de setembro de 1971, bem como aos estudos preliminares de suas respectivas autoridades rodoviárias, resolvem celebrar o seguinte Tratado sobre Vinculação Rodoviária..."

Há, portanto, instrumento legal que permite a vinculação rodoviária do Brasil com a Bolívia, que implicará, necessariamente, na ligação aos Portos do Chile, estabelecendo-se um Corredor Bioceânico.

Ademais disso, a BR-364, está asfaltada até a cidade de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia. Para efeito de estabelecimento do Corredor Bioceânico, via Bolívia, só haveria de se implementar esforço para execução de obras no lado

Boliviano. Ressalte-se que para se chegar a Iquique ou Arica, dos 1.522 Km existentes, 623 estão asfaltados, e 899 encascalhados, isto é, plenamente transitáveis. Há ainda, uma rota intermodal, rodo-fluvial, partindo do Guajará-Mirim até o Porto de Vilarroel, em embarcação, e a partir daí até Arica, ou Iquique, via rodovia, já integralmente asfaltada.

No nosso entendimento, são as duas opções que implicarão em menores inversões financeiras, considerando outras opções existentes partindo de outros pontos geográficos. Das duas opções partindo de Rondônia, segundo dados do engenheiro Isaac Bennesby, a mais econômica é a intermodal rodo-fluvial, posto que demandaria investimento apenas nos portos de Guajará-Mirim e Vilarroel, com execução de obras de engenharia e instalação de equipamentos destinados a operação de embarque e desembarque das cargas, tais como guindastes, empilhadeiras de "containers" "roll on/roll off", além da introdução de embarcações projetadas para tal uso.

Por derradeiro, há de se admitir que o projeto é perfeitamente viável, para efeito de implementar o desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste do país, permitindo o escoamento do excedente de produção de grãos e outros produtos regionais e que na prática, já vem sendo implementada, a medida que, a Zona Livre de Comércio de Guajará-Mirim, através de seus empresários, já fazem as opções Bolivianas importando produtos de Arica e de Iquique, no Chile.

Portanto, somos pela implementação dos corredores bioceânicos, via Bolívia, com quem o Brasil estabeleceu tratado de vinculação rodoviária a fim de atingirmos os portos de Arica e Iquique no Chile.

Obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o **Correio Brasiliense** de ontem comenta, sob o título "Sem-Terra agora irão se queixar ao Papa", a audiência requerida pelo MST ao Papa João Paulo II.

Além disso, a notícia dá conta da elaboração, pelo Vaticano, de documento sobre a questão da terra no Brasil, a ser divulgado na visita de Sua Santidade ao País marcada para outubro próximo.

Esta iniciativa do MST é perfeitamente compreensível e digna de apoio, inserindo-se na luta dos deserdados da terra por uma gleba de subsistência.

Sua luta, embora não partidária, é política e todas as armas políticas de convencimento, persuasão racional, negociações bilaterais e busca de

aliados, até no plano internacional, como as diferentes ONGs afetas à questão e mesmo o Papa, são válidos.

Até a radicalização de linguagem e alguns excessos verbais de lideranças, no calor das reivindicações, cujo tom apaixonado é inerente à gravidade de sua luta, que é a luta pela manutenção da vida de centena de milhares de famílias, devem ser admitidos, à conta da própria magnitude e natureza do problema que os alige.

Entretanto, o que deve ser evitado, a todo custo, é a violência desnecessária, seja do lado do movimento, na forma de invasões temerárias, seja do lado do governo, através de ações policiais truculentas ou de mecanismos de intimidação, como, por exemplo, a alegada decisão de uma alta autoridade federal de processar um dos líderes do MST João Pedro Stédile pela incontinência verbal de ter proposto a invasão de escolas fechadas.

É preciso que a Administração Federal aprenda a conviver com algum grau de agitação por parte do Movimento, que precisa ser afirmativo e muitas vezes, inflamado em sua retórica, para ser ouvido pelo conjunto da sociedade em correspondência com a brutal carência de seus representados.

Estas fricções são próprias de qualquer democracia que tenha um mínimo de contornos sociais, capaz de abrigar as divergências, por profundas que sejam.

E, no caso da reforma agrária, não poderiam ser mais agudos os interesses em confronto.

De um lado da disputa pela terra, estão os despossuídos, a que não resta alternativa senão afirmação do seu interesse por um pedaço de chão, como parte integrante do seu direito à cidadania.

De outro, grandes latifundiários a especular com imensas extensões de terra, a título de mera reserva de valor, sem qualquer consideração pelo papel social da propriedade, exigido pela Constituição Federal como principal requisito legitimador de tal direito.

Neste embate entre forças tão antagônicas é indispensável que o Governo Federal desempenhe com eficiência o único papel que a sociedade espera dele: o de mediador imparcial das partes, no exercício de uma arbitragem, que, diferentemente da judicial, deve ser ativa, dando trâmite mais rápido e abrangente possível ao processo de assentamentos com vistas a reforma agrária.

Justo é reconhecer, nesse ponto, que o Governo tem a seu crédito algum esforço no atendi-

mento dos pleitos dos Sem-Terra, embora não com a agilidade desejada por estes e seus legítimos aliados, entre os quais a Igreja Católica, representada pela CNBB e Pastoral da Terra, como advertiu o Bispo de Goiás, Dom Thomás Balduíno, há cerca de um mês.

Tanto assim que, pouco depois das críticas que este respeitado religioso manifestou sobre a condução oficial da matéria, o Governo recebeu as principais lideranças do MST, tendo se comprometido a atender várias de suas exigências estratégicas, como o assentamento das quase cinqüenta mil famílias acampadas até o final de 1998 e a ampliação do limite de crédito de investimento do Procerá, de R\$ 7.500,00 para R\$10.500,00, além da prorrogação das dívidas atrasadas com esta linha de crédito por dois anos.

O próprio MST, numa demonstração, aliás, de sua maturidade política, reconhece pontos positivos nas providências tomadas na recente medida provisória batizada como "pacote agrário": o veto ao fractionamento de terras já vistoriadas para reforma agrária, e a criação de mecanismos para impedir o pagamento de indenizações superfaturadas.

"São antigas reivindicações dos que lutam pela reforma agrária e merecem nosso apoio", concede Stédile, sem deixar, entretanto de criticar, no mesmo instrumento legal editado, a proibição de vistorias em terras ocupadas, entendendo que não se regulam as formas de pressão do Movimento por decreto e, sim, através de soluções consensualmente acordadas.

O mesmo Stédile, rejeitando o rótulo de incendiário que seus adversários vêm tentando lhe atribuir, define as ocupações de terra não como meio de exacerbar o conflito pelo conflito, mas como forma de pressão para atrair a atenção da sociedade e do Judiciário, concluindo que "a violência não leva a nada".

Neste sentido, andou bem o Presidente Fernando Henrique ao solidarizar-se com José Rainha, vítima de uma recente e absurda condenação judicial por duplo homicídio, num julgamento de caráter fúcio, contaminado de injunções políticas.

É bom aqui lembrar que o Judiciário, bem como o Ministério Público, também integram **Iato sensu** o Governo, e lhes cabem iguais responsabilidades no desarmamento de espíritos dos personagens do teatro de operações da reforma agrária.

Assim, em nada servem ao País iniciativas como a do Ministério Público do Rio de Janeiro de processar líderes do MST, por declarações conside-

radas "incitamento à violência", cuja própria autoria, como vimos, é de duvidosa aferição.

Da mesma forma, toda cautela é pouca, por parte dos dirigentes dos Sem-Terra, para não partidizar seu movimento, que, na sua essência, é unitário porque interessa a toda a Nação, estando, por definição, acima das disputas partidárias e eleitorais.

Louve-se, porém, o envolvimento de entidades religiosas com o assunto, quando provocadas pelos interessados, seja o Ministro Raul Jungman, que vem de audiência com o Papa João Paulo II, sobre a questão fundiária brasileira, seja o MST, que procura, legitimamente, atrair a simpatia e a autoridade de Sua Santidade para sua causa.

A política, em sentido amplo, não partidária, aí incluída a busca transparente de alianças legítimas, é o caminho para se encontrar, senão uma solução ideal para o problema, pelo menos, um campo de entendimento e de possibilidade de paz negociada em nossa área rural.

Não há, portanto, nada demais na militância dos Sem-Terra apresentar ao Papa sua versão sobre os fatos relativos ao conflito agrário.

Isto é apenas mais um recurso, aliás bastante pertinente, de encaminhamento de sua luta, tanto quanto as manifestações populares, marchas, declarações públicas e encontros com autoridades governamentais promovidas pelo MST.

Já se foi o tempo em que "reclamar ao Bispo" era a única e inútil maneira de expressar inconformismo diante da violação dos direitos de cidadania de alguém.

Hoje, no Brasil pelo menos, esta atitude tem natureza construtiva, como justa e oportuna tática no repertório de ações disponíveis por aqueles que procuram fazer valer seu direito não à propriedade egoísta e individualista, mas seu próprio direito à vida e a não morrer de fome.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Banco do Nordeste está completando 45 anos. Atinge a sua maturidade renovando-se, de olho no futuro.

Não é apenas um banco comprador e vendedor de dinheiro.

Responsável, em grande parcela, pelas transformações estruturais ocorridas na economia nordestina nas últimas quatro décadas, O BNB comemora sua maturidade consolidando sua posição como agência de fomento.

Esse processo de mudança, iniciado há dois anos, fez surgir no banco uma nova cultura e uma nova forma de agir, no sentido de maximizar seu papel de agente indutor do desenvolvimento sustentável da Região.

O novo BNB concentra toda a sua atenção no agente produtivo. Abdica das funções impróprias de banco comercial e assume sua posição, ofertando produtos e serviços capazes de viabilizar um empreendimento dentro das respectivas cadeias produtivas.

Busca também sua auto-sustentabilidade como empresa, levantando novas fontes de recursos e melhorando os níveis de produtividade interna, através de um processo de saneamento cujos resultados são visíveis.

E o mais importante: constrói alianças e parcerias, fortalecendo suas relações políticas e institucionais, com o propósito de potencializar a capacidade de agir na condição de banco de fomento.

Para isso, reorganizou-se internamente, adequando cada agência às necessidades efetivas do mercado.

Modernizou os instrumentos de gestão dos recursos humanos e investiu na capacitação dos recursos tecnológicos, liberando funcionários de atividades burocráticas, colocando-se diretamente a serviço dos agentes produtivos.

Tal esforço de transformação teria que produzir resultados. Hoje, o BNB tem um ativo total de R\$8,1 bilhão e aplicações da ordem de R\$7,1 bilhões, dos quais 90% comprometidos com operações de crédito de longo prazo.

Os investimentos são prioritariamente destinados à agropecuária, à agroindústria, à indústria e à infra-estrutura do Nordeste e do Norte de Minas.

Hoje o BNB é responsável por 55% de todos os recursos financeiros alocados no financiamento do desenvolvimento nordestino. Atende a 385 mil agentes produtivos na Região, estimulando os negócios e gerando emprego e renda.

Sua atuação se faz em regime de parceria com os governos estaduais, prefeituras e outras entidades, públicas e privadas, envolvidas no processo de desenvolvimento.

Essa atividade se desenvolve através da identificação das vocações e potencialidades de cada município, seguida da adoção de providências para viabilizar os empreendimentos.

Um passo importante nessa direção foi a criação dos Agentes de Desenvolvimento, cujas atividades correspondem a um aumento da capilaridade das 174 agências do BNB, espalhadas em 1.875 Municípios do Nordeste e do Norte de Minas.

E o que faz um Agente de Desenvolvimento?

Detendo informações, tecnologia e conhecimento dos perfis econômicos dos Municípios, esses técnicos se dedicam à captação técnica e gerencial dos agentes produtivos garantindo a sustentabilidade dos empreendimentos financiados.

Exemplo dessa nova forma de agir são os seis convênios que serão assinados depois de amanhã, quinta-feira, em Belo Horizonte, envolvendo o Banco do Nordeste, o governo de Minas, o Sebrae e entidades privadas de maior expressão, tendo como objetivo a recuperação econômica do Norte de Minas.

Os convênios tratam da recuperação da cultura algodoeira; do incentivo ao desenvolvimento da fruticultura; do estímulo à bovinocultura de leite; do apoio à produção de novilho precoce; da produção de aguardente de qualidade e do incentivo à cafeicultura.

Ao mesmo tempo, a agência do BNB em Montes Claros estará disponibilizando R\$1,5 milhão para financiar projetos no âmbito do Proer e do Pronaf.

Serão contemplados os Municípios de Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont e Montes Claros, com a criação de 180 empregos diretos e 300 indiretos, beneficiando sobretudo pequenos empresários.

E o povo mineiro, respondendo afirmativamente à nova postura do BNB, sobretudo em relação ao Norte de Minas, reconhece seu importante papel como indutor do desenvolvimento da Região.

Tanto que, amanhã, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais realizará sessão especial, à qual terei a honra de comparecer, comemorativa aos 45 anos de criação do BNB, com a presença do seu presidente, Byron Queiroz.

Estou anexando a este pronunciamento, Sr. Presidente, uma informação sucinta sobre os convênios a serem firmados pelo BNB, para que sua real importância para o Norte de Minas seja corretamente avaliada.

Muito obrigado.

**CONVÊNIOS E PROTOCOLOS
A SEREM FIRMADOS**

CONVÊNIO	PRAZO DE VIGÊNCIA	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
		gional, tornando-a uma atividade mais produtiva, lucrativa e competitiva, conforme preconiza a atividade de produção de novilho precoce.		SEAPA / EMATER-MG / EPAMIG / IMA / FAEMG / / SENAR / SEBRAE-MG / FUNDETEC / SRMC / ASSOCIAÇÃO DE FRIGORÍFICOS DE MG-ES-DF / SINDICATO RURAL DE MC / SINDICATO RURAL DE JANAÚBA.
• Programa de Produção de Aguardente de Qualidade	04 anos	Fomentar a produção de aguardente de qualidade , visando ampliar a participação no mercado interno e externo considerando que a aguardente é a bebida destilada mais consumida no país	Norte de Minas Gerais	BANCO DO NORDESTE / GOVERNO DE MINAS / SEAPA / EMATER-MG / EPAMIG / IMA / FAEMG / / SENAR / SEBRAE-MG / FUNDETEC / SRMC / SINDICATO RURAL DE MONTES CLAROS / SINDICATO RURAL DE JANAÚBA/ APANMQ / AMPAQ.
• Programa de Incentivo a Cafeicultura no Norte de Minas	04 anos	Compatibilizar e criar formas de ações para o incentivo da cafeicultura irrigada e de sequeiro em regiões de micro-clima.	Norte de Minas Gerais	BANCO DO NORDESTE / GOVERNO DE MINAS / SEAPA / EMATER-MG / EPAMIG / IMA / FAEMG / / SENAR / SEBRAE-MG / FUNDETEC / SRMC / SINDICATO RURAL DE MONTES CLAROS / SINDICATO RURAL DE JANAÚBA/

**CONVÊNIOS E PROTOCOLOS
A SEREM FIRMADOS**

CONVÊNIO	PRAZO DE VIGÊNCIA	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
• Recuperação da Cultura <u>Algodoeira</u> no Norte de Minas Gerais	02 anos	Revitalizar o setor algodoeiro, buscando integração entre a agricultura e indústria	Norte de Minas Gerais	BANCO DO NORDESTE / GOVERNO DE MINAS / SEAPA / SPCG / EMATER-MG / EPAMIG / FIEMG / FAEMG / SENAR / SRMC SEBRAE-MG / FUNDETEC SINDICATO RURAL DE MC / SINDICATO RURAL DE JANAÚBA
• Incentivo ao Desenvolvimento da <u>Fruticultura</u> do Norte de Minas Gerais	02 anos	Promover a diversificação e o desenvolvimento da Fruticultura tornando-a uma atividade competitiva, atendendo a padrões de qualidade estabelecidos pelo mercado nacional e internacional	Norte de Minas Gerais	BANCO DO NORDESTE / GOVERNO DE MINAS / SEAPA / EMATER-MG / CODEVASF / EPAMIG / IMA / FAEMG / SENAR / SEBRAE-MG / FUNDETEC SINDICATO RURAL DE MC / SINDICATO RURAL DE JANAÚBA / SRMC
• Desenvolvimento da <u>Bovinocultura</u> de Leite no Norte de Minas Gerais	02 anos	Contribuir nas atividades de pesquisa, geração e difusão de tecnologias, visando ao aumento da produção, da produtividade e da qualidade do leite e seus derivados.	Polígono das Secas do Estado de Minas Gerais (86 municípios e área de 120 mil km ²)	BANCO DO NORDESTE / GOVERNO DE MINAS / SEAPA / EMATER-MG / EPAMIG / IMA / FAEMG / SENAR / SEBRAE-MG / FUNDETEC / ANPL / SRMC / EMBRAPA / SINDICATO RURAL DE MC / SINDICATO RURAL DE JANAÚBA.
• Apoio à Produção de Novilho Precoce de Minas Gerais	03 anos	Promover a recuperação e o desenvolvimento da bovinocultura de corte re-	Área Mineira da SUDENE	BANCO DO NORDESTE / GOVERNO DE MINAS /

BANCO DO NORDESTE FINANCIAS PROGRAMAS SOCIAIS

A Agência do BANCO DO NORDESTE em Montes Claros - MG, culminando trabalho articulado através dos seus AGENTES DE DESENVOLVIMENTO, está contratando, nesta data, financiamentos ao amparo dos programas PROGER e PRONAF, contemplando desta feita, os seguintes municípios de sua área de jurisdição:

MUNICÍPIO	FONTE	FAMÍLIAS ATENDIDAS
<u>BOCAIUVA</u>	PRONAF	25 PROJETOS(29 FAMÍLIAS)
<u>ENGENHEIRO NAVARRO</u>	PRONAF	47 PROJETOS (52 famílias)
<u>FRANCISCO DUMONT</u>	PROGER	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AGUA BRANCA(19 FAMÍLIAS)
<u>MONTES CLAROS</u>	PROGER	ASSOCIAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS DA REGIÃO DO PENTÁUREA.

Com recursos da ordem de aproximadamente R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), o BANCO DO NORDESTE propicia a criação de 180 empregos diretos e 300 indiretos, proporcionando, além da alocação de recursos financeiros, acompanhamento de todos os projetos produtivos, em sintonizada parceria com a EMATER, PREFEITURAS e demais Órgãos Governamentais, com precípua objetivo de incrementar produtividade a custos mais baixos, visando a comercialização dos produtos com margem de lucro mais justa, um dos graves entraves que atinge o pequeno empresário rural no momento presente.

Cumprindo o seu papel de Agente de Desenvolvimento, o BANCO DO NORDESTE vem, de forma perene, orientando as associações de mini e pequenos produtores, objetivando sua melhor organização, a efetiva participação dos associados, incentivando sua capacitação ao uso de melhor tecnologia disponível no mercado, a fim de provocar o desenvolvimento sustentável, através de sua fixação no campo e crescente melhoria da qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 1995

Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ronaldo Cunha Lima e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal (efeito vinculante), tendo

Parecer sob nº 385, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h33min.)

(O.S.14695/97)

ATA DA 94ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1997

(Publicada no DSF de 05/08/97)

RETIFICAÇÃO

Na página 15563, 1ª coluna, no Requerimento nº 531, de 1997

Onde se lê:

REQUERIMENTO N° 531, DE 1997

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1997. - Bernardo Cabral - José Roberto Arruda - Nabor Júnior - Geraldo Melo - Elcio Alvares - Waldeck Ornelas.

Leia-se:

REQUERIMENTO N° 531, DE 1997

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1997. - Bernardo Cabral - José Roberto Arruda - Nabor Júnior - Geraldo Melo - Elcio Alvares - Waldeck Ornelas - Jefferson Péres.

Agenda do Presidente Antonio Carlos Magalhães

05/08/97

Terça-feira

-
- 14:00** - **Solenidade de Abertura da 1ª Teleconferência sobre "Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação"**
Ala Senador Nilo Coelho - sala 2
- 15:30** - **Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal**

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA (*) nº 33, DE 1997

A COMISSÃO DIRETORA, no uso de sua competência regulamentar, RESOLVE:

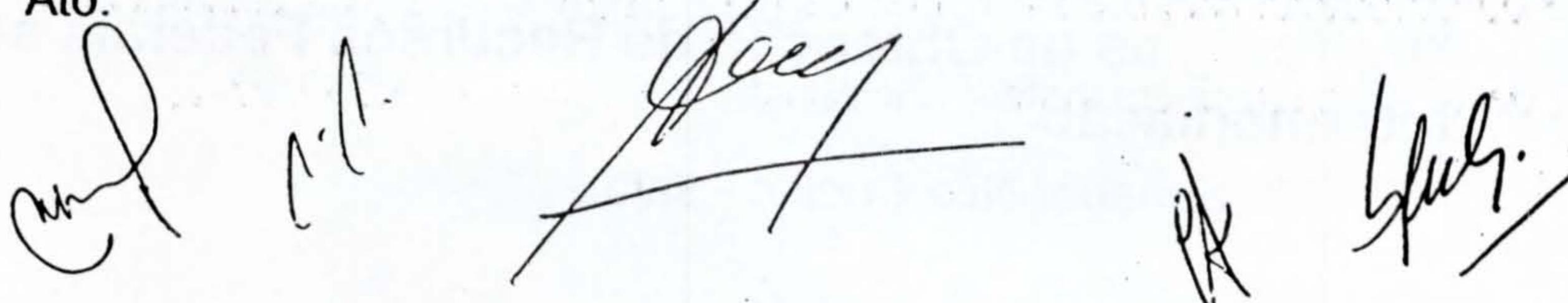
Art. 1º - A disponibilidade financeira do Fundo de Reserva do Sistema Integrado de Saúde -SIS, depositada em contas específicas em nome do Fundo do Senado Federal - FUNSEN, fica transferida para contas-correntes, a serem movimentadas em nome do SIS, junto ao Banco de Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único - Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde - SIS, em conjunto com o Chefe do Serviço de Planejamento, Controle e Fiscalização do SIS, movimentar os recursos do Fundo de Reservas do Sistema Integrado de Saúde - SIS.

Art. 2º - A Subsecretaria de Administração Financeira do Senado Federal - SSAFIN, em conjunto com o Serviço de Planejamento, Controle e Fiscalização do SIS, adotará as providências necessárias à transferência dos recursos, e às alterações da rotina, estabelecidas por este Ato.

Art. 3º - Ao Serviço de Planejamento, Controle e Fiscalização do SIS compete, com fundamento no artigo 229, *in fine*, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, coordenar, fiscalizar e proceder à execução financeira dos recursos do Fundo de Reserva do Sistema Integrado de Saúde - SIS

Art. 4º - Ao Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde - SIS compete designar o seu substituto, dentre os membros do Conselho, e o do Chefe do Serviço de Planejamento, Controle e Fiscalização do SIS, para o exercício da competência prevista no parágrafo único do art. 1º deste Ato.



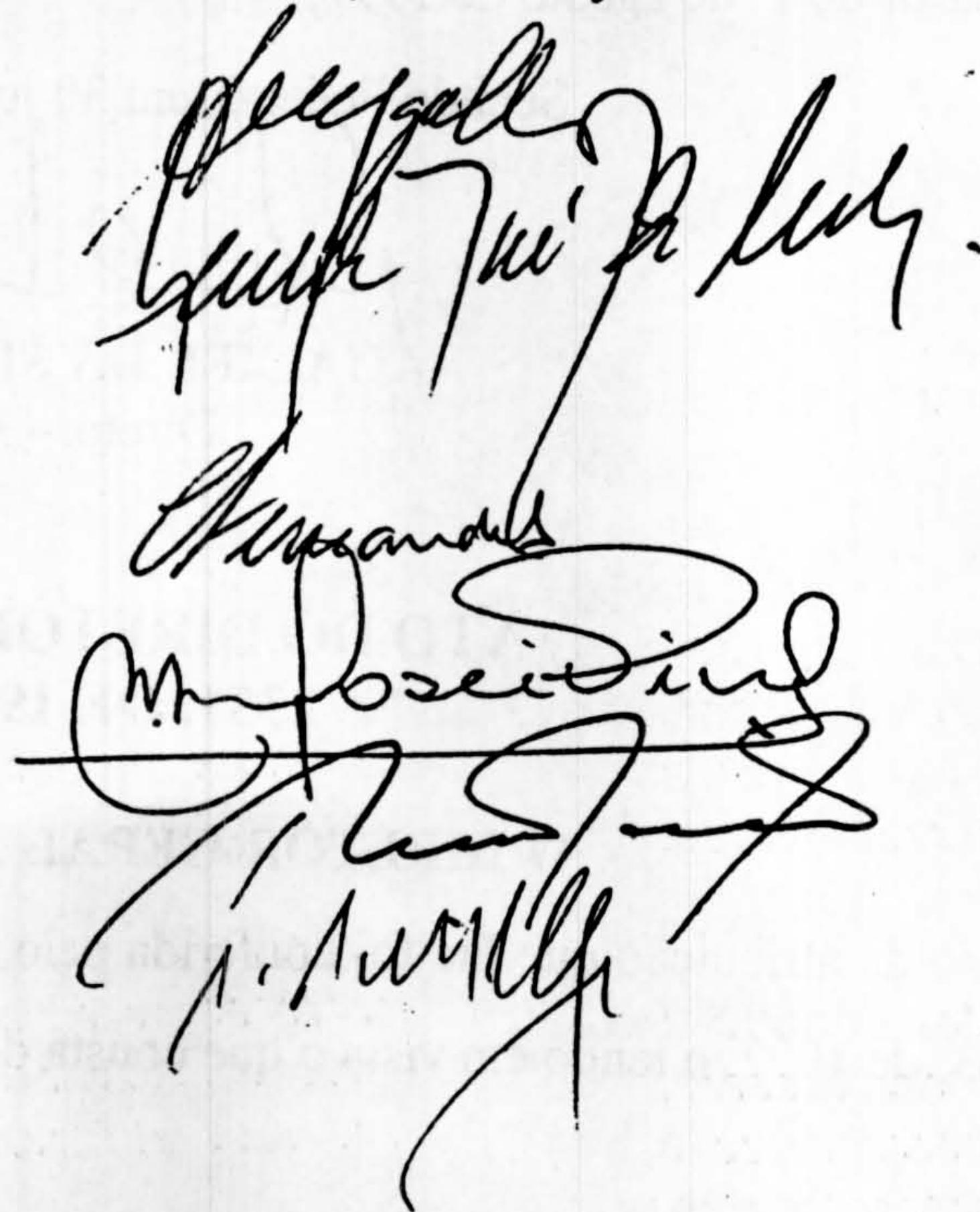
Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 24 de julho de 1997

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

GERALDO MELO
RONALDO CUNHA LIMA
LUCÍDIO PORTELLA
EMÍLIA FERNANDES
MARLUCE PINTO



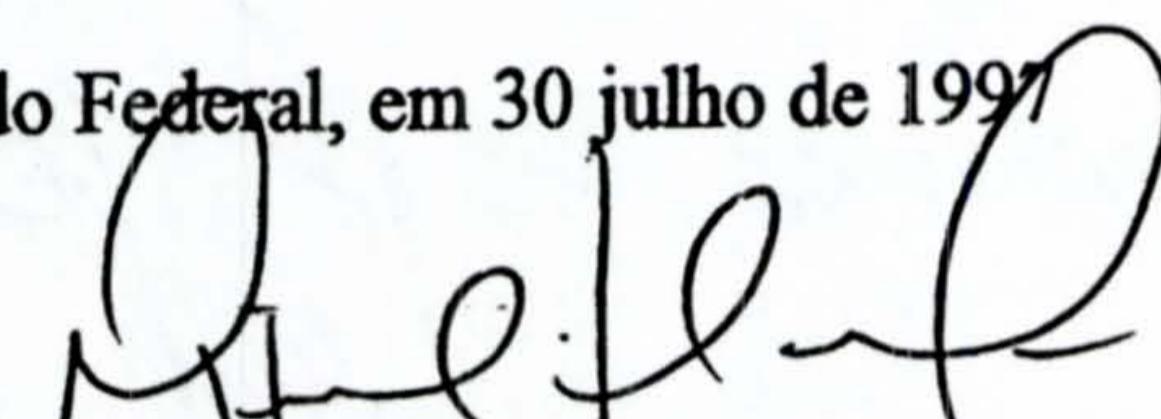
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2336, DE 1997 (*)

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 013.337/97-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no art. 35 combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIS CARLOS BELLO PARGA JÚNIOR**, Matrícula nº 5228, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Bello Parga, a partir de 1º de agosto de 1997,

Senado Federal, em 30 julho de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

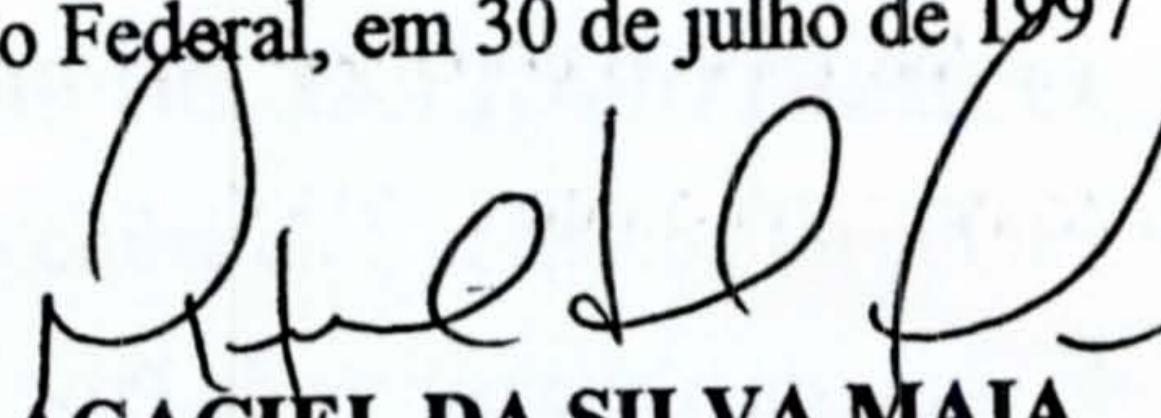
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2351, DE 1997 (*)

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 013.347/97-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO RAFAEL RECH**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 30 de julho de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

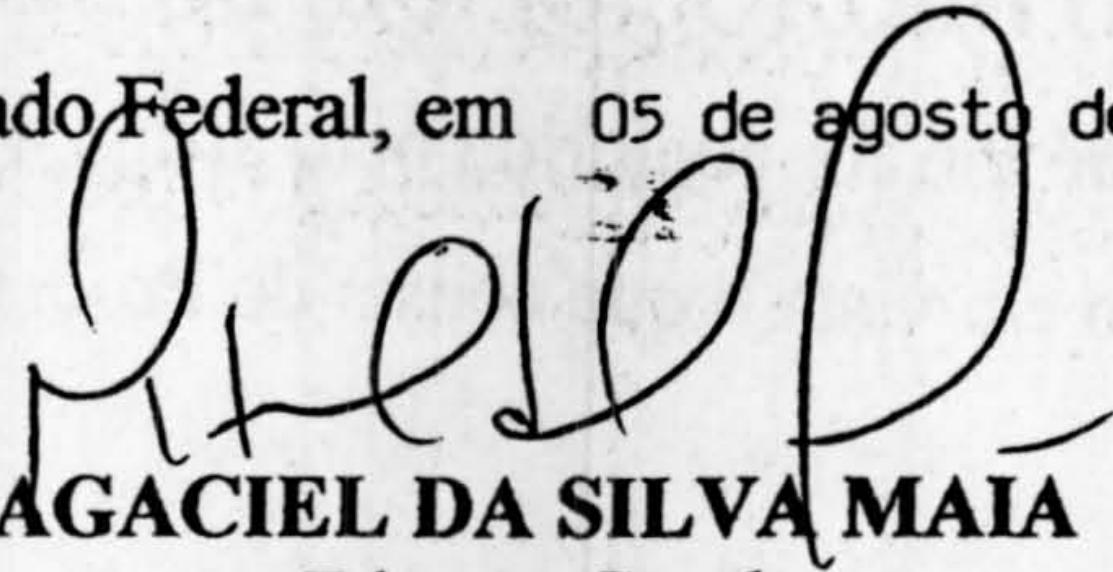
(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF, do dia 2-8-97

**ATO DO RIRETOR-GERAL
Nº 2446, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 013.633/97-0,

R E S O L V E exonerar **MOACIR BUHRER DE MELLO**, Matrícula nº 5515, do cargo de Assessor Técnico, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 05 de agosto de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

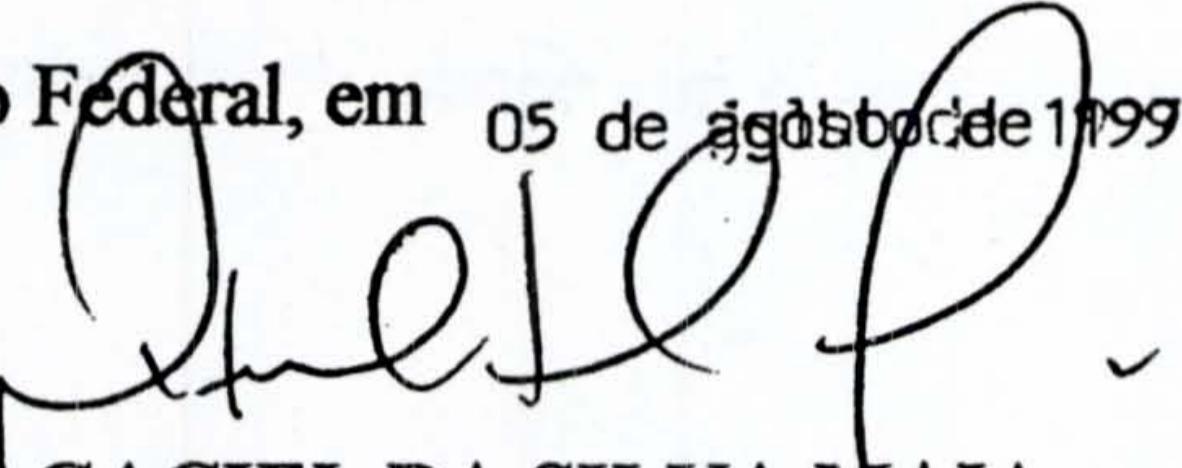
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2447, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 013.628/97-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA VERÔNICA FERRARI**

DA SILVEIRA, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Roberto Arruda.

Senado Federal, em 05 de agosto de 1997.

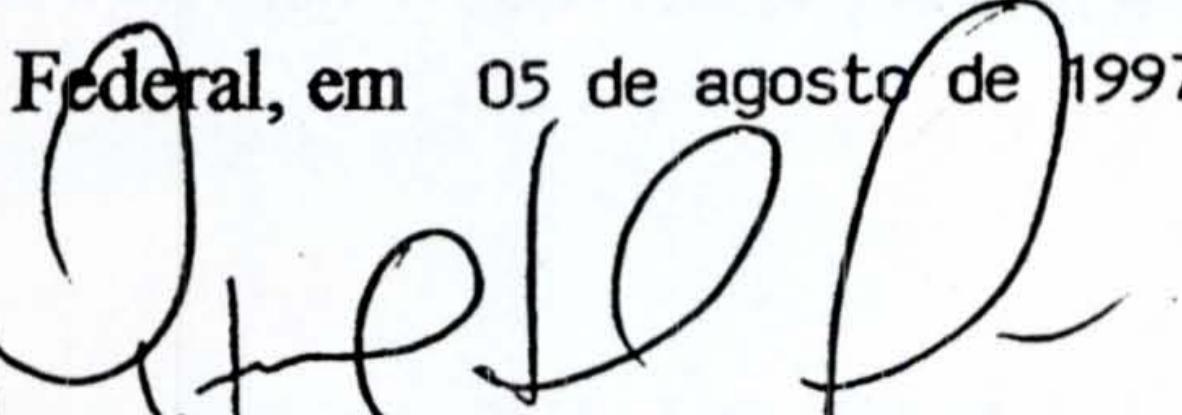

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2448, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 013.632/97-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ROSILENE GOMES LACERDA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 05 de agosto de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

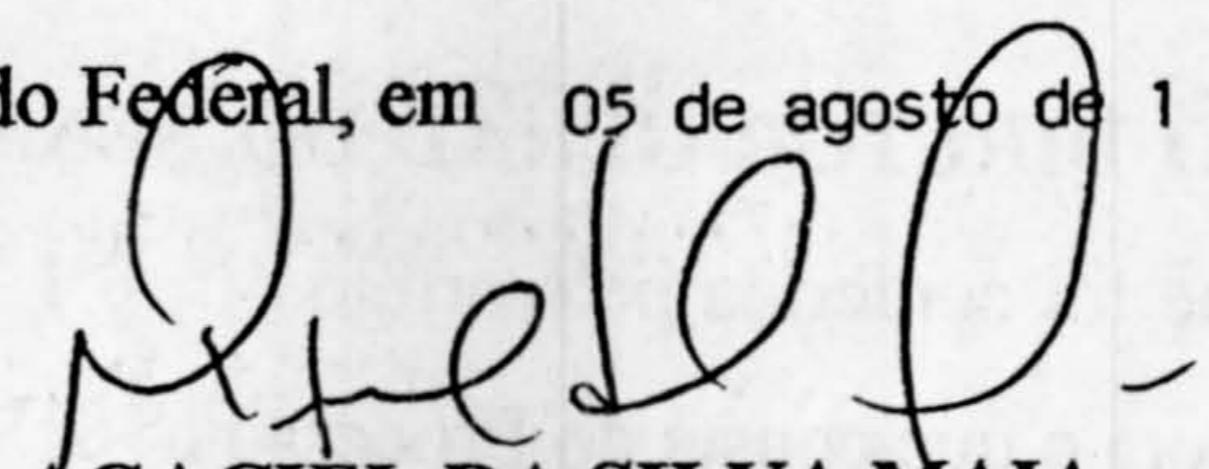
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2449, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 013.631/97-7,

,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCIOLENE GONÇALVES MACHADO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 05 de agosto de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2450, DE 1997**

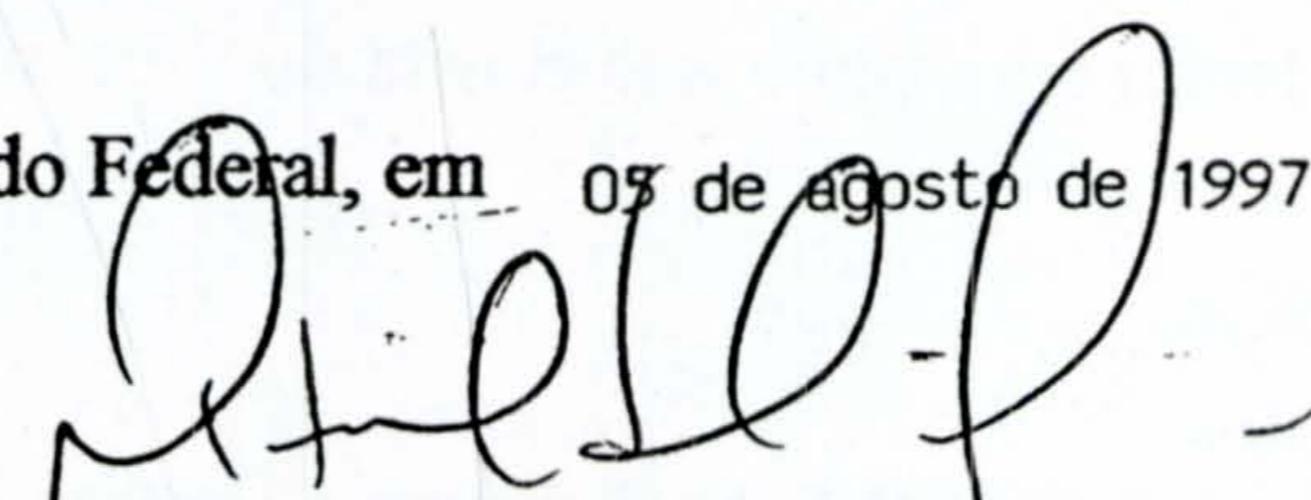
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 013.629/97-2,

,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERA LÚCIA RODRIGUES**

ESPÍNDULA, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Roberto Arruda.

Senado Federal, em 05 de agosto de 1997.

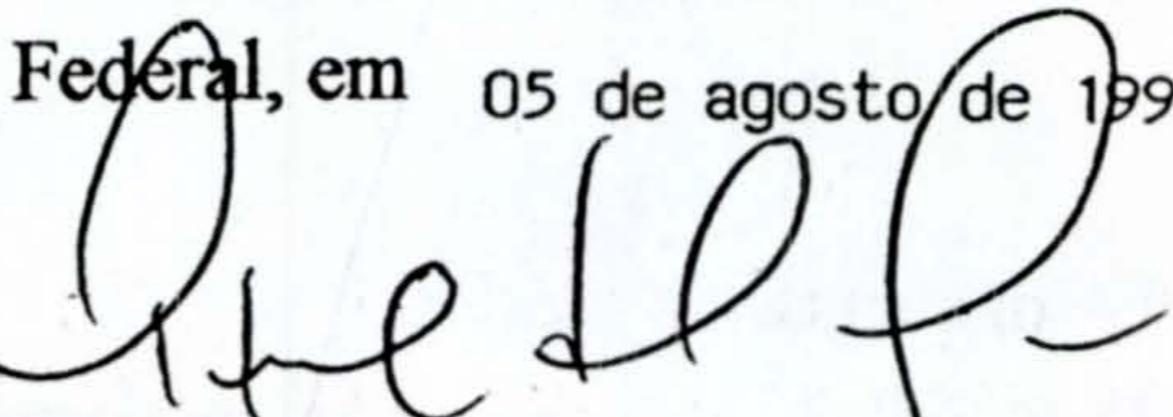

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2451, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 63, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 013.625/97-7,

R E S O L V E exonerar **MARIA FILOMENA DE FARIA**, matrícula nº 5398, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 05 de agosto de 1997.

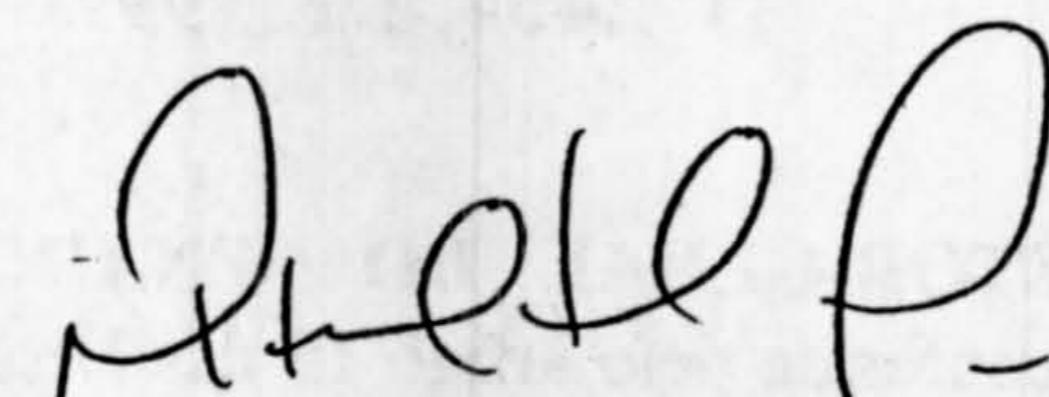

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2452, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11482/97-4,

RESOLVE designar o servidor VILMAR BONFIM AYRES DA FONSECA, matrícula 5034, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete , Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Odacir Soares, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

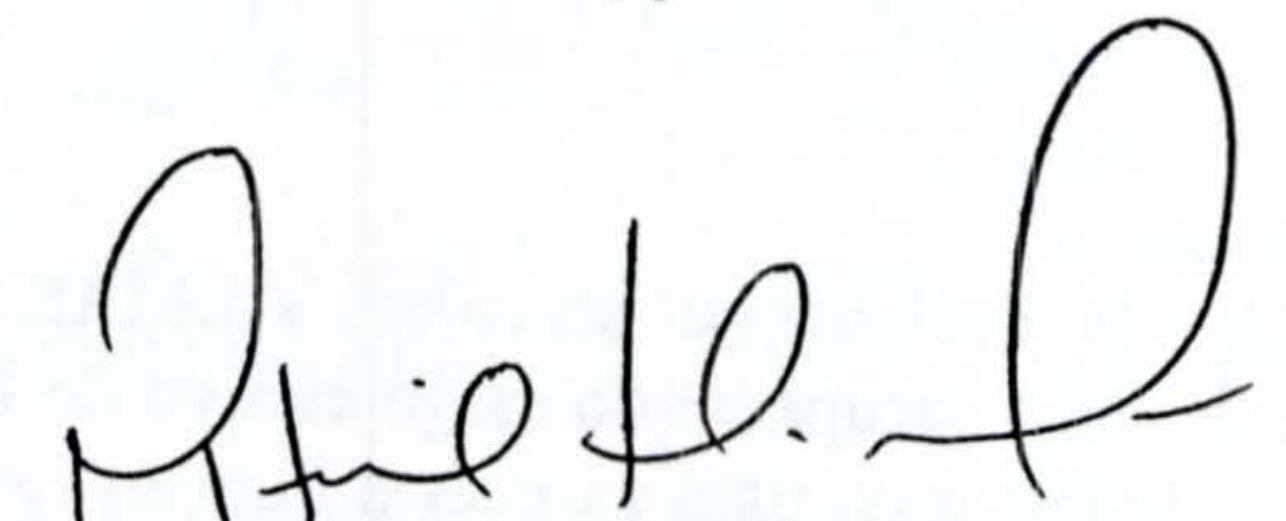
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2453, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11314/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor RONALD BEZERRA MENEZES JÚNIOR, matrícula 3844, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com

efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



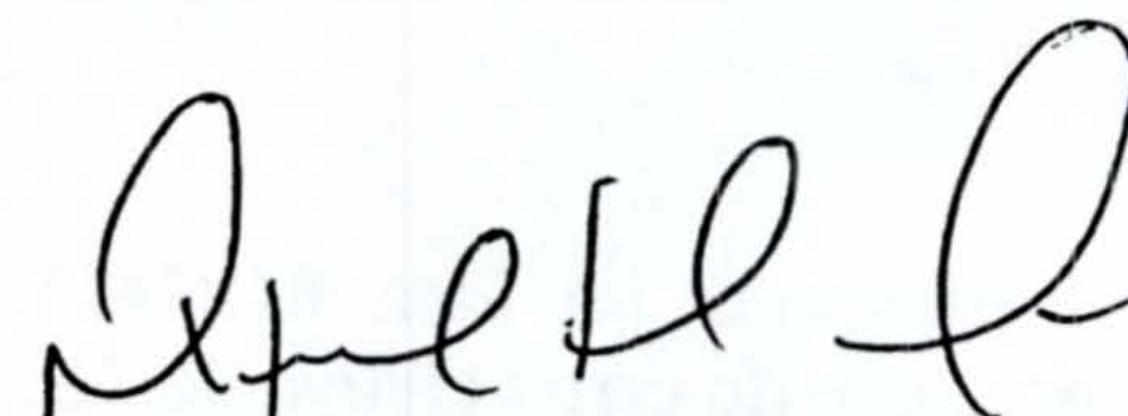
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2454, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11314/97-4,

RESOLVE designar o servidor RONALD BEZERRA MENEZES JÚNIOR, matrícula 3844, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-4, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



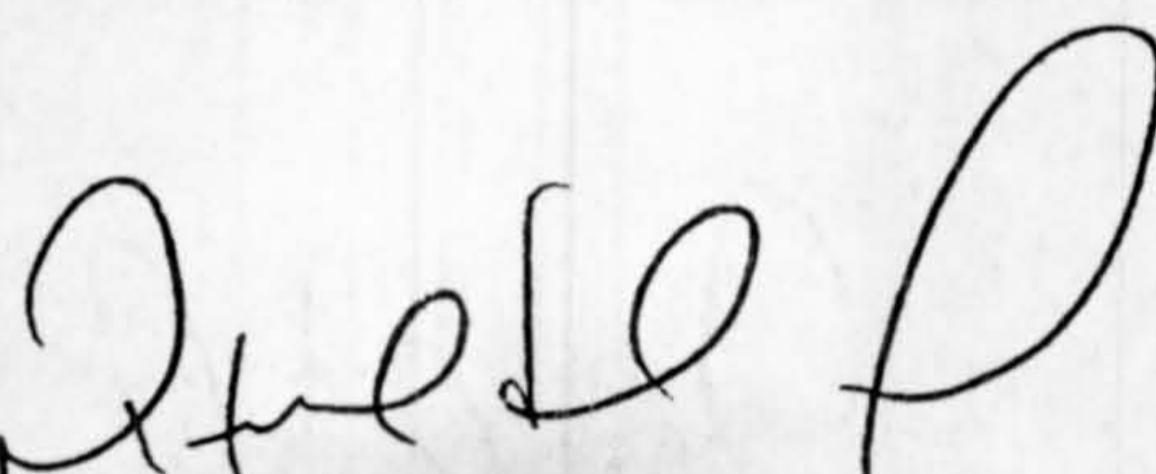
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2455, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12582/97-2,

RESOLVE designar a servidora HANAKO IZUKA, matrícula 1597, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Industria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



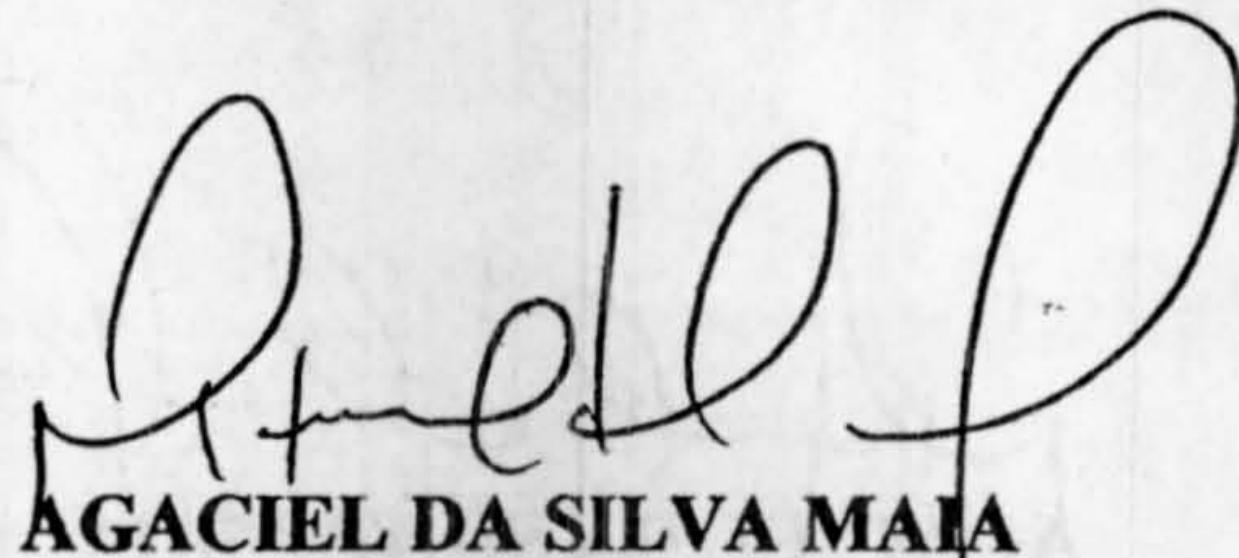
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2456, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12569/97-6,

RESOLVE designar a servidora SONILDE MARIA DE OLIVEIRA REBORDÃO, matrícula 1344, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Industria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



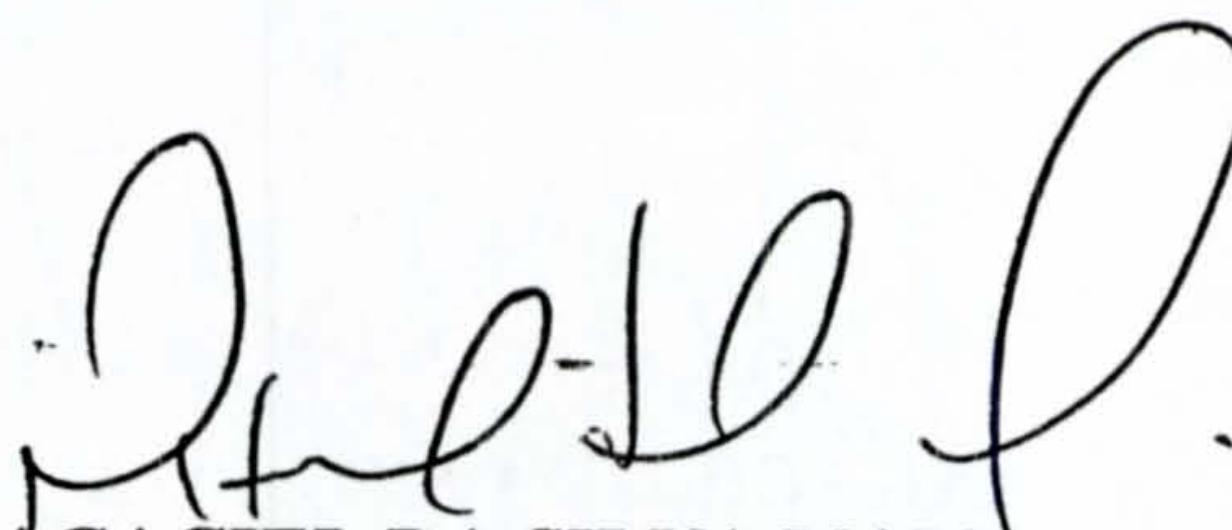
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2457, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12422/97-5,

RESOLVE designar o servidor LAZARO DARQUE DE ALMEIDA, matrícula 1199, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Industria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2458, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11747/97-8,

RESOLVE dispensar o servidor GENILSON DO ESPÍRITO SANTO JAMAR, matrícula 2109, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 03 de julho de 1997 e lotá-lo na Secretaria-Geral da Mesa a partir da mesma data.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



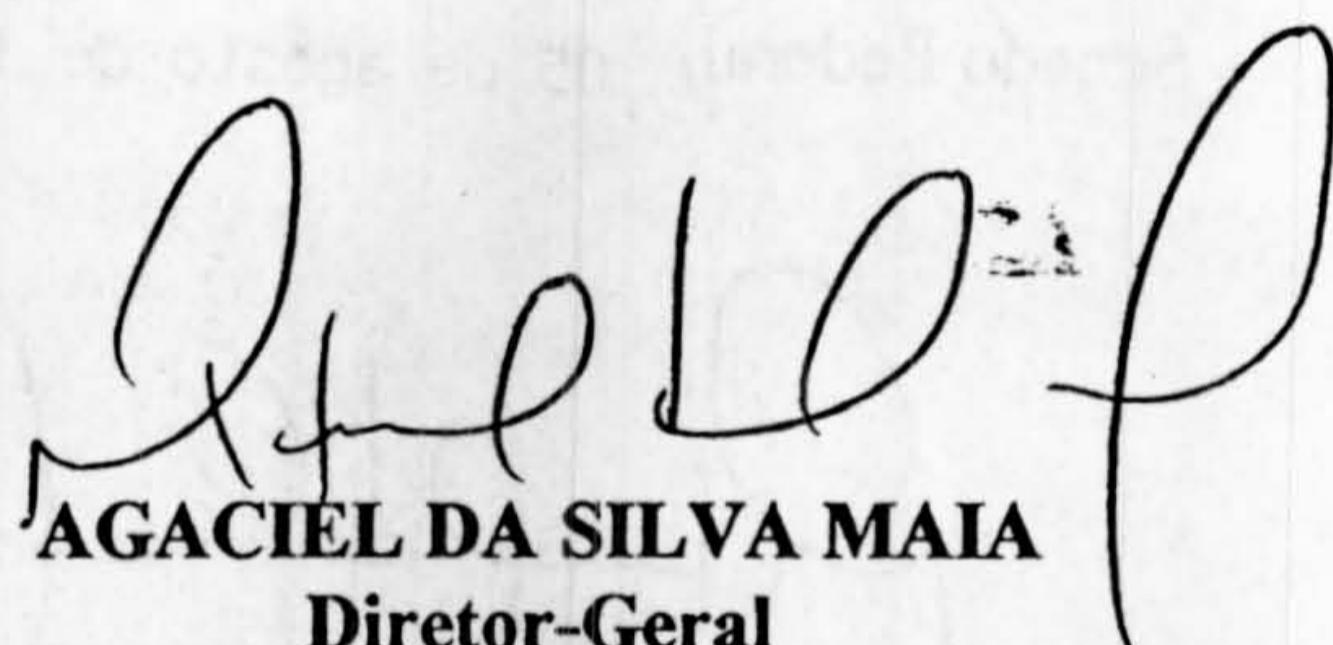
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2459, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11747/97-8,

RESOLVE designar o servidor GENILSON DO ESPÍRITO SANTO JAMAR, matrícula 2109, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Adjunto de Plenário, Símbolo FC-3, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 03 de julho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



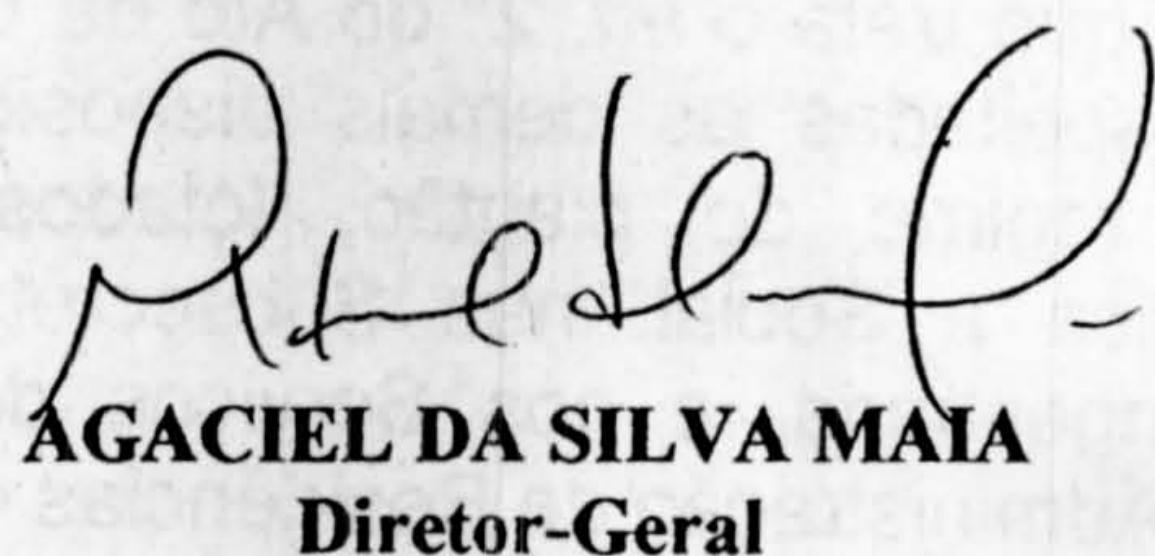
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2460, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12017/97-3,

RESOLVE dispensar a servidora SYDIA CASSIA STEIN, matrícula 1951, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 07 de julho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



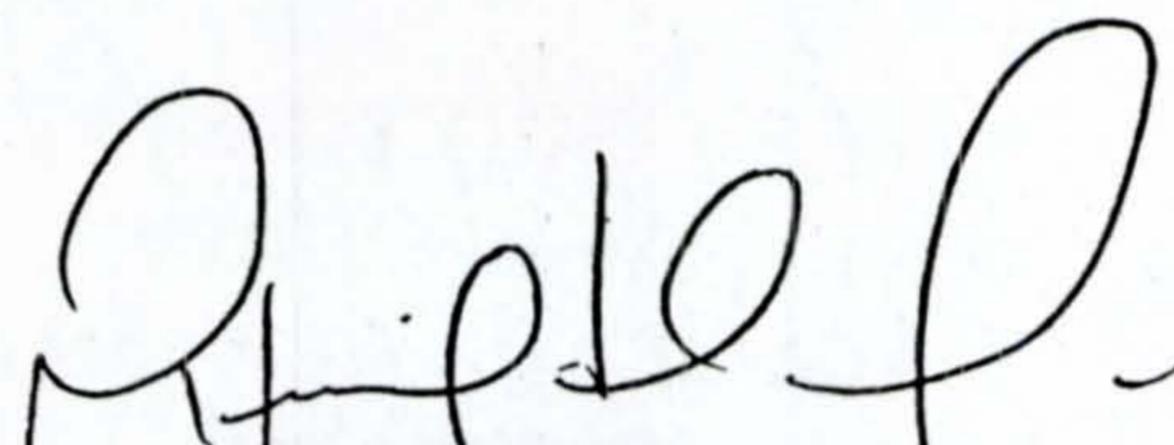
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2461, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12037/97-4,

RESOLVE designar a servidora SYDIA CASSIA STEIN, matrícula 1951, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador José Roberto Arruda, com efeitos financeiros a partir de 07 de julho de 1997.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2462, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o parágrafo único, art. 2º, do Ato da Comissão Diretora nº 23, de 1997,

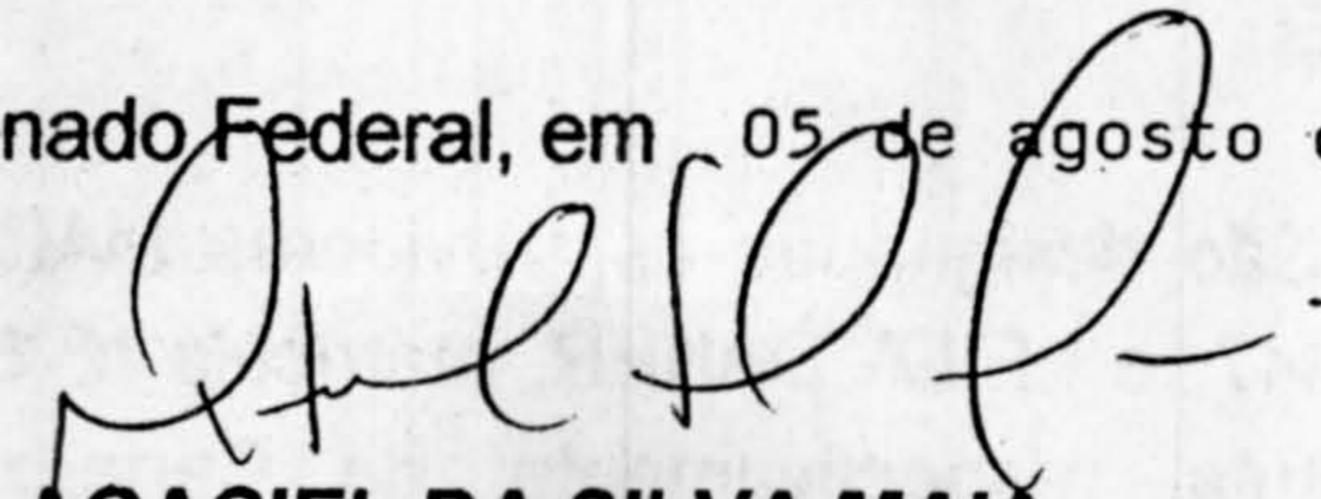
R E S O L V E :

Art. 1º - São temporariamente dispensados do registro diário de que trata o art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 23, de 1997, respeitadas as demais disposições normativas, os servidores, em regime de plantão, lotados na Secretaria de Assistência Médica e Social, nas Subsecretarias de Segurança Legislativa; e Engenharia, e nos Serviços de Transporte; Apoio Aeroportuário; e Administração de Residências Oficiais.

Parágrafo único - Os dirigentes dos órgãos referidos neste artigo, observada a duração normal da jornada de trabalho estabelecida em lei, exerçerão controle próprio e específico de registro diário, mediante emissão e remessa de relatório mensal à Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor a partir de 1º de agosto de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 05 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2463, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

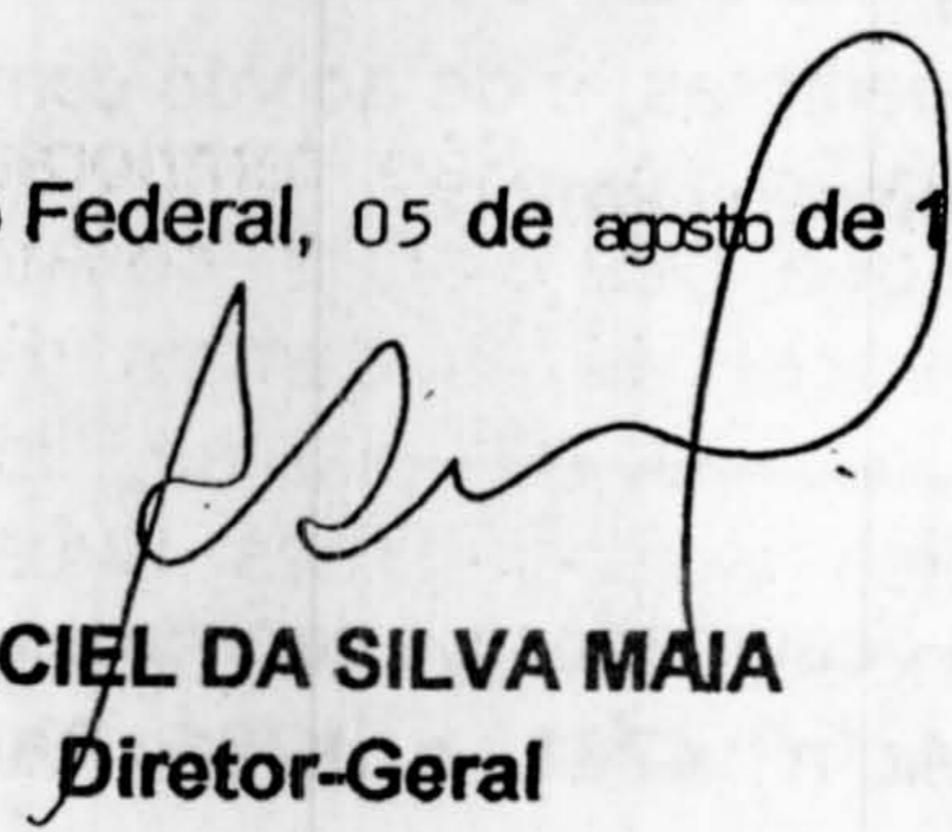
RESOLVE:

Art. 1º - São designados a servidora MARILENA CHIARELLI, matrícula nº 4647, e o servidor RICARDO ICASSATI HERMANO, matrícula 5060, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 115/97, celebrado entre o Senado Federal e COMSAT BRASIL LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2464, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

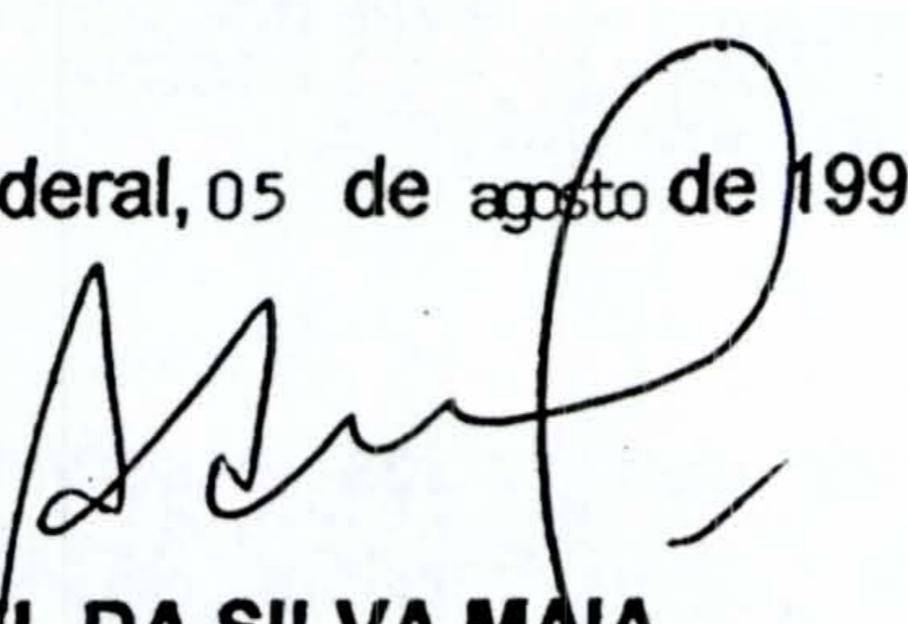
RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARILENA CHIARELLI, matrícula nº 4647, e LEILA DAHER, matrícula nº 5079, como gestora titular e substituta, respectivamente, da Carta-contrato nº 022/97, celebrado entre o Senado Federal e CLIP & CLIPPING PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2465, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

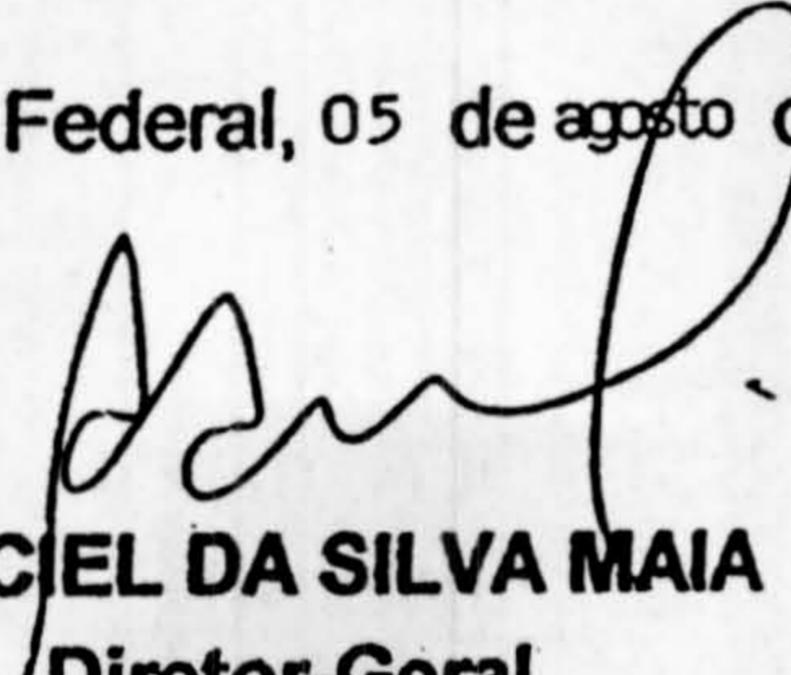
Art. 1º - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 4741, e JOSÉ RAIMUNDO NETO, matrícula

3771, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 42/96, celebrado entre o Senado Federal e XEROX DO BRASIL LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2466, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

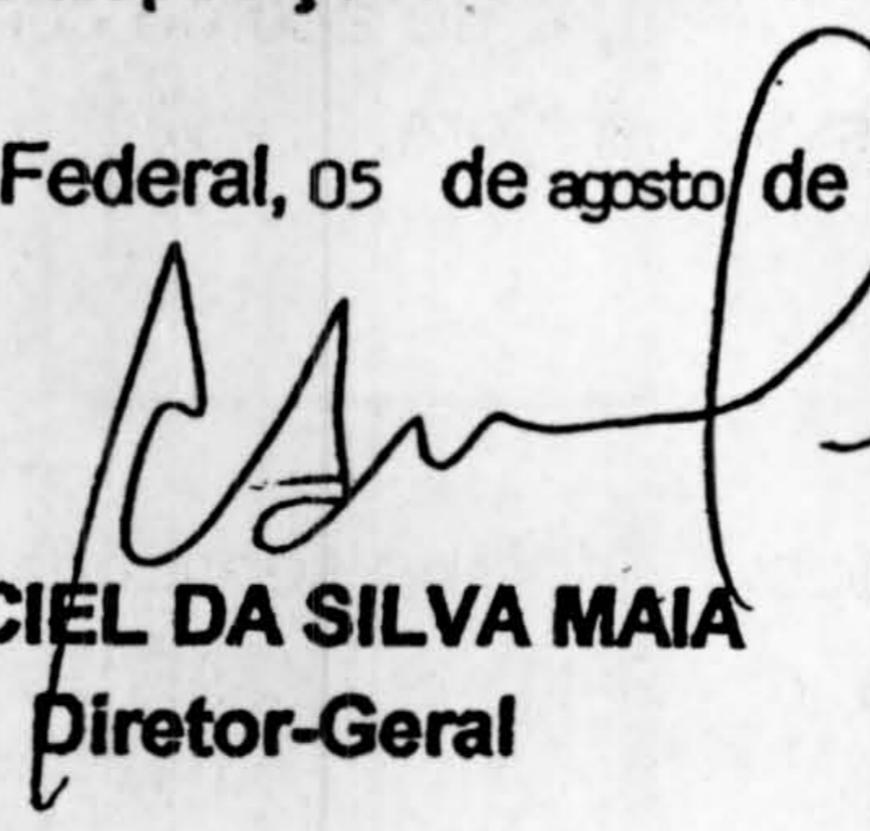
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÉA, matrícula nº 4741, e CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, matrícula 4755, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 43/96, celebrado entre o Senado Federal e KODAK BRASILEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 05 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Emilia Fernandes - PTB - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Élcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
---	---	--

Atualizada em 25/7/97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Carnata
3. Flaviano Melo
4. Couunkio Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

1. Emilia Fernandes

1. Artindo Poro

PP

1. Antônio Carlos Valadares

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA -
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B F CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLAUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSE FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LUCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSE SERRA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSE ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTONIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSE SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSE EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSE EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
 FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2231/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311-4315

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	

PMDB

JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSE SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
------------------	------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	T0-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6- ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7- GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPILY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
------------------	--------------	--------------------	------------

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 26/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
 (19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSE SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSE IGNACIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPILY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

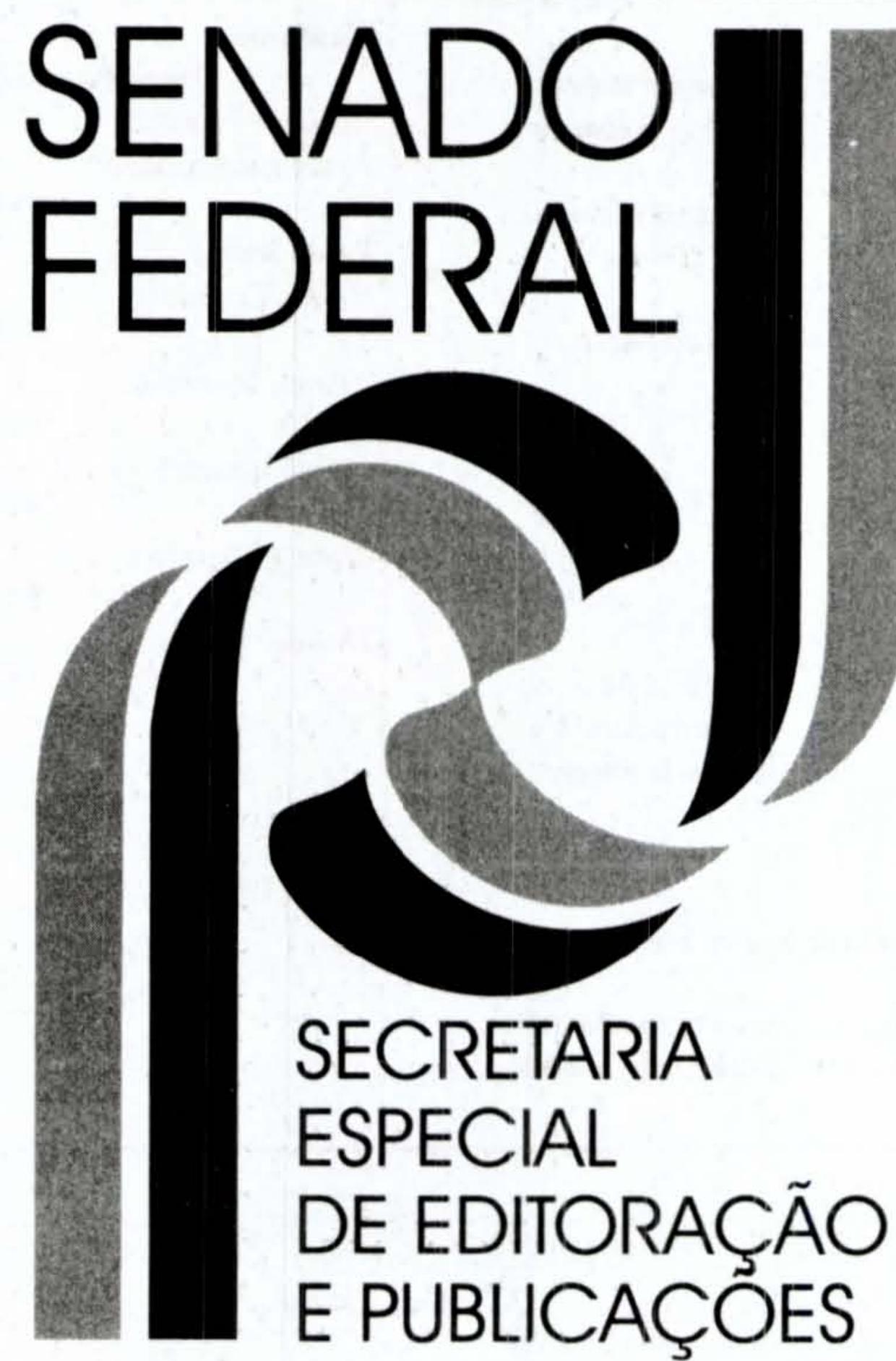
Atualizada em: 12/06/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES		DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
José Fogaca	PMDB	Mariuce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB
Casildo Maldaner		Roberto Requiao	Antônio Ueno
Vilson Kleinubing	PFL	Joel de Hollanda	José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos	Elias Abrahão
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Rivaldo Macari
Espedito Amin	PPB		Yeda Crusius
Emilia Fernandes	PTB		João Pizzolatti
Osmar Dias(2)	PP		Augustinho Freitas
	PT	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos	Luiz Maineri

1 Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Junior, em 1-2-96



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS